



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 70

II Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 10 de julho de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís (substituída no decorrer da sessão pelo Sr. Vice-Presidente da ALRAA, Deputado Ricardo Cabral)*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 08 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- [Voto de Congratulação pelos 500 anos de elevação do Nordeste a concelho.](#)

Feita apresentação pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho (PS), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Saudação ao Município do Nordeste pelos 500 anos da Vila e do Concelho.](#)

Após apresentação do voto pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelo 175.º aniversário do Concelho da Povoação.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Benilde Oliveira (*PS*);

- [Voto de Saudação ao Município de Povoação pelos 175 anos da sua fundação.](#)

Feita apresentação pelo Sr. Deputado José Andrade (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelo 350.º aniversário da construção/reconstrução da atual Igreja de São Jorge da Vila das Velas, na ilha de São Jorge.](#)

Tendo sido apresentado pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues (*CDS/PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados António Pedroso (*PSD*) e André Rodrigues (*PS*).

Submetido à votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pela conquista dos primeiros lugares no Concurso Nacional de Manobras, nas Categorias de Seniores A e de Cadetes, pela equipa de manobras dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Marta Couto (*PS*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado (*PSD*).

- [Voto de Congratulação pelos 500 anos da Freguesia de Castelo Branco do Concelho da Horta.](#)

Tendo sido apresentado pelo Sr. Deputado Jorge Costa Pereira (*PSD*), usou da palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues (*PS*).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pela vitória dos alunos do 6.º D da EBS do Nordeste no Passatempo Biblioteca Fnac Kids.](#)

Feita apresentação pela Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação à atleta Ana Sofia Carvalho, pela conquista da Medalha de Ouro e do título de Campeã Europeia nos 400 metros barreiras no VII Campeonato Europeu de Desporto Adaptado.](#)

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Graça Silva (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação a Ana Sofia Pacheco Carvalho, Campeã da Europa em 400 metros barreiras no Campeonato da Europa INAS para Deficiência Intelectual.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida (*PSD*);

- [Voto de Congratulação à atleta Maria João Silva pela conquista no 3.º Campeonato de Atletismo da Europa, do 1.º lugar nos 800 metros marcha, do 1.º lugar nos 1500 metros planos, do 1.º lugar nos 1500 metros marcha, da conquista da prata nos 4x400 metros e do bronze no lançamento do disco, bem como pelos recordes mundiais que alcançou e por toda uma carreira desportiva cheia de sucessos.](#)

Feita apresentação pelo Sr. Deputado Lizuarte Machado (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação à atleta Maria João Silva, pela conquista de mais um título de Campeã Europeia no 3º Campeonato Europeu para atletas com síndrome de DOWN.](#)

Após apresentação do voto pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação a André Gunko, pela sua elevada representação da Região e do nosso País na 17.ª edição do Eurovision Young Musicians.](#)

Tendo sido apresentado pela Sra. Deputada Marta Couto (*PS*), usou da palavra o Sr. Deputado Luís Rendeiro (*PSD*).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Judite Parreira (*PSD*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

- Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo dos Toledos pela conquista do Campeonato Nacional da 1ª Divisão em Ténis de Mesa e pela conquista da Supertaca, Taça de Portugal e Campeonato Nacional.

Feita apresentação pelo Sr. Deputado Miguel Costa (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo dos Toledos pela conquista do título de Campeão Nacional da 1ª Divisão de seniores masculinos na modalidade de Ténis de Mesa, na época desportiva 2013/2014.

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade, após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes (*PSD*);

- Voto de Protesto pelo facto da Força Aérea na Região não dispor de meios humanos suficientes para poder operar os meios aéreos existentes, com prejuízo para a segurança dos açorianos das ilhas sem hospital, bem como pelas declarações insensíveis e irresponsáveis do Sr. Ministro da Defesa Nacional que, perante a morte de um jorgense que necessitava de evacuação médica urgente, se limitou a transferir as responsabilidades para a Região.

Tendo sido apresentado pelo Sr. Deputado André Bradford (*PS*), de seguida usou da palavra o Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade;

- Voto de Protesto contra as medidas implementadas pelo Secretário Regional da Saúde, no âmbito do Plano de Ação para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde.

Após apresentação do voto pela Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS/PP*), usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), José San-Bento (*PS*), Luís Maurício (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

No decorrer do debate pediram a palavra para protestos o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*) e o Sr. Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*) e para interpelações à Mesa os Srs. Deputados Ricardo Cabral (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Submetido à votação, foi rejeitado por maioria.

De seguida, passou-se à **Agenda da Reunião**.

- [Apresentação do Projeto de Resolução n.º 81/X – “Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas Globais”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

A apresentação do diploma esteve a cargo do Sr. Deputado Félix Rodrigues.

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A, de 16 de dezembro, que aprova o programa de acesso à habitação pela via do arrendamento, designado por programa Famílias com Futuro”](#), apresentada pela Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*).

Após apresentação do diploma, usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*), André Rodrigues (*PS*) e a Sra. Deputada Ana Espínola (*CDS/PP*).

Submetido o diploma à votação, o mesmo foi aprovado por maioria.

- [Proposta de Resolução n.º 8/X – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014”](#), a qual foi aprovada por unanimidade.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 77/X – “Recomenda ao Governo**

Regional o cumprimento do Princípio da Remuneração Complementar, pela reposição aos trabalhadores do setor público (incluindo o empresarial) dos valores subtraídos, entre janeiro e junho de 2014, devido à dedução do valor do trabalho extraordinário, na remuneração complementar”, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Justificado o pedido de urgência pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Projeto de Resolução n.º 77/X – “Recomenda ao Governo Regional o cumprimento do Princípio da Remuneração Complementar, pela reposição aos trabalhadores do setor público \(incluindo o empresarial\) dos valores subtraídos, entre janeiro e junho de 2014, devido à dedução do valor do trabalho extraordinário, na remuneração complementar”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Tendo o diploma sido apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Mendes, participaram no debate os Srs. Deputados Félix Rodrigues (*CDS/PP*), Joaquim Machado (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Francisco Coelho (*PS*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Colocado à votação, o diploma foi rejeitado por maioria, tendo pedido posteriormente a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Félix Rodrigues (*CDS/PP*).

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 79/X – “Pronúncia sobre a Política Científica Nacional”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Apresentada a justificação do pedido pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, pediu a palavra para intervir o Sr. Deputado Félix Rodrigues (*CDS/PP*).

Submetido à votação, o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

- [Projeto de Resolução n.º 79/X – “Pronúncia sobre a Política Científica Nacional”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, participaram no debate os Srs. Deputados António Ventura (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Félix Rodrigues (*CDS/PP*), Paulo Mendes (*BE*) e a Sra. Deputada Cláudia Cardoso (*PS*), bem como o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Fausto Brito e Abreu*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/X – “Estabelece o sistema de fiscalização e controlo do abastecimento de gasóleo à agricultura e à pesca na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Viveiros*).

Justificado o pedido de urgência, o mesmo foi aprovado por unanimidade.

- [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/X – “Estabelece o sistema de fiscalização e controlo do abastecimento de gasóleo à agricultura e à pesca na Região Autónoma dos Açores”](#).

Apresentado o diploma pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Viveiros*), usaram da palavra os Srs. Deputados

Renato Cordeiro (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*), Félix Rodrigues (*CDS/PP*), Paulo Mendes (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Submetido à votação na generalidade, o diploma foi aprovado por maioria.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 30 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa o favor de fazer a chamada.

(Eram 10 horas e 08 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Iasalde Fraga **Nunes**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
José Manuel Gregório de **Ávila**
Lizuarde Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Alberto da Silva **Pereira**
Maria da **Graça** Oliveira **Silva**
Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz **Costa**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia** **Botelho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Bruno Filipe de Freitas **Belo**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**

João Luís Bruto da Costa Machado **da Costa**

Jorge Alberto da **Costa Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Maria de Medeiros de **Andrade**

Luís **Maurício** Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS/PP)

Ana Carina Alberto **Espínola**

António **Félix** Flores **Rodrigues**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Bloco de Esquerda (BE)

Paulo José Maio Sousa **Mendes**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

A nossa manhã de hoje está reservada ao PTAP e como é habitual vamos começar com a apresentação dos votos.

Para apresentação de um voto de congratulação referente aos 500 anos de elevação do Nordeste a concelho, pelo Partido Socialista, tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

500 anos de elevação do Nordeste a Concelho

No próximo dia 18 (por ser deste dia, do ano de 1514, que data a Carta Régia emitida por D. Manuel I), completam-se 500 anos de elevação do Nordeste a concelho. Foi, portanto, há precisamente cinco séculos que se deu “a elevação a Villa do lugar do Nordeste”, passando assim a constituir-se aquele que viria a ser o quarto concelho da ilha de São Miguel, isento já da dependência administrativa de Vila Franca do Campo.

Dele falando – do nosso Nordeste – disse Gaspar Frutuoso, em *Saudades da Terra* (livro IV), que “começa a compridão desta ilha da ponta do porto da vila do Nordeste, assim chamada por ter o rosto a este vento”, acrescentando tratar-se de “lugar não mui chão, mas de boas casas e devotas igrejas, lugar alegre de frescos pomares, com claras ribeiras”. E é também destes elementos, vertidos para um fino registo lírico, que se faz a poesia de Dinis da Luz – poeta de meados

do século XX e um entre vários nomes ilustres, em diversas áreas, oriundos do Nordeste – quando, no poema «O Tempo que Fez», nos diz: “No jardim dos meus sonhos / Correm folhas pelo chão. / Caem pétalas no chão. // Que vento soprou? // E na fonte dos meus olhos / Marulham vagas do mar. / Salgadas como as do mar. // Que chuva caiu? // (...) // Na minha alma pôs-se o sol. / E passam asas de sombra. / Pelas estrelas na sombra. // Que noite baixou? // (...) // E uma voz acorda ao longe / E murmura, num segredo, / E protesta, num segredo: / - O tempo que fez!...”. Que melhores palavras do que as do poeta para nos fazerem sentir, quase fisicamente, a matéria de que se faz um lugar, a magia simples que nele se encerra?

Noutra minuciosa descrição, oferece-nos ainda Gaspar Frutuoso ricas imagens do Nordeste de então, que não deixou de encontrar eco – e que bom que assim é – no Nordeste de hoje, onde permanece, para nosso deleite, a beleza da paisagem ilustrada na sua obra, mais montanhosa a oriente, mais planáltica a ocidente, numa terra “povoada de nobre gente”. O autor identifica igualmente uma população trabalhadora, de crenças vincadas, que vivia sobretudo da agricultura.

Atualmente, no concelho do Nordeste residem cerca de 5000 pessoas. A população vive principalmente da agropecuária, ocupando também a silvicultura e a indústria das madeiras e dos blocos um lugar assinalável. O Artesanato (desde teares manuais, cestaria, trabalho em folha de milho, miolo de figueira e escamas de peixe) é outra atividade relevante.

Abalados, ao longo destes cinco séculos, por adversidades diversas – como catástrofes naturais, fome, doenças, isolamento – os

nordestenses souberam sempre lutar e enfrentar as dificuldades, munidos de uma coragem inabalável e de uma incrível capacidade de trabalho, na busca incessante de uma melhor qualidade de vida. Debruçando-nos, por exemplo, sobre o problema do isolamento (não nos esqueçamos de que era a chamada “décima ilha”), podemos dizer, com segurança, que, se durante vários séculos a melhor acessibilidade ao Nordeste era feita por mar (tendo depois passado a contar, no século XIX, com infraestruturas que possibilitavam o acesso terrestre), nos dias que correm, e graças às recentes intervenções a este nível, chegar àquele concelho é tarefa tão bela quanto facilitada.

Não será, pois, desajustado afirmarmos que, quem ali hoje vive, gosta de viver no Nordeste, acredita no seu concelho e dele se orgulha!

Estamos todos de parabéns, nesta bonita e significativa data, que evoca um momento especialíssimo de um concelho tão apreciado pelas suas belezas únicas, pela sua arreigada cultura e pela afabilidade das suas gentes.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação pelos 500 anos de elevação do Nordeste a concelho. Propõe igualmente que deste voto seja dado conhecimento à Câmara Municipal do Nordeste.

Horta, Sala das Sessões, 10 de julho de 2014

Os Deputados Regionais, Renata Correia Botelho, Catarina Moniz Furtado, Benilde Oliveira, Berto Messias, José San-Bento e Ricardo Cabral

Deputada Benilde Oliveira e Deputado Ricardo Cabral (PS):

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Apesar de ser um voto de saudação, e conforme estipula o nosso Regimento que deveria ser lido depois dos votos de congratulação, mas como é do mesmo tema, a Mesa entende que faz mais sentido ser apresentado agora e como tal dou a palavra ao Sr. Deputado José Andrade para apresentação de um voto de saudação referente aos 500 anos do concelho do Nordeste.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

500 anos do Concelho do Nordeste

Geologicamente, é a zona mais antiga da ilha de São Miguel.

Historicamente, denominava-se como “Salvador de Afonso”.

Administrativamente, era um modesto lugar do concelho de Vila Franca do Campo.

Mas há 500 anos, no dia 18 de julho de 1514, o rei D. Manuel I elevou o antigo e pequeno povoado à categoria de vila e sede de concelho.

Assim nasceu o município do Nordeste.

Nasceu com três freguesias apenas: Nordeste, Lomba da Fazenda e Nordestinho.

E assim se manteve até ao século XIX.

Em 1820, chegou a integrar os lugares de Povoação, Água Retorta, Faial da Terra, Fenais da Ajuda, Achada e Achadinha, desanexados do concelho de Vila Franca e divididos com o novo município da Povoação logo em 1839.

Hoje conta com 5.000 habitantes em 100 quilómetros quadrados repartidos por 9 freguesias: Nordeste, Lomba da Fazenda, Santana, Achada, Achadinha, Salga e, desde 2002, Algarvia, Santo António Nordestinho e São Pedro Nordestinho.

É este Nordeste que agora completa e comemora cinco séculos de vida comunitária.

O Nordeste do Pico da Vara, o ponto mais alto da ilha; da Serra da Tronqueira, a região de melhor preservação ambiental; do Priolo, a ave endémica de São Miguel.

O Nordeste da Matriz de São Jorge, edificada ainda no século XV; da Ponte dos Sete Arcos, construída há 130 anos; do Farol da Ponta do Arnel, o mais antigo dos Açores.

É este o nosso Nordeste – uma terra de boa gente e uma gente de terra boa.

Celebra este ano e este mês meio milénio de história como vila e concelho de S. Miguel e dos Açores.

Merece a especial saudação do povo açoriano aqui representado ao mais alto nível, como hino de louvor pelo seu passado e como prova de confiança no seu futuro.

O Nordeste já foi a 10ª ilha dos Açores.

Hoje é o 6º concelho de S. Miguel.

E agora merece a 1ª atenção do parlamento regional pelos 500 anos da sua história persistente e honrada que nos orgulha e enriquece.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Saudação ao Município do Nordeste pelos 500 anos da Vila e do Concelho**, do qual deve ser dado conhecimento formal à Assembleia Municipal, à Câmara Municipal e a cada uma das nove Assembleias de Freguesia que o constituem.

Horta, Sala das Sessões, 10 de julho de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, José Andrade e Luís Garcia

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um voto de congratulação referente aos 175 anos do concelho da Povoação tem a palavra, pelo Partido Socialista, a Sra. Deputada Benilde Oliveira.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de congratulação

175.º Aniversário do Concelho da Povoação

No dia 3 de julho de 1839, por carta Régia da Rainha D. Maria II, os povoacenses viram consagrada uma sua velha aspiração que remontava, pelo menos, ao século XVII quando Frei Diogo das Chagas, na sua obra *Espelho cristalino em jardim de várias flores* antecipava como natural e merecida a elevação da Povoação a Concelho.

Tal carta resultou de um pedido formulado pela Câmara Municipal do Nordeste, que num dia de grande temporal, achando os Vereadores nordestenses que não haveria reunião deixaram-se ficar por casa, pois os caminhos eram maus e o tempo estava feio. E achando-se ali presentes em maioria, os Vereadores naturais da Povoação, votaram, aprovaram e de imediato lavraram em ata de Câmara, o pedido a Sua Majestade, de organização do Concelho da Povoação. E parece que quando regressaram à Povoação, já traziam consigo a carta oficial a remeter ao Reino.

Na altura o Concelho abrangia os lugares de Povoação (vila e sede concelhia), Achadinha, Água Retorta, Fenais da Ajuda, Furnas e Ribeira Quente.

A Povoação está, desde sempre, ligada à história da Ilha de São Miguel. Conforme relatou Gaspar Frutuoso foi nesta que desembarcaram em quatrocentos os descobridores e posteriormente

os primeiros povoadores. De tal forma que em 1528 a Povoação era designada por “povoação velha” em oposição às então recentes povoações que surgiam um pouco por toda a ilha.

Ao longo de todo este tempo os povoacences demonstraram uma grande resiliência à adversidade mantendo, mesmo na dificuldade, tantas vezes causada por catástrofes naturais, uma enorme capacidade de concretização reerguendo com redobrada energia aquilo que a natureza destruiu.

Hoje, mesmo vivendo um período de dificuldades económicas e financeiras a gestão da autarquia tem demonstrado uma capacidade de vencer as dificuldades merecedora de destaque e de elogio unânime. Importa, por isso, celebrar este 175.º Aniversário da elevação da Povoação a Concelho com os olhos colocados no futuro. Num futuro sustentável para um concelho que se deseja perene de oportunidades para as novas gerações que se qualificaram num esforço pessoal e, muitas vezes, com sacrifício familiar e que anseiam prosseguir os seus projetos de vida no concelho onde nasceram. O Concelho mais lindo dos Açores!

Nos versos do poeta popular Daniel Amaral:

“Ao descobrir Santa Maria
Lá longe São Miguel via
Mesmos da sua caravela!...
E naquele azulado mar
Puseram-se a admirar
Aquela paisagem bela.

Depois dessa nobre viagem
Encantados com a paisagem
Gonçalo e sua tripulação!...
Disseram? Isto é de encantar!...
É aqui que vamos começar
A primeira Povoação.”

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove o presente Voto de Congratulação pelo 175.º aniversário do Concelho da Povoação, saudando os seus cidadãos e seus legítimos representantes.

Mais delibera que o presente Voto seja comunicado à Assembleia Municipal da Povoação, Câmara Municipal da Povoação, Assembleias de Freguesia e Juntas de Freguesia do concelho da Povoação.

Horta, Sala das Sessões, 10 de julho de 2014

Os Deputados Regionais, Benilde Oliveira, Renata Correia Botelho, Arlinda Nunes, Domingos Cunha, Graça Silva, Ricardo Cabral e Berto Messias.

Deputados Ricardo Cabral (PS), Paulo Estêvão (PPM) e Luís Maurício (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sobre o mesmo tema temos também um voto de saudação.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Andrade.

Deputado José Andrade (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

175 anos do Concelho de Povoação

Foi aqui que começou a história micalense.

Descoberta a ilha em dia de S. Miguel, os homens de Diogo Silves desembarcaram na então chamada Povoação Velha e logo se confrontaram com a abundante vegetação da terra fértil dominada pela Ribeira de Além.

O seu povoamento iniciou-se na década de 1440, sob a égide de Gonçalo Velho Cabral, e a nossa primeira povoação ainda hoje mantém por isso o seu nome original e representativo, assumindo assim uma importância simbólica no contexto histórico do Arquipélago dos Açores.

Quase 6 séculos depois, a vila é hoje sede de um concelho com mais de 6 mil habitantes em 6 freguesias – Água Retorta, Faial da Terra, Furnas, Nossa Senhora dos Remédios, Povoação e Ribeira Quente.

Um concelho com 110 quilómetros quadrados de beleza paisagística e de memória coletiva.

A sua História remete-nos para a Ermida de Santa Bárbara, do século XV, considerada o primeiro templo religioso de São Miguel, ou para a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a paróquia mais antiga desta ilha.

A sua Natureza deslumbra-nos com as sete lombas da Povoação, mas também, e sobretudo, com o Vale das Furnas – das caldeiras singulares à lagoa deslumbrante, passando pelas 22 nascentes de águas minero-medicinais classificadas que daqui fazem a maior hidrópole do mundo.

É esta terra antiga e bonita que agora comemora 175 anos de vida municipal.

O concelho de Povoação foi fundado a 3 de julho de 1839, confrontando-se com os territórios de Nordeste, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo e afirmando-se como o mais recente município micaelense.

A primeira povoação foi o último concelho, mas a sua história comunitária de 175 anos já faz prova de uma identidade marcante e de uma capacidade perseverante em benefício da sua gente e da sua terra.

De povoado a povoação e de povoamento a povo, esta terra e esta gente foram e são uma parte determinante da própria história micaelense.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um **Voto de Saudação ao Município de Povoação pelos 175 anos da sua fundação**, do qual deve ser dado conhecimento formal à Assembleia Municipal, à Câmara Municipal e

a cada uma das seis Assembleias de Freguesia que constituem o seu território.

Horta, Sala das Sessões, 10 de julho de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, José Andrade e Luís Garcia

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para um voto de congratulação referente aos 350 anos da construção/reconstrução da Igreja Matriz de São Jorge da Vila das Velas, pelo CDS, tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Félix Rodrigues (CDS/PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

pelos 350 anos da construção/reconstrução da Igreja Matriz de São Jorge da Vila das Velas

A atual Igreja Matriz de São Jorge, nas Velas, foi erguida no local onde se pressupõe que antes existia a primitiva Igreja de São Jorge de que fala o testamento do Infante D. Henrique, datado de 1460.

O testamento do Infante, no que se refere à Igreja de São Jorge é vago, enunciando a construção de templos nas ilhas “...ordenei e

estabeleci a igreja de são Luiz, na ilha de são Luiz (Faial), e a igreja de são Diniz na Ilha de são Diniz (Pico): e a igreja de são Jorge na ilha de são Jorge; e a igreja de são Thomaz na Ilha de são Thomaz (Flores): e a igreja de santa Eiria na ilha de santa Eiria (Corvo)”.

A atual Igreja de São Jorge, nas Velas, resulta assim da construção/reconstrução de uma igreja que parece que esteve implantada no mesmo local da atual, há 554 anos atrás, mas da qual pouco ou nada se conhece das suas características arquitetónicas ou dimensões.

É facto que a atual Igreja Matriz de São Jorge, com algumas pequenas alterações ou reparações que se efetuaram ao longo dos séculos é, arquitetonicamente, aquela que se edificou após a atribuição de licença de construção ao padre Baltazar Dias Teixeira, por D. Afonso VI, por alvará de 23 de Abril de 1659.

Devido a questões financeiras do município das Velas, só em 1664 é que se iniciou a obra de edificação da Igreja, sendo arquiteto da mesma o pedreiro Francisco Rodrigues. A construção decorreu normalmente, sendo essa Igreja Matriz sagrada em Fevereiro de 1675 pelo então bispo de Angra do Heroísmo, D. Lourenço de Castro. Nesse contexto, comemoram-se neste ano de 2014 os 350 anos da construção da atual Igreja de São Jorge das Velas, e que fará em Fevereiro de 2015, 350 anos da sua Sagração.

Ao longo dos tempos a fachada do templo foi sendo ligeiramente alterada, mas no seu interior mantêm-se as três naves iniciais e um riquíssimo retábulo na Capela-Mor, que segundo João Teixeira Sousa, parece ter sido aquele que D. Sebastião ofereceu à vila das Velas, e a que se refere a vereação de 12 de Agosto de 1570.

No coro alto da Igreja, encontra-se um órgão de tubos construído por Tomé Gregório de Lacerda em 1865, que faz no próximo ano, 150 anos de idade, construído pelo tio do compositor Francisco de Lacerda. Esse organeiro amador construiu quatro destes instrumentos, copiando outros órgãos e aproveitando instruções colhidas do Padre Silvestre Serrão, em Angra do Heroísmo. Dos quatro órgãos de tubos construídos por Tomé de Lacerda, o maior, e o único que resistiu ao tempo, é o órgão da Matriz de Velas, tendo sido totalmente restaurado pelo organeiro Dinarte Machado, que concluiu esses trabalhos a 14 de Agosto de 1990 e procedendo a uma nova beneficiação em 1995.

No interior da Igreja, também se encontra uma coleção de arte sacra dos séculos XVI a XVIII, com esculturas de santos e obras de arte Indo-portuguesas.

Esta igreja tem vários vitrais contemporâneos, testemunhando a lenda de São Jorge a matar o dragão.

A vila de Velas protegeu-se dos ataques de piratas e corsários com a Fortaleza do Cais e a Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição.

A defesa dos inimigos celestes foi entregue a outros edifícios emblemáticos da Vila - dois edifícios religiosos de extraordinário valor patrimonial - a Igreja Matriz e o Convento de São Francisco.

Pelo elevado valor patrimonial que a própria Igreja Matriz de São Jorge na Vila das Velas se constitui e pelo elevado valor patrimonial que encerra no seu interior, esta constitui-se um ícone religioso e identitário da população Jorgense e açoriana em geral.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de

Congratulação pelo 350.º aniversário da construção/reconstrução da atual Igreja de São Jorge da Vila das Velas, na ilha de São Jorge, do qual deve ser dado conhecimento formal ao Pároco da Igreja Matriz de São Jorge, ao Bispo de Angra, à EBS de Velas, às Escolas Básicas de Velas, da Beira, de Santo Amaro e da Urzelina, à Assembleia Municipal e Câmara Municipal das Velas e às Assembleias e Juntas de Freguesia das Velas, Urzelina, Santo Amaro, Rosais, Norte Grande e Manadas.

Os Deputados Regionais, Félix Rodrigues, Artur Lima e Ana Espínola

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se naturalmente a este voto pela importância deste edifício histórico e pelo seu património único e precioso.

O edificado religioso em todas as ilhas construído através dos séculos é um dos mais ricos legados que hoje temos a responsabilidade de preservar e valorizar para as gerações futuras, constituindo um dos mais ricos patrimónios que os Açores têm, que nos identifica como povo insular que sempre viveu o fenómeno religioso com grande intensidade e profundidade.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto proposto pelo valor patrimonial que a igreja representa para a Vila das Velas, para o concelho, mas também para toda a ilha de São Jorge.

A Igreja Matriz tem como santo padroeiro São Jorge e ao longo dos tempos soube resistir a todos os contratemplos da história da ilha e dos Açores que por lá se passaram, apresentando-se hoje bem conservada com a ajuda de muitos anónimos, mas também de muitos governos regionais.

Este trabalho de manutenção e conservação permite às gerações futuras o acesso a este valioso património e a todo o espólio que encerra na sua história e no seu interior.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para um voto de congratulação referente à conquista dos primeiros lugares no Concurso Nacional de Manobras nas categorias de Seniores A e de Cadetes pela equipa de manobras dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, pelo Partido Socialista, tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande dedica-se, há 139 anos, ao serviço pela comunidade, elevando com demarcada dignidade a máxima “Vida por Vida”, desempenhando a sua missão com nobreza, tenacidade e determinação por todos reconhecidas. A atenção que os bombeiros que a constituem dedicam à sua preparação é outra das suas características, espelho da qual são as suas contínuas participações de sucesso nos Concursos Nacionais de Manobras.

Realizados pela primeira vez em 1981, os Concursos Nacionais de Manobras foram criados com o intuito de manter as capacidades físicas dos soldados da paz e testar a sua destreza e técnica, objetivos que, ao longo do tempo, passaram naturalmente a incluir a sensibilização dos mais novos para esta forma tão nobre de voluntariado. Este concurso nacional inclui, deste modo, provas de agilidade, velocidade, destreza e espírito de equipa, fatores essenciais a um desempenho eficaz e em segurança nas situações de elevado risco a que os bombeiros amiúde são expostos.

Os Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande participam quase ininterruptamente nesta competição há 28 anos, sendo frequentes as medalhas conseguidas, facto que reflete a excelência da sua preparação e a atenção e minúcia que a esta é dedicada. Do palmarés desta corporação constam 29 medalhas de ouro e 7 de prata nas

competições de manobras nacionais. Por três vezes a equipa de Seniores Classe A representou o nosso país nas competições internacionais, de lá trazendo uma medalha de ouro e duas de bronze. A equipa de Cadetes, por sua vez, nas duas vezes que representou Portugal nos certames internacionais, arrecadou duas medalhas de prata.

Submetendo-se a provas que requerem perícia e preparação física, os resultados apresentados nestas competições são apenas mais uma representação da eficiência e dedicação que os Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande imprimem na sua missão humanitária e voluntária.

Os contínuos galardões atribuídos à categoria de Cadetes é bem representativa, igualmente, do investimento que esta Associação Humanitária faz na formação da juventude, realidade amplamente reconhecida pelos ribeira-grandenses, sendo o elevado número de jovens que integram as fileiras dos Bombeiros Voluntários bem representativo desse facto. São estes jovens que herdarão a tradição de abnegação e vontade de servir a sociedade que caracteriza não só os Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, mas todos os soldados da paz que, de forma altruísta, dedicam a sua vida à vida do próximo.

Nos termos regimentais estatutários, o Partido Socialista apresenta, deste modo, o voto de congratulação pela conquista dos primeiros lugares no Concurso Nacional de Manobras, nas Categorias de Seniores A e de Cadetes, pela equipa de manobras dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande.

Que deste voto seja dado conhecimento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, à Câmara Municipal

da Ribeira Grande, à Assembleia Municipal da Ribeira Grande e ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

Sala das Sessões, Horta, 10 de julho de 2014

Os Deputados Regionais, Marta Couto, Catarina Moniz Furtado,

Berto Messias, José San-Bento e Francisco César

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS) e **Deputado Paulo Estêvão (PPM)**: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se naturalmente a este voto de congratulação à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande pelo triunfo no Concurso Nacional de Manobras pelas suas equipas de Seniores A e de Cadetes, feito que aliás motivou já na sessão de junho passado, concretamente no dia 4 de junho, da parte do Grupo Parlamentar do PSD, apresentação de um voto com o mesmo sentido e que a câmara por unanimidade aprovou.

Portanto, associamo-nos e renovamos as nossas felicitações àquela associação, com isso querendo expressar o grande reconhecimento que fazemos ao voluntariado, ao sentido nobre do trabalho que os bombeiros prestam às nossas comunidades por todas as nove ilhas desta região autónoma.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para um voto de congratulação referente aos 500 anos da freguesia de Castelo Branco tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação 500 Anos de Castelo Branco

O povoamento do Faial terá tido o seu início na década de sessenta do século XV, depois de se terem instalado na ilha os primeiros colonos, capitaneados por Josse Van Hurtere (Jos Dutra), que obteve, por Carta de 21 de Fevereiro de 1468, o título de capitão do donatário do Faial.

A Paróquia de Castelo Branco encontra-se entre as mais antigas da Ilha, ligada aos primórdios do povoamento.

Com efeito, o rei D. Manuel I, a 10 de Julho de 1514, já reconhecia a povoação de Castelo Branco, na ilha do Faial, através de um alvará de concessão dos ornamentos necessários ao culto na igreja de Santa Catarina.

Naquela data, tal alvará reconhecia já, de facto, um povoado organizado, com 350 almas de confissão e pouco mais de uma centena de habitações.

Tal como a maior parte das freguesias faialenses, Castelo Branco viria a tornar-se freguesia em 1568.

A sua denominação resulta da particularidade do seu morro vulcânico, de rocha esbranquiçada. Castelo Branco situa-se a sul da ilha do Faial, a 9,5 km da cidade da Horta, tem um área de 24,33 km² e, no último Censo, realizado em 2011, tinha como população residente 1309 habitantes, sendo 644 homens e 665 mulheres.

A freguesia é hoje uma das principais portas de entrada no Faial pois é lá que se situa o aeroporto da ilha, o qual tem constituído, desde a sua inauguração em 1971, um dos principais fatores de dinamização daquela localidade, sobretudo, pelos postos de trabalho que assegura.

A freguesia de Castelo Branco fica situada numa das zonas mais produtivas da ilha, com excelentes solos, o que fez com que a agropecuária se tornasse a base da sua economia. Possui algumas das maiores explorações leiteiras do Faial e a horticultura também tem significado. Para a sua dinamização económica contribui também a existência de algumas indústrias e de empreendimentos turísticos que se afirmaram no conjunto da economia da ilha.

Esta freguesia faialense revela atualmente uma elevada dinâmica e vivência cultural, social e desportiva, em grande medida fruto da atividade, intervenção e empenho das suas Instituições.

Registrar na vida de uma comunidade quinhentos anos é um dever de reconhecimento para com todos aqueles que dela fizeram e fazem parte e que a ajudaram e ajudam a crescer e a afirmar-se ao longo dos séculos.

Neste exato dia em que se assinala tão importante efeméride em que a Freguesia de Castelo de Branco cumpre pelo menos 500 anos de

existência, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo e do Regimento, propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário em 10 de Julho de 2014, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos quinhentos anos da Freguesia de Castelo Branco do Concelho da Horta.

Mais se propõe que deste voto se dê conhecimento à Junta e Assembleia de Freguesia de Castelo Branco e à Câmara e Assembleia Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 10 de Julho de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo e Jorge Costa Pereira

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente 500 anos é uma marca que qualquer que seja o albicastrense, assim como todos os faialenses, nos deve orgulhar, mas também devemos nesta data lembrar todos aqueles que já não estão entre nós que fizeram a freguesia de Castelo Branco aquilo que a freguesia é hoje.

Efetivamente é uma freguesia com uma dinâmica quer desportiva, quer cultural, ou mesmo social muito interessante.

Também na área da agricultura e do turismo grandes passos se deram pelos nossos empresários albicastrenses na respetiva freguesia.

É uma freguesia (como o Sr. Deputado Costa Pereira disse e muito bem) que é uma das entradas da ilha do Faial que efetivamente cria um dinamismo diferente naquela freguesia, mas há que realçar a importância que nos últimos cerca de 20 anos o poder local teve na freguesia de Castelo Branco.

Com muito gosto o Partido Socialista irá associar-se a este voto de congratulação.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um voto de congratulação referente à vitória no passatempo nacional “Biblioteca Fnac Kids” pelos alunos da Escola Básica e Secundária do Nordeste, tem a palavra a Sra. Deputada Renata Correia Botelho.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

aos alunos da EBS do Nordeste, pela vitória no passatempo nacional Biblioteca Fnac Kids

Foi com enorme alegria que tomámos conhecimento, no início do mês transato, da vitória obtida por alunos da EBS do Nordeste,

nomeadamente pelos alunos da turma D do 6.º ano, no concurso de âmbito nacional «Biblioteca Fnac Kids».

Com o propósito de assinalar o Dia Mundial do Livro Infantil, que se comemora a 2 de Abril (e que correspondeu à data limite de participação no concurso a que aqui se alude), o passatempo visava, essencialmente, estimular a criatividade e a imaginação, despertar o interesse para a literatura e criar/consolidar hábitos de escrita e leitura, tendo assim a FNAC PORTUGAL lançado um interessante desafio às turmas do 2.º e 3.º ciclo de qualquer escola pública ou privada, para que elaborassem um conto infantil ilustrado. O júri baseou a sua escolha na criatividade, originalidade e domínio da língua portuguesa patentes no trabalho vencedor, da autoria da EBS do Nordeste. Isabel Minhós Martins, elemento do júri enquanto escritora e fundadora da editora Planeta Tangerina, afirmou que “a escrita tem ritmo, é bem-humorada, o tom muda de forma coerente de acordo com o tempo histórico e as personagens”.

Orientados pela professora Fátima Margarida Ferreira, os alunos do 6.º D da EBS do Nordeste levaram a concurso, arrecadando a vitória que agora exaltamos, um trabalho intitulado *Um pirata, uma ilha e um destino*, que dedicam “a todos os nordestenses: aos que ficam e aos que vão, desde o século XV”. Num tom de estimulante aventura, que entrecruza o presente e o tempo dos Descobrimentos, para além de narrarem e ilustrarem uma comovente história de amor, prestam uma bonita homenagem ao Nordeste, nesta época comemorativa dos 500 anos de elevação a concelho. Ao aproximarmo-nos do final do conto podemos ler, como se de uma exortação se tratasse, que “somos parte da natureza e não donos dela. Os animais e as plantas precisam

de ser respeitados e cuidados”, o que ilustra bem o respeito integral que tem caracterizado, ao longo dos séculos, o valente e sábio povo do Nordeste, agora evocado pelos seus jovens vencedores.

Isabel Minhós Martins salientou igualmente a feliz “ligação entre a história e os vários elementos naturais, históricos e culturais da ilha de São Miguel, criando ainda um desfecho engraçado onde a ficção se mistura com a realidade: no final, as personagens que vivem a aventura decidem escrevê-la para participar no concurso da FNAC Kids". Destacou ainda o facto de ter sido “acrescentada uma página informativa com curiosidades que complementam a história e explicam também que elementos [os alunos] foram buscar à realidade e ao contexto da ilha onde moram”.

Podemos, portanto, dizer com honra e alegria que os alunos do 6.º D da EBS do Nordeste, para além de triunfarem num concurso literário de índole nacional, levaram longe o nome dos Açores em geral, e do Nordeste em particular, vertendo para o trabalho vencedor elementos muito próprios da sua terra, que dela fazem, de facto, um sítio único e especial.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação pela vitória dos alunos do 6.º D da EBS do Nordeste no Passatempo Biblioteca Fnac Kids. Propõe igualmente que deste voto seja dado conhecimento à Professora Fátima Margarida Ferreira, à Escola EBS do Nordeste e à Câmara Municipal do Nordeste.

Horta, Sala das Sessões, 10 de julho de 2014

Os Deputados Regionais, Renata Correia Botelho, Catarina Moniz Furtado, Benilde Oliveira, Graça Silva, Ricardo Cabral e Berto Messias

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para um voto de congratulação referente à conquista da medalha de ouro e do título de Campeã Europeia nos 400 metros barreiras no VII Campeonato Europeu do Desporto Adaptado pela atleta Ana Sofia Carvalho, tem a palavra, pelo Partido Socialista, a Sra. Deputada Graça Silva.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Decorreu no passado mês de Junho, de 12 a 16, em Bergen op Zoom, na Holanda, o sétimo Campeonato da Europa de Atletismo para Atletas com Deficiência Intelectual - INAS que contou com a participação da Seleção Portuguesa de Atletismo para a Deficiência Intelectual.

Na referida competição, que contou com a participação de 20 atletas portugueses, a seleção portuguesa terminou com um total de trinta e

uma medalhas: onze de ouro, treze de prata e sete de bronze, e a revalidação do título de Campeão Europeu em Masculinos e Femininos. Nela marcou presença a atleta açoriana Ana Sofia Carvalho que conquistou a Medalha de Ouro nos quatrocentos metros barreiras, sagrando-se assim campeã europeia naquela modalidade.

Ana Sofia Carvalho é natural da Freguesia do Livramento, do Concelho de Ponta Delgada, ilha de São Miguel, tem 23 anos de idade e é atleta, desde há oito anos, da Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores. Entidade que celebrou com a Direção Regional do Desporto, um protocolo no âmbito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Desporto Adaptado.

No passado, Ana Sofia Carvalho, já havia alcançado vários títulos de campeã nacional e recordes nacionais. Este é o seu primeiro ano como atleta no escalão de Absolutos/ Deficiência Intelectual e nas disciplinas de barreiras, sagrando-se vice campeã nacional de 60 metros barreiras no Campeonato Nacional de Atletismo em Pista Coberta/ Deficiência Intelectual, em Braga, e campeã nacional em 100 metros barreiras no campeonato nacional de atletismo/ deficiência intelectual.

Tratando-se de uma atleta que se dedica ao treino com redobrado empenho deverá ser encarada por todos nós como uma referência de orgulho e estímulo.

Assim, e nos termos regimentais estatutários, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o presente Voto de Congratulação à atleta Ana Sofia Carvalho, pela conquista da Medalha de Ouro e do título de

Campeã Europeia nos quatrocentos metros barreiras no Sétimo Campeonato Europeu de Desporto Adaptado.

Mais propõe que deste voto seja dado conhecimento à atleta, aos seus pais, ao seu coordenador técnico e à Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores.

Horta, Sala das Sessões, 10 de Julho de 2014

Os Deputados Regionais, Graça Silva, Lúcio Rodrigues, Berto Messias, José San-Bento e Francisco César

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Julgo não haver inscrições. Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Alusivo ao mesmo tema, também temos um voto de congratulação apresentado pelo PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Ana Sofia Carvalho, campeã europeia 400 m barreiras desporto adaptado

Ana Sofia Pacheco Carvalho, nascida a 08 de Setembro de 1991 na cidade de Ponta Delgada, sagrou-se Campeã da Europa em 400

metros barreiras no Campeonato da Europa INAS (Internacional Sport Association for Disabled People) para Deficiência Intelectual. Para além da Ana Sofia e no que respeita a atletas nacionais participaram mais duas portuguesas.

Ana Sofia Carvalho é atleta da Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores há 8 anos. Foi detentora de 4 recordes nacionais e vários títulos de campeã nacional. Este é o primeiro ano como atleta do escalão de Absolutos/Deficiência Intelectual na disciplina de barreiras, sagrando-se vice campeã nacional de 60 metros barreiras no Campeonato Nacional de Atletismo em Pista Coberta, em Braga, e campeã nacional em 100 metros barreiras no Campeonato Nacional de Atletismo/Deficiência Intelectual.

O Serviço de Desporto Adaptado da Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores concretiza-se de forma organizada desde 2002 sob a forma de Recreação e Lazer, com as modalidades de Boccia, Natação, Exploração da Natureza, Ténis, Equitação, Atletismo e anteriormente com o futsal, sendo dinamizadora e impulsionadora do desporto adaptado.

No atletismo, a Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores, organizou 5 campeonatos regionais de atletismo adaptado/Deficiência Intelectual e participou num total de 10 campeonatos regionais de atletismo adaptado/Deficiência Intelectual, onde, entre várias classificações, obtiveram 39 campeões regionais nas várias disciplinas do atletismo adaptado.

É neste contexto que o processo de Ana Sofia se insere como praticante exemplar, testemunho vivo de integração das pessoas portadoras de deficiência na sociedade e na prática desportiva em particular.

Assim, e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um voto de congratulação a Ana Sofia Pacheco Carvalho, Campeã da Europa em 400 metros barreiras no Campeonato da Europa INAS para Deficiência Intelectual.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à atleta Ana Sofia Pacheco Carvalho, à Associação de Pais e Amigos das Crianças Deficientes do Arquipélago dos Açores e à Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência.

Horta, Sala das Sessões, 10 de Julho de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Cláudio Almeida, Luís Garcia e Bruno Belo

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um voto de congratulação referente à Campeã Europeia de atletismo adaptado Maria João da Câmara da Silva, tem a palavra o Sr. Deputado Lizuarte Machado.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Secretário:

Voto de Congratulação

Maria João da Câmara da Silva nasceu na Freguesia da Calheta do Nesquim, Concelho de Lajes do Pico, a 17 de outubro de 1975.

Iniciou-se, em 2007, no Desporto Adaptado através da modalidade de Atletismo no Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena, entidade que celebrou com a Direção Regional do Desporto, um protocolo no âmbito do Programa de apoio ao desenvolvimento do Desporto Adaptado.

Na época desportiva 2007/2008 participou, na Ilha do Pico, no Torneio de Atletismo Adaptado, resultados não homologados.

Na época desportiva 2008/2009 participou no V Torneio de Atletismo Adaptado, na ilha Terceira, com organização da Associação Cristã da Mocidade, tendo obtido o 3º lugar na prova de 100 metros.

Na época desportiva 2009/2010 participou no VI Torneio de Atletismo Adaptado, em S. Miguel onde obteve o 1º lugar na prova de 100 metros e o 1º lugar na prova de 400 metros marcha, sendo o primeiro ano que nos Torneios de Atletismo açoriano se dividiu os atletas por três escalões, nomeadamente, atividade adaptada, competição adaptada e Síndrome de Down, sendo este último o escalão em que a Maria João se enquadra;

- Participou no Campeonato Nacional Individuais de Atletismo na Mealhada, de 15 e 16 de maio de 2010, obtendo o 1º Lugar na

prova de 400 metros marcha feminino e o 2º lugar na prova de 100 metros feminino;

- Seleccionada para a Seleção Nacional de atletas com Síndrome de Down, com participação no 1º Campeonato do Mundo de Atletismo Síndrome de Down em Puerto Vallarta, – México, de 7 a 12 de setembro de 2010. Sagrou-se Campeã Mundial nas provas de 400 metros e 1500 metros marcha e classificou-se em 4º lugar no lançamento do dardo e 9º lugar no lançamento do disco.

Na época desportiva 2010/2011 participou nos Campeonatos de Portugal de Atletismo Pista Coberta (Torneio Nacional Adaptado) dia 19 de fevereiro, em Braga no Pavilhão de Exposições, onde se classificou em 1º lugar nos 1000 metros marcha, qualificando-se, novamente, para a Seleção Nacional de Síndrome de Down e conquistando o 3º lugar no lançamento do peso;

- Participou no VII Torneio Regional de Atletismo Adaptado, nos dias 7 e 8 de maio, no estádio João Paulo II na Ilha Terceira, classificando-se em 1º lugar no lançamento do peso e em 1º lugar nos 1500 metros marcha, Síndrome de Down, batendo o seu recorde pessoal;

- Participou no Torneio Nacional Adaptado, dias 21 e 22 de maio, na Pista do Centro de Estágios Municipal do Luso – Mealhada, classificando-se em 1º lugar nos 1500 metros marcha, e em 2º lugar no lançamento do peso;

- Participou no 1º Campeonato da Europa de Atletismo Síndrome de Down – Cagliari, Sardenha, Itália – 3 a 5 de junho. Obteve o 1º lugar nos 400 metros marcha, com novo recorde, o 1º lugar nos 1500 metros marcha, também com novo recorde do mundo conquistando

ainda o 3º lugar no lançamento do disco.

Na época desportiva 2011/2012 participou nos Campeonatos de Portugal de Atletismo Pista Coberta (Torneio Nacional Adaptado) dia 4 de fevereiro de 2012, em Braga no Pavilhão de Exposições, onde se classificou em 1º lugar nos 800 metros marcha, qualificando-se, novamente, para a Seleção Nacional de Síndrome de Down e conquistando o 3º lugar no lançamento do peso;

- Participou no Torneio Nacional Adaptado, dias 28 e 29 de abril, na Pista do Centro de Estágios Municipal do Luso – Mealhada, classificando-se em 1º lugar nos 1500 metros marcha e nos 800 metros marcha, em 3º lugar no lançamento do peso e nos 400 metros planos;

- No 2º Campeonato do Mundo de Atletismo Síndrome de Down na ilha Terceira, 15 a 21 de maio 2012, sagrou-se Campeã Mundial com recorde do mundo em cada uma das provas – nos 800 metros, 1500 metros marcha e nos 4x400 metros;

Na época desportiva 2012/2013 participou no IX Torneio Regional de Atletismo Adaptado, nos dias 13 e 14 de abril, na Pista de Atletismo das Laranjeiras, classificando-se em 1º lugar no lançamento do peso e em 1º lugar nos 1500 metros marcha e em 2º lugar nos 100 metros planos, Síndrome de Down;

- Participou no Torneio Nacional Adaptado, dias 27 e 28 de abril, na Pista do Centro de Estágios Municipal do Luso – Mealhada, classificando-se em 1º lugar nos 1500 metros marcha, em 2º lugar no lançamento do peso e nos 400 metros planos, Síndrome de Down;

- Participou no 2º Campeonato da Europa de Atletismo Síndrome

de Down – Roma, Itália – 27 de junho a 1 de julho. Obteve o 1º lugar nos 800 metros marcha e nos 1500 metros marcha, 1º lugar nos 1500 metros planos sagrando-se campeã da Europa nesta disciplina e 1º lugar nos 4x400 metros com novo recorde do Mundo. Para além destes excelentes resultados foi prata nos 4x100 metros e bronze no lançamento do disco.

Na época desportiva 2013/2014, ainda em curso, participou no X Torneio Regional de Atletismo Adaptado, nos dias 29 e 30 de março, na Pista de Atletismo das Laranjeiras, classificando-se em 1º lugar no lançamento do dardo, em 1º lugar nos 1500 metros marcha e em 1º lugar nos 1000 metros planos, Síndrome de Down;

- Participou no Torneio Nacional Adaptado, dias 26 e 27 de abril, na Pista do Centro de Estágios Municipal do Luso – Mealhada, classificando-se em 1º lugar nos 1500 metros marcha e nos 1000 metros planos, e em 2º lugar no lançamento do dardo, Síndrome de Down;

- Participou no 3º Campeonato de Atletismo da Europa a 24 e 25 de maio, na Pista Municipal da Póvoa de Varzim. Obteve o 1º lugar nos 800 metros marcha (batendo o seu próprio recorde do mundo e estabelecendo novo tempo nesta disciplina), 1º lugar nos 1500 metros planos, mantendo o título de campeã da Europa nesta disciplina e 1º lugar nos 1500 metros marcha. Conquistou ainda a prata nos 4x400 metros e bronze no lançamento do disco.

Assim, nos termos do disposto nos artigos 71.º e 73.º do Regimento, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário no dia 10 de julho de 2014, emita o seguinte voto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova o presente voto de congratulação à atleta Maria João Silva pela conquista no 3º Campeonato de Atletismo da Europa, que decorreu a 24 e 25 de maio, na Pista Municipal da Póvoa de Varzim, do 1º lugar nos 800 metros marcha (batendo o seu próprio recorde do mundo e estabelecendo novo tempo nesta disciplina), do 1º lugar nos 1500 metros planos, mantendo o título de campeã da Europa nesta disciplina, do 1º lugar nos 1500 metros marcha, da conquista da prata nos 4x400 metros e do bronze no lançamento do disco, bem como pelos recordes mundiais que alcançou e por toda uma carreira desportiva cheia de sucessos.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à atleta e respetiva família bem como ao Centro de Atividades Ocupacionais da Madalena e à Direção Regional do Desporto.

Horta, Sala das Sessões, 10 de julho de 2014

Os Deputados Regionais, Francisco César, Lizuarte Machado, Miguel Costa e Berto Messias

Deputados Berto Messias e Miguel Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um voto de congratulação também referente à Campeã Europeia Maria João Silva, tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Maria João Silva – Campeã Europeia

Maria João Silva, natural da Freguesia da Calheta de Nesquim, atleta do Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena, revalidou o título de campeã europeia, no 3º Campeonato da Europa de Atletismo para atletas com síndrome de DOWN, realizado em Maio do corrente ano, na Póvoa de Varzim.

Na competição em referência, Maria João subiu ao pódio, por cinco vezes, arrecadando duas medalhas de bronze, uma na prova de lançamento de disco, outra na prova de 4x400 estafeta, uma medalha de prata na prova dos 1.500 metros marcha e duas medalhas de ouro nas provas de 800 metros marcha e de 1.500 metros planos. Selou o triunfo na prova de 800 metros marcha estabelecendo um novo record mundial, record por ela mesma antes alcançado.

Cinco anos depois de pela primeira vez ter sido chamada à seleção nacional, Maria João Silva não parou de surpreender e de se superar a si própria.

O primeiro momento de glória foi alcançado em 2010 no México, por ocasião do 1º Campeonato do Mundo para atletas com síndrome de

DOWN, em que se sagrou campeã mundial nos 400 metros marcha e 1.500 metros marcha.

Em 2011, sagrou-se campeã europeia nas provas de 400 metros marcha e de 1.500 metros marcha, estabelecendo o record mundial nessas duas provas.

Em Maio de 2012, no 2º Campeonato Mundial para atletas com síndrome de DOWN, realizado na Ilha Terceira, Maria João Silva conquista mais três medalhas de ouro nas provas de 800 e 1.500 metros marcha e 4x400 estafeta, com três novos recordes mundiais.

As vitórias de Maria João Silva são o corolário de um trabalho de excelência que nos últimos anos tem vindo a ser feito no Centro de Atividades Ocupacionais da Santa Casa da Misericórdia da Madalena, pela Coordenadora Carla Tomás. Um trabalho de grande dimensão humana e social, que vai muito para além da vertente desportiva.

As vitórias de Maria João Silva são também as vitórias de uma população com problemas específicos, que quando bem acompanhados e orientados por técnicos competentes se revelam capazes de ultrapassar as suas próprias limitações físicas e psicomotoras.

São ainda as vitórias daqueles que apostam no desporto adaptado como veículo que conduz à igualdade de oportunidades aos cidadãos portadores de deficiência no acesso à prática desportiva, potenciando assim a melhor integração e a qualidade de vida dos mesmos.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o grupo parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de congratulação à atleta Maria João Silva, pela conquista de mais um título de campeã

europeia no 3º Campeonato Europeu para atletas com síndrome de DOWN. Uma vitória da dedicação e da perseverança que constitui um bom exemplo que deve servir de motivação e de estímulo a todos nós.

Mais se propõe que do mesmo voto seja dado conhecimento à Técnica Carla Tomás, Coordenadora do CAO da Santa Casa da Misericórdia da Madalena do Pico, bem como ao respetivo Provedor.

Horta, 10 de Julho de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Bruno Belo, Cláudio Lopes e Luís Garcia

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Antes de passarmos ao próximo voto queria informar a câmara que estão na galeria alunos da Escola Secundária Domingos Rebelo, da ilha de São Miguel, acompanhados também por uma antiga deputada e membro do Governo Regional, a Dra. Ana Paula Marques.

Saúdo-vos a todos em nome desta Assembleia. Sejam bem-vindos.

(Aplausos da câmara)

Vamos então continuar com apresentação de votos.

De seguida temos um voto de congratulação referente à participação no Eurovision Young Musicians, 17.^a edição, do instrumentista André Gunko.

Pelo Partido Socialista, tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

André Gunko nasceu na cidade da Horta em 1997, vindo posteriormente a fixar-se em Angra do Heroísmo. Desde cedo demonstrando apetência para a música, iniciou as suas primeiras aulas de violoncelo aos seis anos de idade. No curso preparatório do Conservatório Regional de Angra do Heroísmo (integrado na Escola Tomás de Borba) teve como professor Orest Grytsyuk.

Em 2008, André inicia aulas com o professor Levon Mouradian, violoncelista internacionalmente reconhecido. Frequentou ainda cursos de aperfeiçoamento tais como a International Summer Music Academy em Kiev, com o professor Vladimir Panteleev, o Festival Internacional de Música de Viana do Castelo, com os professores Levon Mouradian, Herwig Tachezi e Nathaniel Rosen; a International Summer Academy em Marktoberdorf, com os professores Ulf Tischbirek, Leonid Gorokhov e Hatto Beyerle, e a International Music Festival California Institute of Music, em Weikersheim Castle, com o professor Levon Mouradian.

André Gunko foi um dos cinco violoncelistas selecionados para a Gstaad String Academy, para a classe do professor Ivan Monighetti, violoncelista e maestro russo, para a qual recebeu uma bolsa de estudos e participou, já em 2014, num curso de aperfeiçoamento com o professor Valter Despali na Academia de Música Internacional no Liechtenstein.

André Gunko foi galardoado igualmente com Primeiros Prémios em diversos Concursos, entre os quais se contam: o Concurso Internacional de Jovens Músicos, no âmbito do Fórum Internacional de Música na Madeira; o Concurso de Santa Cecília, Categoria D, no Porto; o Concurso de Marília Rocha, nível A, em Vila do Conde, todos em 2007; o Concurso de Instrumentos de Arco do Alto Minho, Categoria B, em Viana do Castelo, em 2008; o Concurso de Santa Cecília, Categoria C, no Porto em 2011 e o Prémio Jovens Músicos, Categoria A (Solistas), em Lisboa, em 2013. Apresentou-se como solista com a Orquestra Gulbenkian e participou no projeto OJ.com.

Participa frequentemente em eventos musicais promovidos pela EBS Tomás de Borba. Atuou já em diversos países, tais como a Alemanha, Suíça e Liechtenstein.

Foi escolhido para representar Portugal na 17.^a edição do Eurovision Young Musicians, sendo esta uma das mais importantes competições internacionais de música clássica, para jovens com menos de 20 anos de idade. Apresentou-se na Final, em Colónia, na Alemanha, com o Concerto para Violoncelo **op. 85, 2 mov Lento. Allegro molto**, de Edward Elgar.

Nos termos regimentais estatutários, o Partido Socialista apresenta, deste modo, voto de congratulação a André Gunko, pela sua elevada

representação da Região e do nosso País na 17.^a edição do Eurovision Young Musicians.

Que deste voto seja dado conhecimento ao músico, à sua família e ao Conservatório Regional de Angra do Heroísmo.

Sala das Sessões, Horta, 10 de julho de 2014

Os Deputados Regionais, Marta Couto, Berto Messias, Domingos Cunha, António Parreira, Ricardo Ramalho e Cláudia Cardoso

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com muita alegria que o PSD deseja associar-se a este voto que de facto salienta e muito bem através da descrição que foi feita, no texto do próprio voto, a forma como André Gunko, aos 17 anos, se tornou naquilo que é hoje: um dos melhores e mais virtuosos músicos dos Açores.

A sua maturidade e dimensão musical andam de mãos dadas com a sua simplicidade, timidez e sorriso fácil, próprios da sua juventude.

Tive o privilégio de conhecer o André era ele ainda muito menino nos tapetes do Clube de Judo de Angra de Heroísmo.

Era, tal como ainda é hoje, um jovem muito especial que merece este voto de congratulação, que merece a nossa admiração e que merece certamente muitos aplausos e uma carreira musical cheia de sucessos.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para apresentação de um voto de congratulação referente ao Grupo Desportivo do Juncal, pelo PSD, tem a palavra a Sra. Deputada Judite Parreira.

Deputada Judite Parreira (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Secretários Regionais:

Voto de Congratulação **Grupo Desportivo do Juncal**

É com grande orgulho e satisfação que o Grupo Parlamentar do PSD Açores apresenta mais um voto de congratulação pelos feitos conseguidos pelo Grupo Desportivo do Juncal, reconhecendo os excelentes resultados alcançados ao longo da época.

Desta feita, as “meninas do Juncal” revalidaram o título alcançado na época passada, sagrando-se bicampeãs nacionais em juniores.

O trabalho realizado pelo Grupo Desportivo do Juncal ao longo destes 10 anos é notável e muito meritório, tanto mais, pelo facto de se tratar de uma pequena localidade da Praia da Vitória. Os resultados alcançados são o corolário do trabalho sério e profícuo realizado ao longo do tempo e da forte aposta nos escalões de formação que deu frutos e se materializou na enorme qualidade que o clube tem vindo a apresentar.

O trabalho realizado pela direção de Roberto Andrade, Luís Maciel e José Carlos Costa, é um exemplo de voluntariado e tem levado longe o nome do Juncal. Não têm descurado o objetivo do Centro Social do Juncal de promover a inclusão social e incentivar a prática do desporto como forma de garantir um futuro melhor a quem o pratica.

E porque os verdadeiros vencedores não esperam as oportunidades, lutam e vão ao encontro delas através do seu trabalho e do seu esforço, os treinadores Alexandre Gomes e Luís Sousa souberam inculcar valores de trabalho, de espírito de equipa e de espírito de sacrifício nas atletas, conduzindo-as ao lugar mais alto do *podium*.

Dizia George Marshall que “É o espírito que trazemos para a luta, que decide o resultado.”, assim as atletas Patrícia Maciel, Raquel Andrade, Vitória Santos e Li Zilin, bateram-se com enorme dedicação e empenho e venceram as suas opositoras, nos dias 17 e 18 de maio, na Maia, reconquistando o título de campeãs nacionais.

Porém, o vencedor não é aquele que ganha sempre, é o que nunca deixa de lutar! Deste modo, o PSD felicita atletas, equipa técnica, dirigentes e simpatizantes e deseja-lhes que continuem a lutar a bem do desporto açoriano, fazendo história e contribuindo para a história do Juncal, da Praia da Vitória, da Terceira e dos Açores.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal e que deste voto seja dado conhecimento ao Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, à Associação de Ténis de Mesa da Ilha Terceira e à Federação de Ténis de Mesa.

Horta, Sala das Sessões, 09 de julho de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo e Judite Parreira.

Deputados Jorge Macedo e João Bruto da Costa (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito breve apenas para manifestar que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista se associa a este voto apresentado pela Sra. Deputada Judite Parreira.

De facto, é impressionante o trabalho que este grupo desportivo tem feito nos últimos 10 anos.

Ainda me recordo perfeitamente que no início dos anos 2000 a única manifestação de ténis de mesa que o Juncal tinha era uma pequena mesa de ping-pong junto ao bar e de facto (devido ao trabalho do Roberto Andrade, do Luís Maciel, sobretudo destes dois dirigentes) é absolutamente impressionante o crescimento que este grupo teve na última década e meia, não só ao nível desportivo, mas também e sobretudo ao nível social naquela localidade da Praia da Vitória.

Portanto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se com muito gosto a este voto.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

(Eram 11 horas e 25 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 12 horas e 04 minutos)

Sras. e Srs. Deputados, vamos então continuar com a apresentação de votos.

Para um voto de congratulação ao Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos, pelo Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

Deputado Miguel Costa (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Voto de Congratulação

A época 2013/2014 foi, para o Grupo Desportivo do Salão Recreativo dos Toledos, mais um registo de sucesso no panorama do desporto nacional, na modalidade de ténis de mesa em seniores masculinos.

A carreira desportiva do Grupo Desportivo dos Toledos é incontornavelmente de um êxito extraordinário, só ao alcance dos grandes clubes e das grandes organizações. São mais de 30 anos de história que marcam indelevelmente um compromisso social e desportivo de grande relevo para os Açores e para a ilha do Pico em especial, pondo os intocáveis valores sociais, culturais, recreativos e desportivos em plano de destaque na sua missão, só conseguido com o elevado esforço e dedicação dos seus dirigentes, sócios, colaboradores, técnicos e atletas. O reconhecimento devido através da atribuição do título de instituição de interesse público é a prova da sua inquestionável missão social e merecedora do justo reconhecimento desta Assembleia.

Felizmente muitas têm sido as vezes que nesta Casa temos reconhecido os méritos desportivos dos “Toledos”, mas esta época 2013/2014 acrescentou, ao seu rico palmarés, mais um título de campeão nacional de ténis de mesa em seniores masculinos, conquistado com os atletas André Silva, Diogo Silva, João Pereira, Vasco Fialho, Ricardo Corredoura e Aruna Quadri, que também assumiu as funções de treinador.

Mas mesmo assim superou-se, conquistando pela primeira vez na sua história o triplete, vencendo na mesma época a Supertaça, a Taça de Portugal (a segunda consecutiva) e o Campeonato Nacional da 1ª Divisão (pela 3ª vez na sua história e a 2ª vez consecutiva), isto sem perder um único jogo.

Só um grande clube nacional, como já o é o Grupo Desportivo dos Toledos, tem esta capacidade e palmarés, sendo um digno

representante do desporto açoriano, o que constitui um grande motivo de orgulho para todos os açorianos.

São já 12 títulos nacionais conquistados, com cerca de 100 atletas em formação, num esforço de campeão e dedicação das suas direções presididas por José Eduardo Cardoso Pereira, sendo justo e merecido deixar aqui um especial reconhecimento ao trabalho desenvolvido nos últimos anos.

É um “Toledos” Campeão dos Campeões!

Assim e nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, reunida em plenário no dia 10 de julho de 2014, emita o seguinte voto de congratulação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores felicita o Grupo Desportivo dos Toledos pela conquista do Campeonato Nacional da 1ª Divisão em Ténis de Mesa, congratulando-se igualmente pela extraordinária época desportiva conseguida com a conquista do pleno, Supertaça, Taça de Portugal e Campeonato Nacional, constituindo um grande motivo de orgulho e inspiração para todos os Açorianos.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Direção do Salão Recreativo dos Toledos e seu Grupo Desportivo, à Associação de Ténis de Mesa do Pico e à Federação Portuguesa de Ténis de Mesa.

Horta, 10 de julho de 2014

Os Deputados Regionais, Miguel Costa, Berto Messias, José San-Bento, Lizuarte Machado e Lúcio Rodrigues

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para um voto de congratulação também referente aos Toledos, tem a palavra, pelo PSD, o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Voto de Congratulação Toledos – Campeão Nacional

No passado dia 21 de junho do corrente ano, a equipa sénior masculina do Grupo Desportivo dos Toledos da ilha do Pico, sagrou-se, uma vez mais, campeã nacional da 1ª Divisão na modalidade de Ténis de Mesa.

Com mais este título nacional, o Toledos encerra uma época desportiva em que completa aquilo que na gíria desportiva se intitula de “tripleta”, ou seja, numa só época ganha a Supertaça de Portugal, a Taça de Portugal e o Campeonato Nacional.

Este feito desportivo, para além de histórico no desporto regional, vem enriquecer o já vasto palmarés desportivo de um Clube com uma década e meia de existência e que nas últimas cinco épocas desportivas arrecadou duas Supertaças de Portugal, três Taças de Portugal e três Campeonatos Nacionais.

Ao longo destes 15 anos de vida do Clube, o Toledos tem alcançado vários títulos e classificações honrosas na modalidade de Ténis de Mesa, em vários escalões e quadros competitivos, mas, sem dúvida que o desempenho mais relevante se tem situado nos escalões seniores, masculino e feminino.

Contudo, importa sublinhar, para além dos resultados desportivos de maior relevância, a vertente de serviço público que é prestada na formação de mais de uma centena de atletas jovens e adolescentes, contribuindo, através dessa saudável ocupação dos tempos livres para a prevenção de riscos e para o desenvolvimento mais harmonioso dos mesmos.

Em consequência de um trabalho incessante, feito com humildade, mas muita perseverança e total dedicação, dos atletas, dos técnicos, dos empenhados dirigentes e da entrega generosa de um grupo de colaboradores, o Toledos transformou-se, em poucos, anos num dos mais importantes embaixadores dos Açores no desporto nacional, tendo levado já, por várias vezes, o nome da Região e de Portugal a diversas partes do Mundo, participando em competições europeias em países como, Luxemburgo, Chipre, República Checa, Holanda, Espanha, França, Bulgária e Eslováquia.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um voto de congratulação ao Grupo Desportivo dos Toledos pela conquista do título de campeão nacional da 1ª Divisão de seniores masculinos na modalidade de Ténis de Mesa, na época desportiva 2013/2014, felicitando os atletas, a equipa técnica, os dirigentes, na pessoa do seu dedicado Presidente José

Eduardo Cardoso Pereira e todos os colaboradores e associados deste Clube.

Propõe-se ainda que do presente voto seja dado conhecimento à Câmara Municipal da Madalena, à Junta de Freguesia da Madalena, ao Serviço de Desporto da Ilha do Pico e à Associação de Ténis de Mesa da Ilha do Pico.

Horta, 10 de julho de 2014

Os Deputados Regionais, Duarte Freitas, António Marinho, António Ventura, Luís Garcia, Bruno Belo e Cláudio Lopes

Deputados Duarte Freitas e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições, pelo que vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Avançamos agora para os votos de protestos.

O primeiro é do Partido Socialista e tem a palavra o Sr. Deputado André Bradford.

Deputado André Bradford (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

No passado dia 21 de junho, faleceu, em S. Jorge, na sequência de um traumatismo craniano grave sofrido numa tourada à corda, um

homem de 62 anos, enquanto aguardava que se concretizasse a sua evacuação médica por meios aéreos.

Quarenta e cinco minutos depois do acidentado ter dado entrada no Centro de Saúde de Velas e de ter sido avaliado por uma equipa médica, foi solicitada uma evacuação aérea emergente às Operações da Base Aérea Nº 4. Porque o helicóptero EH-101 Merlin se encontrava envolvido numa operação de busca e salvamento ao largo da Madeira e porque foi considerado que a aeronave C-295 não poderia realizar a operação por alegadas limitações de certificação em voo noturno do aeródromo da Ilha de São Jorge, a necessária evacuação aérea não se chegou a realizar. Foram então feitas diligências para que a evacuação aérea pudesse ser realizada a partir da ilha do Pico, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o barco?

O Orador: ... depois de assegurado o transporte marítimo do acidentado para aquela ilha. Entretanto, e lamentavelmente, o paciente veio a falecer sem nunca ter chegado a sair de S. Jorge.

Perante os dados inicialmente disponibilizados, poder-se-ia pensar que se tratou de uma infeliz coincidência, por um lado, e que, por outro, os jorgenses estariam penalizados no que diz respeito ao acesso emergente aos hospitais de referência por limitação da iluminação da pista do seu aeródromo. Mas, como os açorianos foram percebendo aos poucos, a história estava mal contada e a verdadeira razão para o que aconteceu em S. Jorge era de outra ordem.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso!

O Orador: Primeiro, porque a questão da iluminação do aeródromo de S. Jorge não é impeditiva da operação de aeronaves militares para

efeitos de evacuações aeromédicas, que aliás já aconteceram em condições semelhantes na ilha das Flores. De acordo com o manual de informação sobre a pista, disponibilizado pela NAV, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor votou contra uma proposta do CDS!

O Orador: ... a pista de S. Jorge possui iluminação de aproximação e fim de pista, iluminação lateral e ainda dois outros tipos de iluminação de apoio à navegação.

Depois, porque, como veio a confirmar o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas, e apesar de dispor de dois helicópteros do tipo EH-101 estacionados na Região, a Zona Aérea dos Açores tem ao seu serviço apenas uma tripulação completa e certificada, o que significa que não tem meios humanos suficientes para utilizar plenamente os recursos técnicos existentes. Se houvesse uma segunda tripulação, como aconteceu até final de 2013, a evacuação do acidentado de S. Jorge poder-se-ia realizar logo após ter sido solicitada.

Perante esta clara negligência da República, que deixa os açorianos das ilhas sem hospital entregues à sorte e ao azar em caso de emergência, o Senhor Ministro da Defesa Nacional recusou-se a assumir as suas responsabilidades políticas e procurou transferir as competências relativas a evacuações médicas para o Governo Regional. “A competência da Força Aérea nos arquipélagos é de busca e salvamento”, ao passo que “as evacuações médicas são uma competência regional e para a qual existe um protocolo de colaboração”, afirmou o Ministro Aguiar Branco, para depois acrescentar que, por isso, são feitas “na medida da disponibilidade dos meios”.

Além da insensibilidade e da falta de coragem política que revelam, as declarações do Senhor Ministro da Defesa atestam um enorme retrocesso em relação às responsabilidades que o Estado, por via das Forças Armadas estacionadas na Região, sempre assumiu no que respeita à segurança e proteção das populações dos Açores, reconhecendo as evacuações médicas como uma missão vital da Força Aérea numa Região condicionada pela distância, dimensão e dispersão das suas ilhas.

As declarações do Ministro Aguiar Branco assumem um patamar de especial gravidade pelo facto de o Ministério da Defesa Nacional ter a obrigação de ter um conhecimento profundo da disponibilidade de meios das Forças Armadas na Região, o que decorre das suas competências, mas também por ter na sua estrutura dirigente uma responsável política conhecedora da realidade regional.

Os Açorianos habituaram-se a ver na Força Aérea, assim como no Exército e na Marinha, preciosos auxílios nas horas difíceis, em situações de emergência e de catástrofe, parceiros fundamentais para assegurar a resposta necessária às limitações da nossa geografia. Só em 2013, por exemplo, e ao abrigo das mesmas diretrizes atualmente existentes, foram efetuadas 156 missões de evacuação inter-ilhas e transportados 176 doentes.

Bastam estes dados para atestar o elevado nível de profissionalismo e mesmo de empenho pessoal que os militares dos três ramos das Forças Armadas sempre demonstraram no desempenho das suas missões, valores que foram, algumas vezes em situações de angústia, alvo de reconhecimento de todos os Açorianos.

É por isso que não podem compreender nem aceitar que, perante um caso evidente e infelizmente trágico de irresponsabilidade da tutela política das Forças Armadas na Região, a resposta do Senhor Ministro Aguiar Branco seja uma declaração unilateral de abandono.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprova um voto de protesto, manifestando-se veementemente contra:

1. O facto de a Força Aérea na Região não dispor de meios humanos suficientes, nomeadamente de pilotos-comandantes, para poder utilizar de forma plena os meios aéreos existentes, com claro prejuízo para a segurança dos Açorianos das ilhas sem hospital;

2. As declarações insensíveis e irresponsáveis do Senhor Ministro da Defesa Nacional que, perante o lamentável caso da morte de um jorgense que necessitava de evacuação médica urgente, se limitou a transferir as responsabilidades para a Região, tentando, em simultâneo, disfarçar a falha direta do seu Ministério ao não assegurar os meios e a capacidade de atuação da Força Aérea nos Açores.

3. A falta de garantias de que o problema se resolverá de imediato, permanecendo os Açorianos das ilhas sem hospital na dependência da sorte por desinvestimento do Governo da República em meios humanos qualificados.

4. A recorrente insensibilidade do Governo da República para com as especificidades dos Açores, que, neste caso concreto, põe em causa as próprias missões essenciais da Força Aérea na Região.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao Presidente da República Portuguesa, ao Primeiro-Ministro de Portugal, ao Ministro da Defesa Nacional e ao Chefe de Estado Maior das Forças Armadas.

Horta, sala das sessões, 10 de julho de 2014

Os Deputados Regionais, André Bradford, Berto Messias, Francisco Coelho, José San-Bento, Arlinda Nunes, Francisco César, Miguel Costa e André Rodrigues

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD vai votar favoravelmente este voto de protesto agora apresentado pelo Partido Socialista e vai votar favoravelmente porque não temos dois pesos e duas medidas consoante o partido que governa a República.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Defendemos e colocamos os Açores acima de todos os interesses.

Tal como disse o Presidente do PSD/Açores em tempo oportuno, as declarações do Ministro da Defesa sobre esta situação foram infelizes, mas não fazemos da hipocrisia a nossa arma de arremesso partidária contra os outros.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não fazemos como os socialistas que estão sempre prontos para criticar os outros, mas não reparam que a certificação da iluminação da pista do aeroporto da ilha de São Jorge é uma promessa do Governo Regional sucessivamente adiada ...

Deputados Bruno Belo e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que os meios ali existentes atualmente não permitem aterragens noturnas em segurança.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não fazemos como o PS que sabe que o Governo Regional mandou abrir um inquérito ao que aconteceu, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... mas nem sequer espera pelas suas conclusões.

Um inquérito aliás anunciado sem que se saiba quem é que faz parte da sua comissão e sem sequer serem anunciados os prazos para apresentação das conclusões.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O PSD lamenta profundamente a perda de uma vida humana, o que está na origem deste protesto, mais ainda se ela eventualmente teve resultado na incúria de alguém ou da escassez de algum meio.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Para nós, mais importante do que utilizar a morte de um cidadão como instrumento de arremesso partidário, é saber o que é que aconteceu, saber o que falhou.

É importante tomar as medidas que venham a considerar-se necessárias para que casos como este não se voltem a repetir.

Para o PSD/Açores tão importante como acautelar os meios da Força Aérea nos Açores, é o Governo Regional cumprir com as suas promessas de melhoramento de infraestruturas como os aeroportos regionais.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Cá estaremos no futuro como hoje para exigir responsabilidades de todos, para exigir que o Estado cumpra as suas funções na Região e que o Governo Regional cumpra os seus compromissos.

Se o PS quisesse mesmo resolver problemas traria aqui ao Parlamento uma proposta de resolução para recomendar ao Governo da República que reforce os meios da Força Aérea na Região.

Certamente contaria também com o apoio do PSD/Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Infelizmente, entre trabalhar para resolver problemas e criar ruído para fazer esquecer os problemas assumidos pelo PS, os socialistas escolhem sempre o ruído.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

(*) **Deputado André Bradford (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De uma forma muito breve, muito rápida, para registar que através da intervenção do Sr. Deputado António Pedroso o PSD/Açores demonstrou aos açorianos que vota a favor, mas muito contrariado, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não senhor!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Já tínhamos perdido o hábito dessas suas artimanhas!

O Orador: ... porque a declaração, em vez de ser uma manifestação de pesar ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já não estávamos habituados ao seu discurso!

O Orador: ... e um lamento pela situação a que chegámos em termos de resposta da Força Aérea nos Açores às situações de emergência e evacuação aeromédica, em vez de ser isso, que é o objetivo do nosso voto, é um puro ataque ao PS/Açores, ao Governo dos Açores, procurando dessa maneira disfarçar as verdadeiras responsabilidades aqui em causa e que não são do Governo dos Açores, são do Governo da República.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Duas notas.

A questão aqui não é se o Governo da República é do PSD ou é do PS.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É, é!

O Orador: A questão aqui é que o Governo da República falhou. Este mesmo Governo da República até ao final de 2013 não tinha falhado. Até ao final de 2013 tinha assegurado equipas suficientes, qualificadas, certificadas para voar com os meios aéreos que tinha.

Deputados Berto Messias e Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Este mesmo Governo da República que não tinha falhado (e que é do PSD, que continuava a ser do PSD) até ao final de 2013, a partir do início de 2014 falhou ...

Deputado Francisco César (PS): E esta!

Deputado Manuel Pereira (PS): E agora?

Deputado José Ávila (PS): É isso que é preciso dizer!

O Orador: ... e nós não vamos deixar de dizer que falhou e deixar de preocuparmo-nos com a segurança e a saúde dos açorianos porque o Governo é do PSD.

A nossa obrigação é saudar quando as coisas funcionam, lamentar e censurar quando as coisas não funcionam. É para isso que nós estamos aqui.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E quem é o responsável pela falta de iluminação na pista de São Jorge? Quem é?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: É o mesmo Governo!

Portanto, Sr. Deputado, lamento que, sendo ainda por cima o Sr. Deputado um jorgense, não tenha começado por lamentar o incidente, não tenha centrado a sua intervenção nesse aspeto e depois então passado à politiquice.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor não o fez!

Deputado Luís Maurício (PSD): Fica-lhe mal, muito mal!

O Orador: Só mais dois dados muito breves para terminar esta intervenção.

Em primeiro lugar, a iluminação da pista, Sr. Deputado, não é uma questão que se coloca quando se trata de evacuações aeromédicas de emergência. Não é! É o Sr. Deputado das Flores que está à sua frente a dizer que sim com a cabeça pode esclarecer-lhe que nas Flores

várias vezes a Força Aérea com estes mesmos meios, com as mesmas condições de iluminação, já fez evacuações aeromédicas.

Deputado Bruno Belo (PSD): Seja sério! Não é a mesma coisa! Não compare o incomparável!

O Orador: O problema é de outra ordem.

Sabe qual é o problema, Sr. Deputado?

Vou explicar-lhe.

O problema é que há três helicópteros topo de gama no Atlântico, nas ilhas portuguesas atlânticas (há três helicópteros topo de gama: dois na Terceira, um na Madeira), há outros meios aéreos de última geração e há um piloto comandante para operar com três helicópteros, um na Madeira e dois nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas quem é que forma os pilotos?

O Orador: Sabe que a Madeira ainda está pior do que os Açores, Sr. Deputado. A Madeira não tem piloto. Não existe um só sequer piloto lá e quando é preciso fazer uma evacuação médica na Madeira tem que ser o piloto que está na Terceira, que é transportado por meios da Força Aérea para a Madeira, para fazer lá a operação.

Portanto, quem falhou e quem está a falhar de forma clara e grave é o Governo da República, o Ministério da Defesa, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O Sr. Secretário já pode arrumar com a comissão de inquérito. Já não há necessidade!

O Orador: ... que não proporciona as condições necessárias, os meios humanos necessários para operar com a sua frota.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Seja sério!

O Orador: Uma última nota, Sr. Deputado, para esclarecer-lhe que na altura foi anunciada a realização de um inquérito. Esse inquérito é

interno aos procedimentos que dizem respeito ao Governo Regional e, portanto, cinge-se à parte da atuação da Proteção Civil e obviamente nunca tem nenhum tipo de atuação, nem de tutela, sobre as questões que falharam ao nível da República. Essas não são objeto de inquérito pelo Governo Regional.

Muito obrigado.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado só não explica por que é que Carlos César inaugurou a iluminação da pista e ela ainda não está certificada!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo voto de protesto é apresentado pelo CDS.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Espínola.

Deputada Ana Espínola (CDS/PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Contra as medidas implementadas pelo Secretário Regional da Saúde, no âmbito do Plano de Acção para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde

A saúde é um bem precioso. Todos crescemos a ouvir que prevenir é o melhor remédio.

O Governo Regional construiu, e ainda constrói, unidades de saúde para que a Região possa prestar aos Açorianos mais e melhores cuidados de saúde e cuidados de proximidade, investindo nas infraestruturas, mas também no apetrechamento técnico e tecnológico.

O Governo Regional, dadas as especificidades inerentes à insularidade arquipelágica das nossas ilhas, apostou na deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital para assegurar um tratamento atempado e regular aos utentes dessas ilhas.

Na actual Legislatura, fruto de uma insistência, no mínimo estranha, do Secretário Regional da Saúde, o Governo elaborou um Plano de Reestruturação do Serviço Regional de Saúde que foi transformado num Plano de Acção para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde e que tem tido várias consequências negativas no acesso dos utentes aos cuidados de saúde, particularmente nas ilhas sem hospital. Uma destas consequências foi a redução drástica e dramática da deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital. Alteraram-se as regras, de forma mais ou menos unilateral; os sindicatos da classe alertaram que as novas regras não estavam de acordo com a negociação colectiva e os acordos colectivos de trabalho estabelecidos entre a tutela e os profissionais de saúde; abriu-se

guerra a um sindicato; negociou-se com outro sindicato e alteraram-se, novamente, as regras.

No meio deste processo, que rola desde finais do ano passado, ficaram os utentes das ilhas sem hospital privados de poder aceder a uma consulta de especialidade, porque nem os médicos mantiveram as deslocações regulares e frequentes, nem os utentes foram deslocados para os hospitais onde poderiam aceder às consultas ou exames de especialidade, devido à política economicista.

Isto significa que a reestruturação do Serviço Regional de Saúde que está a ser imposta pelo actual Secretário Regional da Saúde já teve um resultado: piorou a qualidade da prestação de cuidados de saúde aos utentes das ilhas sem hospital.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Os doentes aguardam em desespero por uma consulta de especialidade e quando já não é possível aguardar mais, em desespero de causa, recorrem à privada (quando as condições financeiras o permitem).

Caso se detectem necessidades mais graves, mormente a necessidade de uma intervenção cirúrgica urgente, ficam outra vez os utentes metidos em apuros, pois o processo tem de ser desencadeado por um médico especialista do Serviço Regional de Saúde, que tarda em aparecer nas ilhas sem hospital.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: É verdade que há sempre uma solução em casos extremos, mas é uma solução que subverte o funcionamento do sistema público de saúde: uma chamada telefónica de emergência.

Mas a saga da saúde nas ilhas sem hospital não se fica por aqui.

Os médicos de medicina geral e familiar das ilhas sem hospital fazem um trabalho extraordinário e o serviço de atendimento permanente destas ilhas deve ser mantido sem as restrições que a tutela quer impor. Para trabalhar nas unidades de saúde das ilhas sem hospital é preciso ter vocação, dedicação, espírito de entrega e de sacrifício, um apoio tecnológico que permita o melhor, mais eficaz e fiável diagnóstico.

Os laboratórios de análises clínicas são um apoio básico fundamental para os médicos que não devem ser substituídos por equipamentos que não demonstram ser uma mais-valia para o serviço nem para o diagnóstico diferencial.

O caos instalado nas listas de espera cirúrgicas leva ao gasto desnecessário de recursos. Há utentes a aguardar por uma cirurgia, alguns até já têm agendamento feito, só que chegada a proximidade da data, quando os serviços das ilhas sem hospital pretendem fazer a confirmação da cirurgia, o que acontece é que a mesma é adiada. Mais uma vez se verifica má gestão, pois tendo uma previsão do agendamento da cirurgia, e como lhe é aconselhado, o utente vai realizar os exames pré-operatórios aos serviços de análises e de radiologia, que antecedem a cirurgia, que entretanto foi adiada.

Outro problema que tem trazido dificuldades acrescidas prende-se com o adiamento de cirurgias por motivos de cancelamentos de voos. Tem-se constatado que existem doentes que tiveram de cancelar as suas cirurgias porque tiveram o azar das suas viagens serem canceladas por condições climatéricas adversas e, até hoje, ou seja, meses depois, aguardam por um reagendamento da sua intervenção cirúrgica.

Falta de organização, má gestão, falta de comunicação, dinheiro deitado à rua!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E incompetência!

A Oradora: O Senhor Secretário Regional da Saúde, alvo das maiores contestações de classes profissionais e utentes, fruto das medidas de austeridade que está a impor ao Serviço Regional de Saúde, sobreviveu às reestruturações governativas, mas está atentando contra a saúde dos doentes e contra os profissionais de saúde, ao reestruturar, dificultando, o acesso ao serviço público de saúde.

Nas ilhas sem hospital, com uma população envelhecida, não se exige que se construam hospitais, mas que se mantenham os serviços mínimos essenciais; não se exigem mais meios tecnológicos, apenas que não se retirem os existentes; não se exigem melhores serviços, apenas que os utentes não sejam tratados como Açorianos de segunda categoria.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe o seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores protesta contra as medidas implementadas pelo Secretário Regional da Saúde, no âmbito do Plano de Acção para a Reestruturação do Serviço Regional de Saúde, que bloqueou a deslocação de médicos especialistas às ilhas sem hospital, fechou serviços essenciais para determinar com rapidez e fiabilidade diagnósticos, piorou o processo de deslocação de doentes, fez crescer o número de açorianos em listas

de espera para cirurgias, entre outras vicissitudes, impondo medidas contra os profissionais de saúde e contra os utentes do Serviço Regional de Saúde.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos Conselhos de Administração das Unidades de Saúde de Ilha das ilhas sem hospital e respectivo quadro clínico, aos Conselhos de Ilha das ilhas sem hospital, às Assembleias e Câmaras Municipais das ilhas sem hospital e às Assembleias e Juntas de Freguesia das ilhas sem hospital.

Os Deputados Regionais, Ana Espínola, Artur Lima e Félix Rodrigues.

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Secretário Regional pede a palavra para?

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Peço à Mesa a palavra para um protesto, Sra. Presidente, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não pode intervir!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD: Não pode!

O Orador: ... com o fundamento de que foram imputadas acusações ...

Presidente: O Sr. Secretário está a pedir a palavra para um protesto?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor não tem direito a fazer um voto de protesto!

O Orador: Certo. Estou a tentar fundamentar.

... de responsabilidades sobre as quais eu não tenho.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Secretário.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está a abrir a “caixa de Pandora”!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não pode!

Deputado Bruno Belo (PSD): Não, não pode! Tem que cumprir o Regimento!

(*) **Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apesar de reconhecer toda a legitimidade, como é óbvio, de fazer um voto de protesto, tenho todo o direito a fazer o meu voto de protesto, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não! O senhor não tem direito a fazer votos de protesto!

O Orador: ... o meu protesto sobre essa matéria.

Presidente: Sr. Secretário Regional, o artigo 88.º do Regimento só impede...

(Protestos das bancadas do PSD e do CDS/PP)

Presidente: Srs. Deputados, estou a tentar explicar!

O artigo 88.º do Regimento só impede protestos a declarações de voto e a pedidos de esclarecimento.

O Sr. Secretário Regional pediu a palavra para um protesto a afirmações que lhe foram imputadas, dei a palavra e naturalmente a Sra. Deputada Ana Espínola terá o direito para um contraprotesto.

Pode continuar, Sr. Secretário.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Embora, como é óbvio, reconhecendo toda a legitimidade da Sra. Deputada Ana Espínola na utilização desta forma regimental, queria apenas manifestar que o Governo gostaria que a Sra. Deputada usasse pelo menos uma forma regimental que permitisse ao Governo poder dizer algo sobre a matéria, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Oh Sra. Presidente, isto é inadmissível!

O Orador: ... nomeadamente o meu protesto que aqui vou fazer agora sobre esta matéria, que é imputar ao membro do Governo Regional com competências na saúde algo sobre o qual o membro do Governo não tem qualquer tipo de responsabilidade, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Inscrito para um protesto!

O Orador: ... nomeadamente as condições climatéricas.

Nós temos aqui a imputação ao Sr. Membro do Governo Regional, o Sr. Secretário da Saúde, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isto é mentira!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isto é uma intervenção! Não é um protesto!

O Orador: ... a causa de dificuldades no adiamento das cirurgias por motivos de cancelamento de voos, nomeadamente motivos climatéricos. Acho que ultrapassa de uma forma muito ampla ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É verdade!

O Orador: ... a responsabilidade do membro do Governo que tem a tutela da saúde.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Ana Espínola, vai usar o direito a contraprotesto?

Prescinde.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para um protesto.

Presidente: Um protesto a?

Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Deputado Artur Lima vai fundamentar o seu pedido de protesto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Vou fundamentar como toda a gente costuma fundamentar, ...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Sei que o senhor está zangado comigo, mas...

O Orador: ... mas vou fundamentar o meu pedido de protesto, Sra. Presidente: pelo Sr. Secretário se achar no direito de decidir sobre qual a forma que o CDS deve trazer os assuntos a esta Casa.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Portanto, o Sr. Secretário disse que lamentava que o CDS fizesse aqui um voto de protesto.

O Sr. Secretário não pode, ...

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Não foi isso que eu disse!

O Orador: ... nem deve imiscuir-se na condução dos trabalhos do Grupo Parlamentar do CDS, por isso quero protestar.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é mais um *fait divers*!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, o senhor fundamentou o seu protesto apesar de que poderia também ter sido uma interpelação à Mesa no sentido de achar que não ...

Mas naturalmente o Sr. Secretário tem o direito a fazer protestos a votos e fundamentou alegando que lhe foram proferidas acusações para as quais ele não se revê e a Sra. Deputada Ana Espínola também poderia ter usado o seu direito a contraprotesto.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Está a negar-me o direito a fazer um protesto. Devo dizer-lhe que não está a ser isenta.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, não lhe dou a palavra para um protesto, porque ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fundamentei o meu protesto, ao contrário de muita gente aqui dentro!

Presidente: Sr. Deputado, o senhor vai protestar pelo facto do Sr. Secretário ter protestado? Quer dizer ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade!

Deputado Berto Messias (PS): Um protesto, porque discorda!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma felicitação especial aos novos membros do Governo recentemente empossados.

Sra. Deputada Ana Espínola, queria dizer-lhe que o PS votará contra este voto e nós também contestamos o teor do voto.

Ao contrário do que a senhora disse, a reestruturação do Serviço Regional de Saúde não é uma cruzada, nem é uma cruzada do Sr. Secretário, foi um compromisso eleitoral do Partido Socialista.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Nós tivemos um amplo debate (o próprio PS suscitou um amplo debate) na sociedade açoriana que permitiu reunir um conjunto de contributos muito significativos para melhorar aquela, que era à data, a proposta de reforma.

Aliás, este Parlamento inclusivamente (e nós também votámos a favor) prorrogou o prazo de debate público precisamente para engrandecermos essa proposta e ela também (essa reestruturação) não foi de forma alguma uma tentativa de aplicar austeridade, nem de proceder a cortes. Antes pelo contrário! Nós reforçámos o orçamento da saúde e a reforma o que tentou fazer foi adaptar o Serviço Regional de Saúde a transformações muito importantes que ocorreram na sociedade açoriana e também no setor da saúde e juntar a esse efeito, o reforço orçamental, o impacto positivo de mais eficiência e mais eficácia, tendo em vista, como é óbvio, uma preocupação ...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Diálogo entre o Sr. Deputado Artur Lima e o Sr. Deputado Berto Messias)

O Orador: Sra. Presidente, estou a tentar não perturbar os apartes do Sr. Deputado Artur Lima, mas isto não está fácil.

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento, tem de continuar.

O Orador: Portanto, esta reforma e essa reestruturação extremamente importante ...

Isto não é bem um aparte! Sra. Presidente, longe de mim querer conduzir os trabalhos, mas ...

Posso continuar, Sr. Deputado?

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Não precisa. Está desculpado. Percebo a sua exaltação. Até acho que essa parte dos voos da SATA os senhores deveriam ter eliminado do voto, mas enfim ...

Isto para referir (espero que descontem o tempo) que obviamente nessa reestruturação houve uma preocupação com a sustentabilidade financeira do Serviço Regional de Saúde, uma questão que aliás já mereceu vários debates neste Parlamento, mas teve sobretudo uma preocupação em melhorar a acessibilidade dos açorianos ao Serviço Regional de Saúde e também aumentar os padrões de qualidade.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Até a SAUDAÇOR já dá lucro!

O Orador: Sra. Deputada, em relação à deslocação de especialistas gostava de dizer que, como calculam, quer em relação à deslocação de especialistas, quer em relação à deslocação de doentes (como é óbvio o nosso grupo parlamentar tem deputados de todas as ilhas dos Açores, são pessoas profundamente empenhadas, profundamente dedicadas no seu trabalho diário de atividade política e de contato com as populações), é óbvio que o nosso grupo parlamentar, sendo o grupo parlamentar o único que tem deputados de todas as ilhas, está particularmente sensível com essas questões, como é óbvio. Isto para

já não trazer aqui considerações de índole ideológica sobre a importância dos serviços públicos que até reforçam essa preocupação. Portanto, o que está em causa é de facto uma alteração de regras, uma alteração que não foi feita no passado porque as circunstâncias eram outras, mas o PS há muito tempo que procurava reunir as condições políticas para poder alterar essas regras de deslocação de especialistas e nós estamos a falar de regras justas e que procuram até fazer uma coisa que o Sr. Deputado Artur Lima aqui várias vezes referia: moralizar.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor a falar de moralizar é uma coisa hilariante!

O Orador: Moralizar, imagine só, precisamente esse tipo de deslocação.

Ora bem, nós estamos a falar de um regime que permite que os médicos nessas deslocações tenham condições compatíveis com aquilo que todos os funcionários públicos têm e que deixem de ter (como deixaram) um regime altamente privilegiado (e que em nosso entender era injusto) para essas deslocações.

Portanto, obviamente que havendo trabalho extraordinário há a remuneração desse trabalho, mas houve aqui uma tentativa de conformar essas deslocações com aquilo que acontece com outros funcionários públicos. Daí estas mudanças importantes.

Obviamente que houve numa fase anterior negociações, houve algumas deslocações que foram afetadas até porque houve litígio com alguns sindicatos, mas a questão foi superada e hoje nós achamos que temos um regime de deslocação bom, seguro, mais justo e (para

voltar a referir o Sr. Deputado Artur Lima) mais moralizado, que era uma questão que para o CDS/PP era um grande imperativo.

Portanto, obviamente que há aqui uma questão que o CDS/PP vai ter de esclarecer. Obviamente que essas mudanças afetaram alguns interesses instalados. Isso é óbvio!

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: O que é preciso que se esclareça aqui, Sra. Presidente, é se o CDS/PP tem ou não um problema com esses interesses que foram afetados.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais interesses?

O Orador: Sim, sim. A questão é essa e era isso que teria de ser dito. Quanto às questões das deslocações aquilo que também houve foi uma otimização de procedimentos técnicos e foi isso que nós também achamos que melhorou ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Interesses é andar a vender ambulâncias!

O Orador: ... ao nível daquilo que são essas deslocações com a implementação de uma gestão integrada que permitiu também muitos maiores ganhos ao sistema.

A referência que já aqui referi que fazem à SATA é um pouco extemporânea.

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

O Orador: Sra. Presidente, muito rapidamente só mesmo para terminar.

Sr. Deputado, o que queria dizer-lhe é que este voto parece-me que só pode ser entendido num clima em que o CDS/PP está profundamente constrangido com aquilo que o Governo ao nível da República está a

fazer, o Governo que os senhores apoiam. Esse sim está a destruir o Serviço Nacional de Saúde, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Ah! E os senhores não estão a destruir o Serviço Regional de Saúde?! Vá ao Hospital da Horta e veja o que está feito lá!

O Orador: ... conforme aliás se viu na recente greve dos médicos.

Aqui a situação é diferente, Sra. Deputada.

Aqui não se procedem a cortes na saúde; reforça-se o orçamento da saúde.

Aqui não se fecham unidades de saúde. Nós estamos a inaugurar e a abrir novas unidades de saúde ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Constroem-se e depois não há médicos!

O Orador: ... e também não se despedem pessoas. Antes pelo contrário, reforça-se a contratação de recursos humanos.

Portanto, é esse o sentido das reformas que se têm feito na saúde nos Açores.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Não são reformas que sejam absolutamente ...

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo de terminar.

O Orador: ... refeitas, porque isso não é possível, há muitos constrangimentos, mas evidentemente que, em nosso entender, nós fizemos uma reforma que melhorou muito o Serviço Regional de Saúde.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima, para um protesto, tem a palavra. Dispõe de três minutos.

Deputado Berto Messias (PS): Mas tem que fundamentar o protesto!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Foi evidente!

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Quando os Srs. Deputados da sua bancada o passarem a fazer!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pedi ao Sr. Deputado José San-Bento para fundamentar quais são os interesses que o CDS tem e os *lobbies* que o senhor aí falou.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado José San-Bento vai ter que fundamentar e esclarecer, ...

Deputado Berto Messias (PS): Que esclarecimentos?

O Orador: ... porque se forem interesses, Sr. Deputado José San-Bento, então vou explicar-lhe o que é que os senhores andaram a fazer até agora, quando os senhores se arvoravam de terem aumentado o número de especialistas às ilhas e agora já não têm.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, isto é um protesto?

O Orador: Portanto, quais são os interesses, quais são os *lobbies* que o CDS tem nessa matéria, é isso que o senhor tem de explicar, porque não vale a pena ...

Os interesses do CDS sabe quais são, Sr. Deputado?

É defender o sofrimento dos doentes, sofrimento do qual os senhores e o Sr. Secretário se alimentam.

Secretário Regional da Saúde (Luís Cabral): Mais um protesto!

O Orador: Os senhores alimentam-se do sofrimento dos doentes. Os senhores infringem sofrimento aos doentes e nós obviamente tentamos minorá-lo. Está a perceber? Como já apresentámos aqui outras coisas.

Portanto, o senhor fundamente quais são os seus interesses, ...

Deputado José San-Bento (PS): Já lhe vou explicar!

Deputado Berto Messias (PS): São legítimos e políticos!

O Orador: ... porque os meus interesses, Sr. Deputado, não são naturalmente de negócios. São interesses políticos e na defesa do interesse das populações. Eu não tenho *lobbies*, Sr. Deputado.

Deputado José San-Bento (PS): Percebi! O senhor é que está a fazer um papel para aparecer na fotografia!

O Orador: Estou a esclarecê-lo: não tenho *lobbies*! Não faço compras!

Percebeu, Sr. Deputado José San-Bento?

Não faço compras, não adquiero materiais, não adquiero ambulâncias, não adquiero equipamentos. Nada disso, Sr. Deputado José San-Bento! Apenas defendo que os utentes tenham serviços de qualidade e a deslocação de especialistas, que era aliás uma promessa do Partido Socialista.

Portanto, protesto veementemente pela sua afirmação que o senhor vai ter de provar.

Deputado José San-Bento (PS): Vou dar o esclarecimento! O senhor devia ter tido atenção à minha intervenção!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José San-Bento, quer usar da palavra para um contraprotesto?

Deputado José San-Bento (PS): Quero usar da palavra!

Presidente: Não entendo que tenha sido, mas se não quiser usar da palavra também está no seu direito. Então tem dois minutos, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Oh Sr. Deputado, o senhor de facto não prestou atenção à minha intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Prestei, prestei!

O Orador: Não prestou! Ao menos admita isso!

Ora bem, a acusação que faço é muito clara, Sr. Deputado, e de facto fundamentei-a.

A questão é esta: nós estamos (e foi isso que procurei dizer) perante uma reforma no sistema, nas regras, nos critérios de deslocação de especialistas às ilhas que não têm hospitais que, em nosso entender (e comprovei), é um novo critério, é um novo regime de deslocações que é mais justo, é mais eficaz, presta ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E estar seis meses sem ir às ilhas!?

O Orador: Oh Sr. Deputado, deixe-me falar!

... um melhor cuidado às populações.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais são os interesses do CDS?

O Orador: Portanto, a questão é essa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais são os interesses do CDS?

O Orador: A questão aqui, Sr. Deputado, é muito simples.

Nós estamos então perante um sistema que presta um melhor cuidado às populações, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais são os interesses?

O Orador: ... permite uma maior racionalização dos recursos da saúde e dos meios financeiros da saúde. Por que é que os senhores são contra?

A questão é essa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais são os interesses do CDS?

O Orador: Portanto, se os senhores são contra ...

Oh Sr. Deputado, deixe-me falar, se não o senhor outra vez não me vai ouvir!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vou outra vez protestar!

O Orador: A questão é muito simples: se nós estamos perante ...

Sra. Presidente, bem que tento, mas assim ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Esclareça! O seu tempo está a esgotar!

O Orador: O Sr. Deputado não quer ouvir o que não lhe interessa.

Portanto, a questão é essa.

Nós estamos perante uma alteração de regras que pretendíamos fazer no passado. Não houve condições para fazer essa reforma mais cedo, fizemo-la agora. Ela permite uma melhor gestão do setor, uma melhor otimização dos recursos da saúde, presta um melhor serviço às populações, permite uma racionalização da despesa no setor e os senhores são contra é porque defendem algum interesse. Qual é esse interesse?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qual é o interesse?

O Orador: Agora percebi que defendem algum interesse. A acusação é essa. Agora, percebo.

Fico é siderado com a indignação do Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qual é o interesse?

O Orador: É porque no fundo, perante esses factos reais, o PP apresenta uma interpretação que não tem qualquer lógica.

Então o senhor conteste os elementos e os factos que aqui apresento para poder justificar uma dedução diferente.

Não sendo assim, se não tem, é completamente ilógico, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor não ouviu o que a Sra. Deputada disse!

O Orador: A questão é essa e, portanto, quais são esses interesses.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra.

^(*) **Deputada Ana Espínola (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Lamento imenso que o Partido Socialista queira ignorar o óbvio ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: ... e fazem esta conversa redondinha e o Sr. Secretário tenha usado um número para dizer que o CDS/PP tinha imputado à sua tutela as condições atmosféricas que agora é uma nova ...

Não foi isso que eu disse.

A questão está no reagendamento dos doentes que estão na lista de espera ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Reagendamento que é da sua responsabilidade! Incompetência!

A Oradora: ... e o senhor percebeu muito bem, só que se fez foi de desentendido.

A questão é: esses doentes foram para o fim da lista ou agora esta é a nova forma de reduzir as listas de espera e os doentes simplesmente desapareceram da lista de espera?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP e PPM)

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: O que o Partido Socialista, com o seu plano de reestruturação, está a fazer neste momento nas ilhas sem hospital é tirar muito a quem já tem bastante pouco e o que me causa maior espanto é que há uns anos era o Partido Socialista que se congratulava com o aumento do número de especialistas às ilhas sem hospital ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

A Oradora: ... e que agora, neste momento, está reduzido a uma sombra daquilo que foi no passado.

Vozes dos Deputados das bancadas do CDS/PP, PSD e PPM:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP, PSD e PPM)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional, pede a palavra para?

Secretário Regional da Saúde (*Luís Cabral*): Para intervir, para responder às questões que me foram colocadas pela Sra. Deputada.

Presidente: Sr. Secretário Regional, naturalmente as perguntas da Sra. Deputada são retóricas. O senhor não pode intervir nesta fase do debate.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Também não sabia?

Este senhor anda a brincar com isto!

Presidente: Vamos continuar então.

Sr. Deputado Luís Maurício tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Maurício** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: ...

(Diálogo entre as bancadas)

O Orador: Sra. Presidente, queria ter condições para intervir se fosse possível.

Presidente: Vamos permitir que o Sr. Deputado Luís Maurício faça a sua intervenção.

O Orador: O voto de protesto aqui apresentado pelo CDS/PP consagra um conjunto de matérias que traçam bem aquilo que tem sido o perfil de atuação deste Secretário Regional da Saúde.

Avança-se sem dialogar, recua meses após dizendo que teve capacidade de diálogo. Teve incapacidade de planeamento e de gestão de política de saúde.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Rendeiro (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Este é o traço geral da sua atuação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não apoiado!

O Orador: Mas relativamente às matérias aqui focadas, a questão da deslocação de especialistas foi considerada pelo Sr. Secretário Regional, aqui neste Parlamento, e pelo Sr. Presidente do Governo, num aparte que a mim me dirigiu e que está no Diário das Sessões, como uma “imoralidade”. É uma imoralidade que foi mantida durante 16 anos de governos socialistas e onde o Dr. Domingos Cunha e o Dr. Francisco Coelho, ...

Deputado José San-Bento (PS): Tive oportunidade de explicar isso!

O Orador: ... enquanto titulares da saúde, se devem sentir hoje envergonhados com a imoralidade que os senhores consideraram existir.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Aquilo que foi uma iniciativa dos governos socialistas em 1997 e que permitiu ao longo desses anos a deslocação de muitos e muitos especialistas às nossas ilhas, minimizando o sofrimento dos doentes e tratando-os no seu próprio meio, foi uma medida que sempre da nossa parte mereceu o nosso apoio e que pela alteração das regras que o senhor introduziu acabou por as cessar e deixar os doentes em muitas circunstâncias entregues ao seu próprio destino. Essa questão da deslocação dos especialistas, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, ...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não se deve dirigir ao Governo. Deve dirigir-se à colega!

O Orador: ... não começa apenas e só com esta portaria, a redução é abrupta de 2011 para 2012, mas sobretudo de 2012 para 2013, porque os especialistas deixaram de se deslocar aos centros de saúde, porque pura e simplesmente os centros de saúde não pagavam as suas deslocações. Essa é que é a questão.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Essa é que é essa!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): De quem é a culpa? É sua responsabilidade!

O Orador: Portanto, o dinheiro que o senhor diz ter não aparece. O senhor não pagava as deslocações, o Governo do qual o senhor faz parte não pagava as deslocações e esse foi em primeira instância, muito antes destas regras desta nova portaria, o motivo pelo qual os especialistas deixaram de se deslocar aos centros de saúde.

Veja o que aconteceu na Unidade de Saúde de Ilha de Santa Maria que é absolutamente gritante.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Oh Sr. Secretário, eu não poderia estar (e o PSD) mais de acordo em relação a este voto de protesto que aqui é apresentado, porque o que nos move é o interesse dos doentes, não é o interesse de classes profissionais.

O que nos move é o interesse dos doentes e estamos de acordo na sinalização de situações que não corriam bem e de abusos que eram necessários corrigir, mas esses abusos e as irregularidades que eventualmente existiam deveriam ter sido (como acabaram por ser *a posteriori*) identificadas pela Inspeção Regional de Saúde.

Agora, isso nunca poderia obviar a que fosse considerada uma imoralidade a retirada nomeadamente do subsídio de deslocação, que é isso que fez com que por 125 € diários os médicos deixassem, numa segunda fase, com esta portaria, de se deslocar aos centros de saúde, portanto, às ilhas sem hospital.

E se isso é imoralidade, Sr. Secretário, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, o que não dizer então da imoralidade dos milhares, das dezenas de milhares de euros que o senhor e o seu Governo pagam aos especialistas que o senhor faz deslocar do continente para prestar serviço na Região?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: O senhor prefere pagar 60 € à hora, 3.520 € por semana de trabalho prestado na Região, mas não quer pagar 125 € de subsídio de deslocação diário a especialistas às ilhas sem hospital para ver os doentes no seu próprio local.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS/PP)

Isso é que é uma imoralidade que o senhor tem de explicar.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário não pode falar!

O Orador: Oh Sr. Secretário, quero também dizer-lhe que ... Esta é a norma regimental, teremos outra oportunidade de poder falar. Tenham calma! Tenham calma!

Portanto, uma última palavra relativamente à questão dos laboratórios de análises clínicas nas ilhas sem hospital.

O PSD teve oportunidade de publicamente manifestar o seu posicionamento sobre esta matéria. Somos da opinião que nas ilhas

sem hospital deverá existir um laboratório de análises clínicas a funcionar 24 horas por dia.

Deputados Luís Rendeiro (PSD) e Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: São ilhas sem hospital, não se podem aplicar rácios cegos sem conhecer a realidade regional. Não se podem aplicar rácios cegos sem conhecer a realidade dos nossos doentes e os recursos das nossas ilhas.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Secretário não pode falar neste debate!

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: Para isso, Sr. Secretário, já basta o seu Diretor Regional da Saúde que é um verdadeiro estrangeiro no Serviço Regional de Saúde.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS/PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional, pediu a palavra para?

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sra. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: ...

Presidente: Srs. Deputados, a Sra. Secretária Regional está no uso da palavra.

A Oradora: Tendo lido o voto que deu entrada nesta câmara e que estava em discussão e ouvindo a intervenção do Sr. Deputado Luís Maurício, que tocando nalguns dos temas, extravasou largamente e interpelou diretamente o membro do Governo, pedia à Sra. Presidente que esclarecesse sobre a figura regimental ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Isso é uma censura à Mesa!

A Oradora: Não é nenhuma censura. É só a questão de saber se o Governo, tendo sido interpelado sobre questões que são da máxima importância para os Açores e para os açorianos e as açorianas, ...

Deputado Bruno Belo (PSD): A Sra. Secretária está a esforçar-se!

A Oradora: ... tem alguma possibilidade de responder como é devido às questões sobre as quais foi interpelado.

Muito obrigada.

Deputado Luís Garcia (PSD): As questões são retóricas. A senhora conhece a prática parlamentar!

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sra. Secretária, de facto nesta figura regimental dos votos o Governo não pode intervir.

As Sras. e os Srs. Deputados sabem disso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Só a Sra. Secretária não sabe!

Presidente: Sabem naturalmente que por isso também não deveriam pelo menos interpelar ou fazer perguntas diretas aos membros do Governo, apesar de que estão no seu livre direito de fazer as intervenções que entenderem.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Uma questão é uma pergunta retórica, outra coisa é dirigir-se diretamente quer a um membro do Governo, ou a qualquer outro deputado desta Casa que não tem tempo para responder. Penso que esta é uma máxima de respeito entre pares.

Agora, naturalmente a Mesa, enquanto gestora dos trabalhos, nunca irá impedir que nenhum deputado faça a intervenção que entender e naturalmente o Governo sabe que nesta figura regimental não pode intervir.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Para defender o Governo que está ali, há uma maioria absoluta do PS, Sra. Presidente!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, para terminar também, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta discussão deixe-me começar por abordar a questão regimental.

Este Regimento foi aprovado pelo Partido Socialista e acredito que ...

Deputado Rogério Veiros (PS): Está a fazer uma intervenção ou uma interpelação?

O Orador: A questão regimental foi aqui levantada e estou a referenciar, mas se não querem que me referencie ...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão!

O Orador: Diga, Sra. Presidente.

Deputados Ricardo Cabral e Rogério Veiros (PS): E o voto?

O Orador: Vou já ao voto! Vou já ao voto!

Quero dizer o seguinte em relação a este voto.

Acho que os senhores se vão arrepender de me terem conduzido diretamente ao voto, porque este voto é um voto fundamentado, meus senhores, e é um voto em que o que aqui está escrito corresponde à mais pura das realidades.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já passa da hora regimental!

O Orador: Tenho a experiência do que é viver numa ilha sem hospital.

Tenho a experiência de viver numa ilha a que os médicos especialistas não se deslocam.

Tenho a experiência do que é viver numa ilha em que os doentes não têm direito a uma segunda opinião médica.

Tenho a experiência do que é viver numa ilha em que o clínico e o enfermeiro local exercem uma pressão sobre a população e um mau serviço sobre a população que é da responsabilidade do Governo Regional, ...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Sra. Presidente, mas o que é isto?

O Orador: ... uma vez que o Governo Regional tem conhecimento destes factos e estes factos afetam o conjunto da população da ilha do Corvo.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Isto não tem nada a ver com o voto!

O Orador: Socialistas, monárquicos, do CDS ou do PSD, não há aqui fronteiras do ponto de vista partidário e senão perguntem aos vossos representantes políticos se aquilo que estou a dizer não é verdade.

Aquilo que sucede é que se tratam, nesta ilha, de condições péssimas, de perseguição, de maus tratos, conhecimento que o Governo tem.

Deputado Rogério Veiros (*PS*): O que é que isto tem a ver com o voto?

O Orador: Tudo!

Porque estamos aqui a falar da deslocação de médicos especialistas, estamos aqui a falar de como é que se encontram na aérea da saúde as ilhas que não têm hospital.

Portanto, meus senhores, pensava que a censura tinha terminado ontem ou anteontem e o que tenho a dizer ninguém me vai impedir de dizer. Ninguém mesmo!

Porque o que quero dizer nesta oportunidade é que, meus senhores, não se cumprem horários, não se atende a população, ...

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Já passou da hora regimental!

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Já denunciou isso, Sr. Deputado?

O Orador: ... cometem-se violências sobre a população, há de tudo um pouco. É verdade!

O Sr. Secretário tem conhecimento destes factos. Estes factos já lhe foram transmitidos pela população local, por muita gente, e o Sr.

Secretário é absolutamente conivente com a situação que se vive na ilha do Corvo.

Mais do que isso!

Deputado Domingos Cunha (PS): Já denunciou, Sr. Deputado?

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar.

O Orador: Vou contar apenas um episódio no âmbito da deslocação de médicos especialistas.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O senhor não vai contar!

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Isto é inaceitável!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, o seu tempo está a terminar.

O Orador: Sim, Sra. Presidente, mas penso que ainda não terminou. Portanto, tenho a oportunidade ...

Vou já terminar. São 20 segundos, vou só dar um exemplo.

Coloquei um requerimento ao Governo Regional a perguntar-lhe quantos médicos especialistas se deslocaram desde o início do ano à ilha do Corvo.

O Sr. Secretário ainda não respondeu. Presumo que não tem muito para responder.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: A questão foi a seguinte.

A questão é que agora, depois de entrar o requerimento, foi um médico especialista, foi um médico dentista à ilha do Corvo.

O que é que aconteceu?

Só tinha uma broca.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Então atendeu o primeiro cliente. A primeira criança foi atendida, às outras 10 o médico dentista fazia apenas a observação da boca e mais nada. Portanto, ficaram para uma próxima oportunidade, que é daqui a seis ou sete meses.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Uma broca? O senhor não sabe do que está a falar!

O Orador: Portanto, estes são factos que correspondem à realidade.

Deputado Ricardo Cabral (PS): É mentira!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, é mentira o que estou a dizer? É?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não diga que é uma broca. O senhor se calhar não sabe o que é uma broca!

O Orador: Não lhe admito! Aquilo que estou a dizer é algo que pode ser testemunhado pela população.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão!

Deputado Ricardo Cabral (PS): O senhor não sabe o que está a dizer! Falha de material é uma coisa!

O Orador: O senhor o que está aqui a dizer é um ato de má educação. Se o senhor quer, inscreva-se, senão é cobardia.

Deputado José San-Bento (PS): Cobardia é a sua! Não se pode inscrever para uma intervenção!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É do seu colega!

Deputado José San-Bento (PS): Ele não pode responder!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas pode protestar!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o cumprimento das regras do Regimento são para todos nós aqui dentro.

Não basta, nem serve acusarmo-nos uns aos outros de que não cumprimos o Regimento, quando somos os próprios que não o fazemos.

Apelo a que efetivamente nós possamos fazer esta reflexão, porque não só não cumprimos o Regimento, como não ouvimos a Mesa, não acatamos as decisões da Mesa e desta forma não é possível gerir trabalhos.

Por isso, agradecia a todos para que nos pudéssemos moderar, respeitar uns aos outros e acima de tudo respeitar este Parlamento, aquilo que estamos aqui a fazer, para o qual fomos eleitos.

Sr. Deputado Ricardo Cabral, pediu a palavra para?

Deputado Ricardo Cabral (PS): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria interpelar a Mesa e a Sra. Presidente para nos informar se mais algum deputado do Partido Socialista pode intervir no voto de protesto da Sra. Deputada Ana, porque fui acusado pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão de que me poderia inscrever, mas não posso inscrever-me.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Por isso é que a acusação não faz qualquer sentido!

O Orador: Agradecia que elucidasse melhor sobre o Regimento o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Sobre as acusações hei de falar com ele pessoalmente.

Muito obrigado.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Presidente: De facto, não pode haver mais do que uma inscrição por partido quando estamos na fase de debate dos votos.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, para uma interpelação à Mesa ...

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

O Orador: ... no sentido de informar a Mesa de que efetivamente quando eu disse ao Sr. Deputado para se inscrever era para se inscrever como voto de protesto. Foi, portanto, nesse sentido.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor tem consciência?

O Orador: Isso ele pode e não fez.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Senti-me ofendido!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, também gostaria de vos dizer que não consigo falar mais alto do que isto e, portanto, vou ter que arranjar aqui outra técnica, porque não me consigo fazer ouvir ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Não! Isto será mesmo só para o último dia!

Sras. e Srs. Deputados, vamos encerrar os nossos trabalhos por agora, mas primeiro temos que votar.

Peço desculpa, eu própria já estava com vontade de ir almoçar.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O voto de protesto apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Agora sim terminámos os nossos trabalhos e o PTAP.

Regressamos às 15 horas com a Agenda.

(Eram 13 horas e 12 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 15 minutos)

Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, vamos então iniciar os nossos trabalhos.

Começamos agora da parte da tarde com a apresentação do **Projeto de Resolução n.º 81/X – “Mitigação e Adaptação às Alterações Climáticas Globais”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS.

Portanto, rege a matéria o artigo 81.º do nosso Regimento.

Para apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Félix Rodrigues (CDS/PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As alterações climáticas são uma das maiores ameaças ambientais, sociais e económicas que o planeta e a humanidade enfrentam na atualidade.

É inequívoco o aquecimento global.

A atmosfera e os mares aqueceram, o gelo e a neve em terra diminuíram, e as concentrações de gases com efeito de estufa aumentaram drasticamente na atmosfera.

Os fenómenos atmosféricos extremos, bem como os seus efeitos, não têm uma distribuição uniforme no mundo e é no Ártico que o aquecimento se faz sentir com maior intensidade. Estes factos científicos irrefutáveis demonstram a necessidade de intervir urgentemente para lutar contra as alterações climáticas e os seus efeitos.

A política de adaptação às alterações climáticas não se deve constituir numa agenda exótica ou abstrata. Não pode ficar apenas pela identificação de domínios sectoriais de atuação, ou por descrições de impactos aparentemente teóricos sem medidas concretas de ação. Tem que implicar entrosamento de políticas e começar a lidar com as previsões como se os problemas nos aparecessem já amanhã.

Perante estes factos, não são compatíveis políticas que visem a diminuição das emissões de gases com efeito de estufa no Arquipélago, associadas à produção agropecuária com regimes de intensificação das explorações agrícolas e de financiamento de agroquímicos, especialmente adubos, sem que haja uma melhoria do nível de educação e das competências dos empresários agrícolas.

Do mesmo modo, a melhoria dos níveis de educação e de competências na área da silvicultura é importante para garantir que as florestas se constituam um sumidouro de dióxido de carbono, à semelhança do que é defendido pela União Europeia, no sentido de caminharmos para uma economia de baixo teor de carbono e para uma sociedade resistente às alterações climáticas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenhamos presente que para fazer face aos problemas das alterações climáticas existem, essencialmente, duas linhas de atuação: a mitigação e a adaptação.

É certo que já há trabalho feito nos Açores para mitigar as alterações climáticas, como a incorporação de energias renováveis na rede elétrica das ilhas, mas, mesmo assim, ainda muito falta fazer, não só no que se refere às medidas de mitigação das alterações climáticas, mas também no que se refere às medidas de adaptação das diversas ilhas aos efeitos desse fenómeno.

A nossa dependência do petróleo e do gás torna, tanto os consumidores, como as empresas, vulneráveis a choques de preços prejudiciais e dispendiosos, bem como ameaçando a nossa economia.

O aumento de tempestades, previsto e assinalado por diversos especialistas mundiais, levará a um aumento do número de dias de isolamento das ilhas, algumas delas com reduzida capacidade de armazenamento de combustíveis.

O aumento da aposta nas energias renováveis, ilha a ilha, é, assim, sem qualquer dúvida, uma medida eficaz de adaptação às alterações climáticas.

Para mitigar os efeitos nocivos das alterações climáticas é importante termos uma visão global do arquipélago. Porém, no que se refere às medidas de adaptação, elas têm que se centrar de forma diferenciada em cada uma das parcelas insulares.

Assim, para se caminhar no sentido da nossa sustentabilidade energética é necessária a utilização racional da biomassa que deve contribuir para uma redução das emissões de dióxido de carbono por serviço de energia e que não se traduza em perda de biodiversidade e de *stocks* globais de carbono.

Há também que promover intensivamente o consumo dos nossos produtos e a diversificação agrícola, porque a eles estão associadas menos emissões de gases com efeito de estufa, quando comparadas com aquelas que resultam do transporte para a Região, via aérea ou marítima, de produtos similares, para além da garantia de autossustentabilidade alimentar das ilhas, uma a uma, e do arquipélago em geral, promovendo simultaneamente o emprego e a economia.

Porque, a partir de agora, e cada vez mais, e existem cada vez mais novos riscos e novos perigos, como incêndios mais frequentes e inundações mais frequentes; movimentos de vertentes (como por exemplo aqueles que se têm verificado em São Miguel, Pico e São Jorge); quedas de árvores mais frequentes, provocadas por ventos fortes; há perigos que são novidade para o arquipélago dos Açores.

É preciso orientar a política de Investigação & Desenvolvimento e inovação para os grandes desafios da sociedade atual e educar as populações para lidar com novos riscos.

É triste pensar que a natureza fala e que o género humano não a ouve.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Assim, o Grupo Parlamentar do CDS-PP Açores propõe que se recomende ao Governo Regional dos Açores que:

1 - Elabore planos de ordenamento de ilha, com o propósito de salvaguardar os solos, a biodiversidade, a funcionalidade do ciclo hidrológico, a qualidade da água para consumo humano e para a agricultura, alterações da paisagem por desflorestação, e equacione o risco de movimentos de vertente e possíveis recuperações ou reabilitação da paisagem, fundamentais à manutenção dos serviços ambientais atuais.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: 2- Que implemente uma rede de monitorização regional de mosquitos, especialmente junto a corpos de águas superficiais, de modo a identificar e erradicar com a maior brevidade possíveis insetos portadores de dengue e malária.

3- Que promova a instalação da Central Geotérmica da Ilha Terceira, com vista a minimizar a nossa dependência energética externa e a diminuir as emissões de gases com efeito de estufa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: 4- Que promova a investigação do potencial geotérmico das ilhas do Pico e do Faial.

5- Que promova e apoie o uso da biomassa com reduzido valor comercial como combustível, especialmente nas pequenas explorações de produtos láteos, como o queijo, desde que se proceda à reflorestação de uma área equivalente, que para além de diminuir as emissões de gases com efeito de estufa, as torna economicamente mais rentáveis e ambientalmente mais valorizáveis.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: 6- Que apoie a recuperação patrimonial dos moinhos de água e de vento dos Açores e que simultaneamente deem um contributo para a produção de energia elétrica por micro-geração.

7- Que intensifique a promoção do consumo de produtos locais e a diversificação agrícola e avalie o sucesso das ações de promoção implementadas, de modo a reduzir as taxas de dióxido de carbono associada ao consumo alimentar e a pegada ecológica dos açorianos, por mudanças efetivas de comportamentos.

8- Que promova a investigação científica na área da nutrição animal e do manejo das pastagens, que possa não só reduzir custos relacionados com os fatores de produção e que premeie, via POSEI, a extensificação agrícola em detrimento da intensificação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: 9- Que promova a Extensão Rural que, se centrada na aplicação de Boas Práticas Agrícolas, permite tornar as explorações mais eficientes no uso de compostos azotados, diminuindo assim a emissão de óxidos de azoto poluentes e do óxido nitroso que possui um elevadíssimo potencial de estufa.

10- Que promova a produção silvícola nos Açores, que simultaneamente sirva de sumidouro de gases de estufa, bem como reguladora da conservação do solo, aquando de alterações dos regimes de escorrência superficial, especialmente em zonas de maior declive.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Temos agora um período de 10 minutos para pedidos de esclarecimento, por isso peço que se inscrevam agora.

Julgo não haver inscrições para esclarecimentos.

Vamos então avançar com a nossa Agenda.

Entramos no ponto nove: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/X – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A, de 16 de dezembro, que aprova o programa de acesso à habitação pela via do arrendamento, designado por programa Famílias com Futuro”.**

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional para apresentação do diploma.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social** (*Andreia Costa*):

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Decorre da experiência alcançada com a aplicação deste programa Famílias com Futuro a necessidade de proceder a algumas alterações que corrijam as condições de acesso com o intuito de tornar o programa mais abrangente, alcançando o intuito de reforçar o apoio às famílias com mais baixos rendimentos.

Para além desta condição de acesso, são também revistos os critérios de hierarquização, a duração dos contratos e também a frequência dos pagamentos.

Tem então dois propósitos essenciais que é reforçar os apoios às famílias, cuja taxa de esforço efetiva seja superior a 30%, e manter os apoios às famílias que já frequentam o programa.

Para alcançar estes objetivos propomos a utilização como referência para a determinação dos rendimentos dos agregados o Indexante dos

Apoios Sociais (IAS), tornando assim, como referi, o programa mais acessível a famílias com rendimentos mais reduzidos.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Estão então abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Parece tem a palavra.

Deputado Paulo Parece (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de decreto Legislativo Regional que altera o Decreto Legislativo Regional nº 23/2009/A de 16 de dezembro, referente ao programa de acesso à habitação pela via do arrendamento, designado por Programa Famílias com Futuro, que aqui está em discussão neste plenário, mantém a prossecução dos fins de resolução de grave carência habitacional por via do arrendamento, por um lado, e de incentivo ao arrendamento para residência permanente, mediante a concessão de uma subvenção aos arrendatários.

A proposta agora apresentada, em traços gerais, assenta na alteração da base de cálculo para efeitos de apoio a conceder. A diferença é que passa a basear-se no rendimento das famílias tendo como referência o Indexante de Apoios Sociais em vez do apoio calculado com base no valor da renda.

A adoção de medidas de apoio social, quaisquer que sejam elas, são e serão, sempre, uma preocupação para o PSD.

Em 2009 a situação socioeconómica, gerada pela então chamada “crise internacional”, justificava medidas de apoio à habitação, surgindo na sequência, o presente diploma. É por demais evidente a situação de grave crise social vivida, hoje, nos Açores, originada pela atual situação em que se encontra o país, mas também e em particular,

pela situação que se vive nos Açores, onde o desemprego atinge valores recordes, superiores a qualquer outra região de Portugal.

Por esse facto, uma habitação condigna, constitui um pilar fundamental no sentido de minorar os, já de si graves, problemas sociais. Do ponto de vista do PSD, esse será o principal argumento do Governo para que agora se proceda à sua alteração no sentido de chegar a “mais famílias”, conforme referiu a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social em sede de comissão no passado dia 11 de junho, a par de permitir corrigir algumas injustiças inter-ilhas e por vezes dentro da mesma ilha em função dos valores das rendas praticados.

O Governo assume desta forma que a situação social nos Açores tem-se agravado, sendo a habitação um dos principais indicadores e onde a solicitação de apoios para esse fim tem vindo a crescer.

Não duvidamos da intenção do Governo em alargar o apoio a mais famílias, contudo, com o novo modelo de cálculo baseado no Indexante de Apoios Sociais, ficamos com a sensação de que apesar de mais famílias serem apoiadas haverá uma redução no valor do apoio.

O Governo pretende assim, com o mesmo dinheiro chegar a mais famílias mas com menos apoio!

E digo que ficamos com a sensação, porque uma vez mais este diploma remete a sua regulamentação por Decreto Regulamentar Regional um conjunto de definições essenciais para que esta câmara possa avaliar cabalmente o alcance dos objetivos do diploma em apreciação.

Aliás, este tem sido um procedimento recorrente do Governo, subtraindo a este parlamento a informação devida.

Não faz sentido, neste caso em particular, até porque pela prática de 4 anos de vigência do diploma, naturalmente que o Governo já terá definidos por exemplo em matéria de critérios e de atribuição dos apoios na área do arrendamento. Recordo que em sede de comissão a Sra. Secretária Regional da Solidariedade Social, disso mesmo fez referência, não especificando pormenorizadamente a matéria sobre a qual havia sido questionada.

Esta é uma má prática que o Grupo Parlamentar do PSD repudia, uma vez mais, neste parlamento.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por esse motivo justifica-se que a Sra. Secretária da Solidariedade Social esclareça esta câmara:

Em que moldes será feita a redução do apoio na vertente de apoio decrescente relativo à segunda candidatura, conforme o ponto 5 do artigo 27.º da alteração proposta ao DLR 23/2009/A de 16 de dezembro?

No mesmo, art.º no seu ponto 2, é proposto que “atingido o termo do contrato referido no número anterior (no máximo de 4 anos), PODERÁ dar-se início a uma nova candidatura”, quando no diploma em vigor é referido que DEVERÁ. Qual o seu objetivo, já que fica a ideia que poderá haver situações em que uma nova candidatura não seja possível?

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: E por fim, que explique ao parlamento se, com o novo modelo, baseado no Indexante dos Apoios Sociais, serão ou não

apoiadas mais famílias Açorianas e paralelamente, se poderão ser reduzidos em alguns casos os valores a apoiar?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais, Sr. Secretário Regional:

Gostaria de começar por colocar algumas questões à Sra. Secretária Regional até porque não participei na Comissão de Política Geral que analisou este diploma e na leitura do relatório os dados não estão lá (possivelmente não foram perguntados), mas gostaria de saber (até para poder avaliar o diploma, a eficácia dele e até para tentar compreender o porquê desta alteração ou destas alterações, visto que é mais do que uma) quantas famílias é que foram apoiadas nos últimos anos, qual é o valor, digamos, global deste apoio, portanto, que recursos financeiros é que têm sido afetos a este programa e qual é que é a variação que está prevista em termos do valor global do apoio em função das alterações que agora lhe vão ser introduzidas.

Para já ficaria a aguardar a resposta a estas questões e depois voltarei de novo ao debate.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:

A Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda considera que não há qualquer obrigatoriedade legal, quer do ponto de vista nacional ou europeu, para esta alteração que é aqui proposta sobre o programa Famílias com Futuro. É pois uma determinação do Governo Regional dos Açores.

Como assumiu a então Secretária do Trabalho e Solidariedade Social em sede de comissão, o objetivo desta alteração é com o mesmo orçamento acudir a mais famílias.

Contudo, o resultado concreto desta alteração é a diminuição do apoio dado às famílias carenciadas.

Quando o desemprego está aos atuais níveis e a precarização das vidas das pessoas atinge níveis assustadores, em particular na juventude, é precisamente neste momento que o Governo Regional vem diminuir este apoio *per capita*.

Afinal o Partido Socialista, mais uma vez, concretiza aquilo que o Bloco de Esquerda denuncia: diz uma coisa e faz outra; clama contra os cortes sociais do Governo PSD/CDS na República, mas faz o mesmo.

Esta proposta é mais uma prova disso.

Qual a diferença no concreto na forma da proposta e das justificações dadas pelo Governo Regional com as medidas e justificações do Ministro da República, Pedro Mota Soares, que o Partido Socialista tanto ataca?

Mas outro resultado negativo desta proposta é retirar a capacidade das pessoas mais pobres viverem no centro dos maiores aglomerados populacionais, obrigando estas pessoas a procurar casa nos arredores

ou em guetos, com todos os custos sociais e económicos daí derivados.

Ao contrário do defendido pela Sra. Secretária, esta medida não vai obrigar a baixar as rendas. Vai, antes sim, libertar prédios para a especulação.

Uma bolsa de arrendamento público nos centros urbanos de maior dimensão, essa sim, é uma medida que claramente obrigaria à redução de preços.

Por tudo isto, votaremos contra a alteração proposta ao programa Famílias com Futuro.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Ana Espínola tem agora a palavra.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quando foi apresentado o diploma inicial, o programa Famílias com Futuro tinha como objetivos a resolução de situações de grave carência habitacional, dar resposta a situações específicas relativas a pessoas idosas e portadoras de deficiência, bem como a jovens em busca de uma primeira habitação e às famílias sem meios para aceder ao mercado imobiliário.

Aquele diploma tinha como finalidade possibilitar o acesso a uma habitação condigna e adequada às expetativas das pessoas com maiores fragilidades sociais.

Já na altura o CDS/PP alertou para diversas situações que nos mereciam a atenção e introduziam discriminação entre beneficiários dos diferentes apoios.

Agora vamos discutir as alterações que o Governo entende serem pertinentes e que se baseiam essencialmente no rendimento do agregado familiar beneficiário.

O Governo Regional continua a guardar para si o estabelecimento de valores máximos de renda por metro quadrado, o modelo de apoio financeiro, os escalões, as percentagens e majorações admissíveis, assim como os critérios de hierarquização e respetiva pontuação, bem como os critérios de desempate em caso de igualdade de pontuação nas candidaturas, continuando a escapar assim ao escrutínio desta Assembleia.

Com esta proposta em análise deixam de estar definidas preto no branco, nas prioridades de instrução do diploma, as situações consideradas de maior gravidade para serem avaliadas em função da pontuação das candidaturas.

Cada vez mais esta Assembleia, o órgão máximo da autonomia, está a ser usada para atribuir cheques em branco ao Governo Regional, uma vez que as propostas apresentadas pelo Governo são suficientemente vagas, remetendo muitas normas para os decretos regulamentares que começam a ganhar preponderância sobre os decretos legislativos regionais.

O que o Governo Regional apresenta agora é um conjunto de alterações que pretende que este programa possa chegar a mais famílias, segundo as palavras da anterior Secretária Regional da Solidariedade Social, o que nos leva a uma questão fundamental: é que as abrangências dos apoios que o Governo Regional tem introduzido têm sido insuficientes para colmatar as diferenças económicas e sociais existentes na Região e que o Governo Regional

não tem sido capaz de transformar esta Região mais próspera e infelizmente cada vez mais nos deparamos com situações que deviam deixar este governo socialista envergonhado.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado André Rodrigues tem agora a palavra.

Deputado André Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta agora em discussão nesta Casa e apresentada pela Senhora Secretária da Solidariedade Social, pretende prosseguir com as políticas que o Partido Socialista e que os Governos Regionais têm implementado na Região Autónoma dos Açores no âmbito da Habitação.

O Partido Socialista considera o Direito à Habitação um direito fundamental de todos os açorianos, nos termos da Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 65.º, que todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

O Decreto Legislativo Regional n.º 23/2009/A aprovou o programa de acesso à habitação pela via do arrendamento, designado por Programa Famílias com Futuro, destinado a agregados familiares em situação de grave carência socioeconómica e habitacional, bem como a indivíduos ou a famílias que, não sendo detentores de habitação própria, sejam arrendatários ou pretendam constituir-se como tal com o apoio de uma subvenção mensal.

Passados mais de 4 anos da sua aplicação, mesmo depois de apoiar mais de 6.000 açorianos, o Governo Regional dos Açores verificou

através da prática, a necessidade de introduzir ligeiras alterações, nomeadamente ao nível das condições de acesso previstas, ao nível do prazo de pagamento das subvenções e ao nível do prazo de apoio das candidaturas apoiadas na vertente do Incentivo ao Arrendamento. Deste modo, com a proposta em questão, revoga-se a limitação dos rendimentos com base no valor da renda máxima admitida para a zona e tipologia do imóvel ou da fração habitacional em causa, passando os requisitos de acesso a basear-se no Indexante de Apoios Sociais (IAS) que afirma-se como valor referência para os apoios sociais.

Com as alterações introduzidas, pretende-se uma maior estabilização do valor das rendas no mercado habitacional no arquipélago dos Açores, e pretende-se, como condição essencial, que torne o arrendamento acessível a mais famílias açorianas, sobretudo àquelas com menores capacidades económicas, com menos recursos, garantindo que essas famílias fiquem com mais rendimento disponível no final de cada mês.

É de igual modo, como foi referido pela Senhora Secretária, reforçar os apoios para as famílias cuja taxa de esforço efetiva se situe acima dos 30%.

O Programa Famílias com Futuro permite a regulação do mercado de arrendamento, promove a manutenção e recuperação de parte substancial do parque habitacional existente, melhorando o ambiente urbano e rural das nossas ilhas, promovendo a sustentabilidade e a coesão do nosso território, reduzindo a pressão sobre os solos agrícolas e florestais para fazer face às necessidades de habitação.

Com o objetivo de melhorar as condições de vida dos açorianos, o Partido Socialista continuará a criar, a reformular e a adaptar a Legislação em matéria de habitação para que a mesma sirva todos os Açorianos de igual forma, tratando o que é igual de forma igual, e o que é diferente de forma diferente.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: As reformas necessárias serão sempre executadas com o intuito de aumentar a justiça social, a equidade social, promovendo uma redistribuição da riqueza criada nos Açores pelos açorianos que menos podem, por aqueles que em algum momento se viram em dificuldades, ou por aqueles que se encontram em situação de insegurança e fragilidade.

Para a concretização do acesso a uma habitação condigna e adequada às expectativas das famílias açorianas, o Partido Socialista continua e continuará a promover políticas habitacionais dirigidas à integração social das famílias, à consolidação da qualidade e funcionalidade da estrutura social e urbanística dos meios urbanos e rurais.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo às questões que me foram colocadas, relativamente à segunda candidatura e ao decréscimo do apoio nessa segunda fase de

apoios, o que gostava de dizer sobre esta matéria é o seguinte, respondendo também à questão do “poderá” e “deverá”.

No incentivo ao arrendamento (não estamos a falar das rendas apoiadas, mas do incentivo ao arrendamento) não deve ser imposta uma segunda fase de candidatura aos beneficiários. Deve ser deixada à consideração dos beneficiários candidatarem-se ou não a uma segunda fase e candidatando-se a uma segunda fase então, sim, propomos aqui que haja um decréscimo sucessivo à semelhança daquilo que a nível nacional é definido logo numa primeira fase de candidatura.

Quanto à indexação, ao IAS, e à redução dos valores a aprovar não está prevista qualquer redução dos valores.

Como sabe, na regulamentação regional está previsto um máximo de 70% e a intenção é manter esse máximo. O que se pretende aqui com a indexação é uma coisa bastante diferente. É exatamente contrariar a questão que foi levantada pelo Sr. Deputado Paulo Mendes dos mais pobres serem remetidos para as periferias.

No modelo atual poderia acontecer essa subversão, uma vez que a indexação era à renda e isso poderia de facto acontecer, serem as pessoas com mais baixos rendimentos conduzidas para as periferias.

O que se pretende aqui é contrariar, abrir no fundo a possibilidade a qualquer cidadão que se candidate a esta medida em função do seu nível de rendimento, mas indexado ao IAS, receber o apoio à renda.

As questões colocadas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, do PCP.

Quantas famílias foram apoiadas?

Foram apoiadas 2.000 famílias, cerca de 6.000 beneficiários. Nas suas diversas vertentes o programa consumiu já 3,2 milhões de euros.

Quanto a uma questão que genericamente foi colocada por todos os Srs. Deputados e que diz respeito à remessa para regulamentação de alguns aspetos que são definidos na proposta de alteração.

No original não se acrescentou nenhum elemento para regulamentação. Aquilo que já constituía matéria regulamentar manteve-se como matéria regulamentar, designadamente os critérios de priorização.

Penso que o essencial desta medida não está nos critérios de priorização, está antes nas condições de acesso e estas são debatidas pela Assembleia e é aliás uma das questões que se pretende essencialmente alterar.

Obrigada.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Certamente por lapso, ou até porque não tem de ter a obrigação de ter essa informação disponível, mas de qualquer forma ficou apenas uma das perguntas por responder (e agradeço desde já a resposta que me deu às primeiras duas), que é: em quanto é que o Governo prevê a variação que possa eventualmente haver em termos do custo deste programa?

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Do custo? Não tenho!

O Orador: Muito bem! Estamos entendidos.

Relativamente àquilo que é, na opinião do PCP, a alteração de fundo que tem a ver com a questão da segunda candidatura e o facto dela ser atribuída de forma decrescente.

Em primeiro lugar gostaria de dizer o seguinte.

Este tipo de programas de apoio, sendo importantes, julgo que todos nós aquilo que desejamos é que eles não se perpetuem. Penso que será, digamos, a ideia transversal que temos acerca destas questões e efetivamente é assim.

Agora, estar já, estar aqui a fazer depender, ... Ou melhor, que a segunda candidatura será objeto de apoio decrescente é que não me parece muito correto.

Mais ainda! Não havendo aqui nenhum indicador (percebo que estas questões até possam ser remetidas para a regulamentação), não há aqui nada, nenhum indiciador, nada que nos dê indicações relativamente à forma como este ponto 5, do artigo 27.º, vai ser regulamentado. Portanto, isto deixa-nos aqui algumas dúvidas.

Deixa, diria, para o PCP, muitas dúvidas sobre esta proposta de alteração, sobretudo porque nós ficamos sem nenhuma indicação. Sendo assim, o PCP não poderá aprovar esta proposta de alteração, uma vez que (para além das outras alterações, mas as outras alterações serão, digamos, pacíficas) não há aqui mais nenhuma indicação. O PCP não pode de forma nenhuma dar o apoio a esta alteração que o Governo nos traz aqui.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A alteração do critério de apoio para que passe a ser calculado na base dos IAS, devo lembrar que o IAS está neste momento em 419,20 € e não sobe desde 2009.

Também clarificar que o IAS é um índice que está apoiado no crescimento económico e por sua vez na taxa de inflação, o que é totalmente diferente de um indexante que até poderia ser criado e que até antigamente era normalmente o salário mínimo nacional e, esse sim, poderia ser mais justo, mas seria se calhar mais importante considerar qualquer critério de atribuição não através do IAS, mas se calhar através do custo de vida, porque todos nós sabemos que crescimento económico não tem havido, antes pelo contrário. A taxa de inflação tem sido baixa, senão mesmo em algumas situações de autêntica deflação e, no entanto, o custo de vida continua a aumentar, o custo de vida em bens essenciais, como o preço da eletricidade, da água e do pão.

Portanto, estamos aqui a falar de um programa que não terá em conta o aumento do custo de vida, incluindo até a própria renda, porque a renda tem maior tendência a aumentar do que propriamente a diminuir e devo lembrar que isto de introduzir o Indexante de Apoios Sociais foi uma ideia, uma criação, do PS, em 2005, na República, de forma até isolada, que recebeu o voto contra de todos os outros grupos parlamentares na Assembleia da República e que passou a constar como a norma para calcular apoios sociais, incluindo pensões. Uma criação do PS que na altura se calhar até queria fazer a

diferença, mas acaba por fazer talvez algo diferente, mais direita do que a própria direita.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado André Rodrigues (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma segunda intervenção para dizer ao Sr. Deputado do PCP que ainda não decida o seu sentido de voto, porque na minha opinião há aqui um equívoco na explicação sobre o modelo que está aqui a ser apresentado pelo Governo.

Primeiro: para as situações de grave carência habitacional essas são garantidas através da promoção do arrendamento de habitações da Região ...

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... e, portanto, o apoio ainda é superior.

Outra coisa é o apoio, o incentivo ao arrendamento. Esse sim, é que queremos que seja mais justo e equitativo, reduzindo as taxas de esforço das famílias que têm mais dificuldades.

Portanto, estamos a falar de rendimentos que podem atingir os 2.000 euros por mês.

Não estamos a falar da situação de grave carência habitacional, mas sim na situação do incentivo ao arrendamento.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Eu tinha percebido!

O Orador: Pronto! Mas pareceu-me pela decisão que não tinha percebido.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Percebi, percebi!

O Orador: Em relação à redução do valor da subvenção e à redução da segunda candidatura.

Estamos a falar de um período em que é garantido à candidatura durante cinco anos o apoio fixo e uma segunda candidatura de mais cinco anos em que, nessa sim, começa a ser reduzido, em comparação com outros sítios do nosso território em que só é permitido três anos. Nos Açores estamos a falar de cinco mais cinco e acreditamos que esses 10 anos permitem que as famílias açorianas consigam reestruturar-se para fazer face ao futuro.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É isso que tem acontecido! Já estão lá há 20 e não pagam as rendas!

O Orador: Relativamente ao IAS e aquilo que foi referido pelo Sr. Deputado do Bloco de Esquerda.

É uma opção deste Governo a opção por este indexante, tendo o Governo também a possibilidade de depois atualizar o número de vezes que multiplica esse indexante para definir os escalões e a atribuição das rendas da subvenção mensal.

Obrigado.

Deputados André Bradford e Miguel Costa (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma das grandes preocupações evidenciadas pela antiga Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social, em sede de comissão (a antiga, não a atual), ...

Secretária Regional da Solidariedade Social (*Andreia Costa*): Sim, mas só Solidariedade Social. Sem Trabalho!

O Orador: Sim, Solidariedade Social! Já não é do Trabalho. Obrigado.

Peço desculpa à Sra. Secretária Regional dos Assuntos Parlamentares porque ontem troquei a sua secretaria.

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*): Não tem problema!

(*Risos*)

O Orador: Passando à frente!

A antiga Secretária Regional da Solidariedade Social, em sede de comissão, estava muito preocupada em tornar este apoio num apoio ainda mais transitório, aliás, à semelhança da preocupação evidenciada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires. Era bom que assim fosse.

Era bom que os jovens e as famílias estivessem numa situação que lhes permitissem ter um emprego estável, que lhes permitissem também por sua vez ter um rendimento estável e se calhar até uma perspectiva de carreira que lhes possibilitasse ter uma remuneração cada vez maior, que os libertaria (e assim seria o desejo de todos) de cenários de pobreza.

Contudo, na situação atual que parece que se vai perpetuar durante algum tempo, senão muito tempo, porque as políticas não mudam (pelo que já estamos a entender nada será alterado, porque irão prosseguir com as mesmas políticas de entrega sempre de

financiamento público àqueles que menos necessitam e retirar financiamento ou apoios públicos àqueles que mais necessitam), assim sendo, há esta necessidade de tornar este apoio ainda mais transitório.

No contexto atual vemos que se calhar esse desejo de tornar este apoio ainda mais transitório irá de certeza prejudicar muitas famílias.

Porquê?

Porque infelizmente são cada vez mais os jovens que estão desempregados e se não estão desempregados estão a usufruir de bolsas de estágio que são estágios que deveriam ter uma duração de três ou seis meses e acabam por ter uma duração às vezes de anos, quando nós estamos a falar de empregos subsidiados.

Portanto, estamos a falar em situações em que um jovem nunca consegue sair de uma situação de precariedade.

É claro que estes apoios são bem-vindos (e aqui refiro-me concretamente ao emprego subsidiado e aos estágios profissionais), mas não deveriam ser encarados como algo permanente. Não é isso que nós queremos para as vidas dos nossos jovens.

Infelizmente, é essa a realidade com a qual nós nos confrontamos, com emprego subsidiado ou com a sucessão de emprego subsidiado que se torna permanente, o que irá potenciar uma maior precariedade e redução de rendimentos destes jovens e destas famílias.

Logo, estar aqui a pensar em automatismos para que na altura da renovação do contrato haja uma redução do apoio, penso que é algo que vai contra a situação que atualmente vivemos, em especial os jovens.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias, Srs. Secretários:

Agradecer ao Deputado André Rodrigues e sem qualquer ironia, porque sei que aquilo que fez foi genuíno. Portanto, agradecer sinceramente.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Muito bem!

O Orador: Mas efetivamente tinha percebido e apenas fazer um comentário, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado falou em situações, digamos, que são situações diversas desta e para pior, portanto, maus exemplos. Julgo que os maus exemplos não devem ser seguidos e aquilo que o Governo do Partido Socialista está a fazer é a aproximação a um mau exemplo e não posso votar favoravelmente.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Solidariedade Social (Andreia Costa):**

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Relativamente às últimas questões colocadas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires e Paulo Mendes queria reforçar aquilo que foi penso que bastante bem explicado pelo Sr. Deputado André Rodrigues e que diz respeito à generalidade do programa.

O programa tem duas vertentes: uma de renda apoiada, ou melhor, uma de renda social e uma de incentivo ao arrendamento.

A renda social, ou seja, é definida em função do rendimento da família e ao incentivo ao arrendamento, com certeza que também avaliando o rendimento da família, é dado um apoio ao arrendamento, que é diferente.

Estamos a falar de situações de grave carência habitacional e estamos a falar de outras famílias que, não tendo grave carência habitacional, podem ter ainda rendimentos insuficientes para garantir uma habitação condigna. Portanto, estamos a falar de níveis diversos do problema.

Relativamente à renda apoiada, à renda social, o que se pretende aqui é de facto alcançar, ir apoiar, reforçar o apoio às famílias de mais fracos rendimentos.

Relativamente ao incentivo ao arrendamento permite-se, sem obrigar, a possibilidade de uma segunda candidatura, ou seja, os primeiros cinco anos mais cinco, e que nestes segundos cinco anos haja um decréscimo sucessivo da subvenção a esse agregado familiar.

Portanto, temos aqui duas questões diversas.

Quanto à questão de transitoriedade referida pelo Sr. Deputado Paulo Mendes.

Não querendo seguir naturalmente maus exemplos, nem querendo fazer aqui analogias com situações que existem no país, mas de facto elas existem, o que é facto é que a nível nacional só são permitidos três anos de apoio.

Nós garantimos 10 anos de apoio, em que nos primeiros cinco a renda se mantém estável, a subvenção se mantém estável, e só no segundo período é que há uma redução sucessiva.

Penso que é um programa de enorme justiça, ...

Deputado André Bradford (PS): O Sr. Deputado queria 25 anos de apoio!

O Orador: ... que visa autonomizar as famílias (com certeza que sim, o objetivo é esse), sem ser uma forma de exercer excessiva pressão sobre os agregados familiares que se pretende que venham, no fundo, a abandonar a medida.

Penso que estas são as questões essenciais.

O que aqui é trazido é no sentido de canalizar os recursos do Governo para aquelas famílias que têm mais fracos rendimentos e penso que com estas propostas esse desiderato será alcançado.

Com certeza que estaremos aqui todos para monitorizar nos próximos anos o resultado das medidas que são introduzidas e se necessário for corrigir as devidas alterações como estamos a fazer agora.

Obrigada.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradeço a disponibilidade que a Sra. Secretária está a demonstrar relativamente ao esclarecimento destas questões, mas dizer o seguinte, Sra. Secretária.

Percebo e com certeza que valorizo o esforço que o Governo Regional dos Açores está a fazer relativamente a esta questão e a este programa.

Agora, as questões essenciais são as seguintes e, como lhe disse há pouco, ninguém quer certamente, nem os próprios beneficiários

quererão ter 10 anos de apoio. O que querem é ter um rendimento suficiente e acesso a um mercado de arrendamento que lhes permita não estarem dependentes de apoios. Julgo eu que essa é a situação que V. Exa. desejará e que por parte do PCP também é desejável que aconteça.

Agora, não temos nenhuma garantia que isso possa ser assim e há com certeza algumas famílias que vão continuar a necessitar de apoio. Devemos pelo menos estar prevenidos relativamente a essa questão.

Portanto, não vejo por que é que terá de ser um apoio decrescente e sobretudo há aqui um aspeto a que V. Exa. ainda não se referiu e se o quiser fazer tem a ver com o seguinte: como é que vai ser, ou o que é que pensa V. Exa. em termos dessa regulamentação?

Porque isto está remetido para a regulamentação e também é um óbice a que, por parte do PCP, haja a aprovação do diploma. Aliás, não é só certamente por parte do PCP, o Deputado Paulo Parece quando interveio, uma das questões que referiu foi exatamente o facto deste aspeto ser remetido para regulamentação. É que o grande problema da regulamentação ...

O Governo tem o direito, faz parte das suas competências regulamentar, mas esta câmara deve ficar com indicação clara e suficiente para que dê o aval à regulamentação.

É apenas isso, Sra. Secretária.

Agradeço o esforço que está a fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Na generalidade, a proposta de DLR foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos então passar à votação na especialidade.

Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Partido Socialista ao n.º 1, do artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do BE, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vou colocar agora à votação a proposta de alteração também apresentada pelo PS ao n.º 5, deste artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vou colocar agora à votação a proposta de alteração também do Partido Socialista ao n.º 2, do artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação também do Partido Socialista uma proposta de alteração ao n.º 4, do artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: O artigo 1.º da proposta de alteração, Srs. Deputados, apresentada pelo Governo inclui vários artigos. Pergunto se posso colocar este artigo 1.º todo à votação global ou se vai haver votação diferenciada para os artigos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O único que solicitava que fosse votado separadamente era o ponto 5 do 27.º.

Presidente: Artigo a artigo?

Vou colocar à votação ...

O artigo 1.º altera vários artigos ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): O único artigo que solicitava que fosse votado separadamente, e julgo que está no artigo 1.º, é o 28.º.

Presidente: O 28.º.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A alteração ao ponto 5 do 27.º.

Deputado Paulo Mendes (BE): Artigo a artigo.

Presidente: Artigo a artigo.

Vamos votar artigo a artigo.

Está à votação a proposta de alteração ao artigo 6.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 2 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação o artigo 9.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está agora à votação o artigo 12.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 18.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos contra do CDS/PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 22.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 27.º.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Solicitava que fizesse a votação em separado da proposta de alteração ao ponto 2 e ponto 5.

Muito obrigado.

Presidente: Muito bem.

Está então à votação o n.º 2 do artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 2 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS/PP, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Coloco então agora à votação o n.º 5 do artigo 27.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 5 foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 1 voto contra do PPM e 18 abstenções do PSD.

Presidente: Artigo 28.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Está agora à votação o artigo 30.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 31.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 35.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS/PP, 18 abstenções do PSD, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: E por fim, dentro deste artigo 1.º, vamos votar o artigo 40.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 2.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Artigo 4.º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: E por fim o artigo 5.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS/PP, 1 abstenção do BE, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global, a proposta de DLR foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 18 abstenções do PSD, 2 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos continuar com os nossos trabalhos.

Avançamos para o ponto 10 da nossa Agenda: **Proposta de Resolução n.º 8/X – “1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2014”.**

O orçamento suplementar foi elaborado pelos serviços e aprovado pela Mesa desta Assembleia. Mereceu igualmente parecer favorável da CAPAT.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Ponto 11: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 77/X – “Recomenda ao Governo Regional o cumprimento do Princípio da Remuneração Complementar, pela reposição aos trabalhadores do setor público (incluindo o empresarial) dos valores subtraídos, entre janeiro e junho de 2014, devido à dedução do valor do trabalho extraordinário, na remuneração complementar”**, apresentado pela Representação Parlamentar do BE.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dada a revogação do alargamento da remuneração complementar, tal como foi aprovado ainda durante este plenário, e considerando que fará todo o sentido restituir aos trabalhadores que se viram prejudicados pela dedução das horas extraordinárias na remuneração complementar, consideramos que será urgente discutir esta matéria.

Obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tendo sido aprovada a urgência dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Paulo Mendes agora sim para apresentação do Projeto de Resolução.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se a adaptação fiscal à Região foi uma medida compensatória para fazer face aos sobrecustos da insularidade, a remuneração complementar é outra dessas medidas compensatórias, mas destinada aos trabalhadores do setor público com salários mais reduzidos.

O alargamento da remuneração complementar procurou compensar o duplo efeito da insularidade por via dos cortes salariais aos trabalhadores do setor público decorrentes do Orçamento de Estado para 2014.

Assim, e segundo o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, criaram-se as condições para aumentar o rendimento disponível dos trabalhadores do setor público, um contributo para estimular o consumo interno e dinamizar a economia da Região.

O Governo Regional não compensou todos os trabalhadores do setor público pelos cortes salariais da responsabilidade do Governo da República, entretanto considerados inconstitucionais, e por via disso não se antecipou ao acórdão do Tribunal Constitucional pois deduziu o valor das horas extraordinárias à remuneração complementar.

A dedução das horas extraordinárias ocorrida entre janeiro e junho deste ano na remuneração complementar fere a própria essência e fundamento da remuneração complementar, pois afeta os trabalhadores do setor público que prestam horas extraordinárias e que dessa forma complementam os seus baixos salários.

O Governo Regional só poderá afirmar que se antecipou ao acórdão do Tribunal Constitucional e que agiu conforme o princípio da remuneração complementar se tiver o bom senso de repor os valores retirados aos trabalhadores do setor público que perderam parte ou totalmente a remuneração complementar devido à dedução das horas extraordinárias prestadas.

Obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

(Pausa)

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) Deputado Félix Rodrigues (CDS/PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

A discussão deste Projeto de Resolução é “chover no molhado”, na medida em que ontem foi feita uma proposta para a reposição das horas extraordinárias que foram retiradas aquando da aprovação do orçamento para 2014.

Foram feitas várias perguntas ao Sr. Vice-Presidente se estaria na disposição de pagar estas horas. Pessoalmente a mim nunca me respondeu, mas pela votação que foi efetuada percebemos perfeitamente que não e por isso achamos que a discussão serve apenas, da nossa parte, para reafirmar que consideramos que apesar dessa posição da não retribuição das horas extraordinárias aos

funcionários públicos poder ser legal, continuamos a achar que é imoral.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente do Governo tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Era só, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Félix Rodrigues, nomeadamente da primeira parte da sua intervenção, para reafirmar aquilo que é óbvio.

Aliás, há aqui uma questão sobre esta recomendação que gostaria de colocar em relação ao seu conteúdo. É que recomenda ao Governo Regional que reponha o valor.

Ora bem, isso não é uma competência do Governo Regional.

O Sr. Deputado não pode recomendar ao Governo Regional que viole uma lei aprovada nesta Assembleia. A competência nesta matéria é exclusiva da Assembleia, não do Governo.

Portanto, o Sr. Deputado não pode recomendar ao Governo que o Governo viole a lei que foi aprovada nesta Assembleia. O senhor pode fazer uma alteração legislativa, o senhor pode não concordar com a lei, pode fazer as alterações que quiser, propuser e discutir.

Agora, o senhor não pode (e já não é a primeira, nem a segunda vez que o senhor cai neste erro) é recomendar ao Governo que o Governo viole uma lei aprovada na Assembleia.

Uma coisa é concordar ou não com a lei e isso tem um debate, num momento próprio. Não pode, sob a forma de recomendação, criar um debate sobre uma matéria, recomendando ao Governo que o Governo não faça aquilo que a Assembleia aprovou.

É isso que enferma o principal erro estrutural desta mesma recomendação.

Aliás, na primeira parte da intervenção foi também referida pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A revogação à qual assistimos ainda ontem da remuneração complementar (e não só) e sobretudo ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): É da Assembleia. São competências da Assembleia. Leia o Estatuto!

O Orador: ... quando o Sr. Vice-Presidente reconheceu que havia toda a pertinência em revogar aquele número ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A Assembleia revogou!

O Orador: ... do artigo do orçamento para a Região que deduziu as horas extraordinárias à remuneração complementar, essa declaração pública depois plasmada numa iniciativa legislativa, não foi mais do que o reconhecimento de que afinal de contas o Governo Regional errou.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Esta Casa! É a lei! Pode não concordar com a lei, mas violar a lei?

O Orador: Errou!

Mais do que isso! O Sr. Vice-Presidente que tanto se arroga de fazer tudo, mas mesmo tudo pelos açorianos, pelos trabalhadores e trabalhadoras desta Região, quando alargou a remuneração

complementar, afinal de contas não fez tudo, mas mesmo tudo pelos trabalhadores açorianos.

Deputado Francisco César (PS): Não seria melhor baixar à Comissão outra vez?

O Orador: Mais do que isso!

Distinguiu que haveria trabalhadores que iriam receber a remuneração complementar, que seriam aqueles que não fariam horas extraordinárias, mas que haveria outros trabalhadores que seriam prejudicados porque faziam horas extraordinárias, isto sob o falso pretexto da criação do banco de horas ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é isso que estamos aqui a discutir!

O Orador: ... que não é mais do que uma forma de colocar trabalhadores a prestar trabalho extraordinário de graça, ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não é isso que está aqui!

O Orador: ... utilizando a desculpa de que seriam criados postos de trabalho através dessas horas extraordinárias, o que não corresponde à verdade.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O senhor ainda não percebeu o Regimento da Assembleia. O que o senhor está aqui a dizer é que o Governo viole uma lei aprovada pela Assembleia!

O Orador: Portanto, a questão não é puramente legislativa. É também uma questão de vontade política, aliás como o Sr. Vice-Presidente demonstrou à coisa de nem um mês, quando reconheceu que nunca deveriam ter deduzido horas extraordinárias à remuneração complementar. Por isso, seria mais do que compreensível e lógico da

sua parte (aliás, para expressar toda a sua coerência) neste momento também dar todo o apoio a esta possibilidade, de devolver aquilo que retirou.

Obrigado, Sra. Presidente.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Isto é ilegal!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Politicamente esta discussão que agora iniciamos pode ter algum interesse, ainda que do ponto de vista prático aquilo que são as legítimas convicções do Partido Socialista e as suas opções pouco adiantem a este processo, isto porque esta matéria da dedução do trabalho extraordinário à remuneração complementar é uma matéria que nós aqui já debatemos no mês de abril.

Nessa altura, julgo que ficou claro que o Partido Socialista e o Governo Regional quiseram efetivamente o que inscreveram e escreveram no orçamento para 2014.

Também julgo que ficou claro que a intenção nada teve a ver com aquilo que aqui nos foi transmitido da criação de postos de trabalho, porque efetivamente não se criou nenhum posto de trabalho na sequência dessa medida, nem tão pouco aquilo que o Sr. Vice-Presidente do Governo ontem nos veio anunciar de 298 vagas correspondem efetivamente a um crescimento líquido de trabalhadores em funções públicas na Região, porque uma grande parte daquele anúncio corresponderá obviamente à regularização de trabalhadores que estão com contrato precário na administração

pública regional. Disso o tempo nos encarregará ou se encarregará de confirmar, mas julgo que não pode ficar em claro a observação agora aqui feita pelo Sr. Vice-Presidente do Governo de que está impossibilitado de fazer aquilo que, com muito sentido moral e de justiça social, o Bloco de Esquerda aqui nos apresenta, porque efetivamente em matéria orçamental quem tem exclusiva competência e iniciativa é o Governo Regional.

Sra. Presidente, mais uma vez tenho que pedir à sua paciência o favor de explicar à câmara e ao Sr. Vice-Presidente do Governo que há uma lei travão que impede esta Assembleia de fazer qualquer proposta de âmbito orçamental que acresça à despesa aprovada mais qualquer tostão.

Portanto, fazer a reposição destes montantes implica aumentar a despesa e isso, por via da lei travão, nós não podemos propor.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não podem fazer, mas querem fazer uma coisa que é contra outra!

O Orador: Tanto assim é que o Governo Regional, tendo competência para fazer, já tinha dado em maio um pequeno passo nesse sentido.

Em maio, o Governo Regional entregou ao nosso Parlamento, à verdadeira casa da autonomia, uma proposta de decreto legislativo que já resolvia metade daquilo que o Bloco de Esquerda aqui nos propõe e que nós ontem também, por via de outra proposta de decreto legislativo, já resolvemos, que era a revogação dessa dedução do trabalho extraordinário à remuneração complementar, que era revogar aquela parte da disposição do n.º 3, do artigo do orçamento regional.

Portanto, o Governo Regional e só ele é que pode decidir sobre esta matéria. Só o Governo Regional é que pode repor as deduções feitas até hoje, até amanhã, até à publicação do decreto legislativo que nós ontem aprovámos, porque enquanto não for publicado o decreto legislativo que ontem o nosso plenário aqui aprovou, continuam em vigor as deduções do trabalho extraordinário à remuneração complementar.

Deputado Francisco Coelho (PS): Como?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Como? Continua igual!

O Orador: Porque por enquanto não foi revogado e nós ontem é que fizemos a revogação da norma do orçamento. Quando for publicado é que deixa de fazer.

Deputado Francisco Coelho (PS): Quando for publicado!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Como qualquer lei!

O Orador: O que significa que um trabalhador em funções públicas da administração regional que hoje faça horas extraordinárias e que faça um número de horas extraordinárias que vá para além de um determinado valor, vai continuar a ter de deduzir esse valor na remuneração complementar. É tão simples quanto isso.

O Sr. Deputado Francisco Coelho está a concordar comigo, porque não estou a dizer nenhuma asneira. Ora muito bem!

Deputado Francisco Coelho (PS): Sim, sim!

O Orador: Portanto, na matéria da revogação o Governo Regional tem competência e fazer crescer despesa ao orçamento regional só o

Governo Regional é que tem essa propositura. Nós, parlamentares, estamos impedidos de fazê-lo pela lei travão.

Portanto, aquilo que o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda propõe do ponto de vista formal, do ponto de vista processual, está correto. Politicamente, só o Governo Regional tem essa possibilidade. Formalmente, só o Governo Regional tem essa possibilidade e só o Partido Socialista, porque tem uma maioria absoluta aqui neste Parlamento, é que tem a capacidade de decidir, de repor, de fazer justiça, de repor a moral que aquela norma do orçamento continha e que nós, oposição, todos os partidos da oposição, aqui procurámos fazer em abril, que o Partido Socialista recusou (o Governo Regional também recusou na sua argumentação e o Partido Socialista recusou com o seu voto), mas passados apenas exatamente 31 dias já o Governo Regional estava a fazê-lo em Conselho de Governo, em Santa Maria, apenas porque a iniciativa vinha da oposição e porque queria com isso fazer mais um bocadinho de propaganda.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem agora a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Secretários Regionais:

Mais do que uma questão de interpretação jurídica, esta é uma questão política.

De facto, aquilo que tem sido demonstrado claramente pelo Governo Regional ...

Deputado Francisco César (PS): Mas faria assim ou não faria? Essa é que é a questão!

O Orador: ... é que não tem nenhuma intenção de devolver parte do salário que foi subtraído entre janeiro de 2014 até à data do acórdão do Tribunal Constitucional aos trabalhadores da administração pública, trabalhadores que tinham direito à remuneração complementar, que por força das circunstâncias fizeram trabalho extraordinário e que depois esse valor foi subtraído ao valor da remuneração complementar.

Portanto, independentemente das questões de interpretação jurídica e a quem cabe ou a quem não cabe, a verdade é que esta questão é sobretudo uma questão política e isso já nós constatámos que o Partido Socialista e o Governo que o Partido Socialista suporta não quer fazer e é isso que os trabalhadores da administração pública regional têm de compreender. Só não é feito porque o Governo Regional e o Partido Socialista o não querem.

Relativamente à questão da iniciativa, quem pode e não pode fazer, nem a posição do Sr. Vice-Presidente é a correta, ...

Deputado Francisco César (PS): A sua é que está correta!

O Orador: ... nem a visão (na minha opinião, é claro) que o Deputado Joaquim Machado aqui colocou é totalmente correta.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ah! Mas é clara!

O Orador: Uma parte. Tem uma parte!

É evidente que nós temos o impedimento da lei travão, mas também temos a possibilidade de quando acrescentamos despesa, diminuir receita, o que nos permite ter iniciativa também a este nível e é bom que isto fique claro, ...

Deputado Francisco César (PS): Quando se aumenta despesa não se diminui receita!

O Orador: ... de modo a que as questões do orçamento fiquem devidamente ajustadas.

Agora, há de facto aqui uma má vontade do Partido Socialista em querer resolver o problema. Essa é que é a questão!

Aliás, o PCP já fez pelo menos duas tentativas.

Uma delas não foi aceite exactamente com o fundamento da lei travão ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por causa da lei travão! Mal!

O Orador: ... e a Representação Parlamentar do Partido Comunista na altura não ofereceu nenhuma alternativa, porque considerou, e continua a considerar, que aquele valor já está no orçamento e por isso mesmo não ofereceu nenhuma contrapartida, porque considerou, e continua a considerar, que não há nenhum aumento da despesa, ou não havia na altura nenhum aumento da despesa.

A outra tentativa foi feita ontem, quando aqui foi reprovada a proposta de alteração que o PCP apresentou ao diploma.

Está certo?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Corretíssimo!

Do ponto de vista formal!

O Orador: Portanto, a questão é esta.

Sr. Vice-Presidente, mas há aqui uma outra questão. É correta, mas a verdade é esta. Também posso concluir que o Partido Socialista e o Governo a que V. Exa. “vice preside” não quer pagar o dinheiro que subtraiu aos trabalhadores da administração pública de janeiro até à data do acórdão do Tribunal Constitucional e é isso que os

trabalhadores da administração pública regional e do setor empresarial da Região têm de saber.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Considero que a argumentação inicialmente avançada pelo Vice-Presidente do Governo Regional para fragilizar esta iniciativa do Bloco de Esquerda foi completamente demolida pela intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado.

É verdade e vamos ver se o Sr. Vice-Presidente volta a desenvolver a argumentação que desenvolveu na primeira intervenção, porque ela está nos Diários das Sessões. Ficou absolutamente evidente que não tem razão.

Portanto, o Sr. Vice-Presidente de vez em quando tenta refugiar-se nas questões técnicas, jurídicas ...

Deputado Francisco Coelho (PS): Elas têm a sua importância!

O Orador: ... para tentar condicionar o debate.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isto ainda é um estado de direito, sabe?

O Orador: Também considero que num estado de direito tem que existir liberdade de debate e considero que por exemplo a interpretação que foi feita em relação à iniciativa do PCP, por exemplo, também não foi corretamente inviabilizada (a discussão e a admissão).

O que tenho a dizer em relação a esta iniciativa é que do ponto de vista formal e técnico o Sr. Vice-Presidente não tem argumentos, porque ficou absolutamente demonstrado (e se não regressar, regressar ao debate) que não tem razão.

Portanto, resta a questão política e na questão política também não tem razão, porque de facto trata-se aqui de uma questão ética.

O que o Bloco de Esquerda propõe é que reponha aos trabalhadores do setor público, incluindo o empresarial, os valores subtraídos entre janeiro e junho de 2014 devido à dedução do valor do trabalho extraordinário na remuneração complementar. É da mais elementar justiça que se faça este procedimento.

Portanto, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional ou o Governo Regional não têm saída.

A única coisa que aqui podem dizer é que não fazem porque não querem e se não querem têm de assumir os custos políticos dessa opção, que é não fazer justiça aos trabalhadores dos Açores.

Muito obrigado.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Os recursos estão aí todos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Coelho tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Coelho** (*PS*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Uma abordagem para este debate, embora não seja um debate novo e que aliás tem tido as suas evoluções.

Efetivamente, e em bom rigor, convém lembrar que ontem revogámos, e inclusive por razões que também conhecemos, e demos

uma nova configuração à remuneração complementar, tendo revogado também tacitamente esta cláusula da ligação entre as horas extraordinárias e a remuneração complementar.

Portanto, acho que tem aqui algum interesse, algum rigor e alguma análise técnica esta questão, porque ela também é importante, tal como a sua parte política que também não deixarei de abordar.

Efetivamente tem razão o Sr. Vice-Presidente quando diz que em bom rigor a Representação Parlamentar do BE propõe ao Governo que exerça uma competência que só pode ser legislativa e é certo que o Governo só tem iniciativa legislativa, não tem competência legislativa.

Também é certo em geral aquilo que lembrou o Sr. Deputado Joaquim Machado que, sendo nesta matéria aquilo que afinal o BE pretende, significando isso ou consubstanciando isso um acréscimo de despesa à partida e para o corrente ano orçamental, essa iniciativa estaria vedada aos grupos parlamentares e apenas seria possível ao Governo, mas acho importante termos aqui em atenção uma questão: o que pretende a Representação Parlamentar do BE não é revogar a lei. Esta lei já foi revogada (certamente por um percurso diferente), atendendo a que o Governo e o Partido Socialista fizeram uma análise diferente dessa norma. Acharam que ela teve alguns efeitos úteis que os produziu e que por isso mesmo também se tornou desnecessária.

Independentemente do caminho que levou a isso, a verdade é que relativamente ao futuro o resultado que ontem consagramos legislativamente é unânime, no sentido de a norma que ainda hoje estamos a discutir ter sido afastada do nosso ordenamento jurídico.

Por isso, é bom ter consciência do que é que em substância a Representação Parlamentar do BE propõe.

Não é uma revogação, Sras. e Srs. Deputados, porque uma revogação, como é natural, tem efeitos para futuro e está feita.

O que o BE propõe é que seja feita uma norma legislativa com efeitos retroativos e uma norma legislativa com efeitos retroativos, tendo em conta o artigo 12.º do Código Civil (por muito boa gente considerado materialmente constitucional e só estando no Código Civil por razões históricas e dogmáticas jurídicas) é verdadeiramente excecional por violar o estado de direito, o princípio da segurança jurídica e da confiança dos cidadãos. Por isso mesmo é considerado excecional. Tem exceções é certo, mas é considerado excecional.

Uma das exceções que nós poderíamos considerar aqui era se porventura essa norma fosse ilegal, mas acho que estamos todos mais ou menos de acordo, não acerca do mérito da norma, é verdade, mas estamos todos mais ou menos de acordo que a norma não padece de nenhum vício de invalidade.

Por ironia (e temos que agradecer isso ao Sr. Representante da República) a norma que estamos a falar trás em anexo um atestado de constitucionalidade.

Portanto, assim sendo devo dizer que tenho verdadeiramente dúvidas que seja possível, porque a norma não padece de nenhuma invalidade, nós podermos invalidá-la, revogá-la, com efeitos retroativos, violando assim um princípio material de direito ínsito no artigo 12.º do Código Civil.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS e do Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Deputado Félix Rodrigues acusou ou caracterizou esta iniciativa do Bloco de Esquerda como “chover no molhado”.

Não me importo que seja uma iniciativa que esteja aqui a “chover no molhado”.

Assumo que possa não ter sido uma crítica e não vou encará-la como tal, pois “chover no molhado” neste caso não é mais do que dar mais uma possibilidade entre muitas que foram dadas ao Governo Regional, sob várias formas técnicas (aqui foram apresentadas várias formas, não foi sempre a mesma forma).

Portanto, houve aqui da parte da oposição uma vontade política para que se repusesse justiça, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... só não houve do Partido Socialista e do Governo Regional a mesma vontade política.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Um Governo Regional que se arroga sempre de querer fazer diferente, fazer diferente daquilo que PSD e CDS fazem na República; ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E o senhor queria era que fizéssemos igual!

O Orador: ... que se reclamou defensor da Constituição e que por isso é que alargou a remuneração complementar; aquando da saída do acórdão do Tribunal Constitucional, que declarou inconstitucional todos os cortes salariais na função pública decorrentes do Orçamento de Estado de 2014, arrogou-se mais uma vez que aqui fez-se diferente e aqui cumpriu-se a Constituição. Cumpriu-se a Constituição para alguns, como nós concluímos. Cumpriu-se a Constituição para aqueles trabalhadores do setor público, incluindo o empresarial, que receberam a remuneração complementar por completo, enquanto que aqueles que foram prejudicados pela dedução das horas extraordinárias na remuneração complementar, esses não foram ou não estiveram defendidos pela Constituição,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Tribunal Constitucional não se pronunciou sobre esta norma?

Está a dizer que o Tribunal Constitucional está enganado?

O Orador: ... não foram abrangidos pela Constituição.

Não! Estou a dizer que não houve vontade política da parte do Partido Socialista e do Governo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Que nunca houve qualquer vontade política.

Aliás, quando o alargamento da remuneração complementar foi apresentado e divulgado publicamente no final do ano passado foi feito sob a forma de propaganda, como uma excelente medida, e a oposição comprou isso e concordou.

Não esperávamos é que tivéssemos um Governo Regional que assumisse o papel de um autêntico “vendedor de banha da cobra”, que ora põe, ora retira e agora não quer repor aquilo que retirou.

Obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas palavras.

Este debate já foi feito várias vezes, portanto, estamos a repetir sempre os mesmos argumentos e isto não faz grande sentido, agora só quero dizer aqui uma coisa: o Governo não retirou absolutamente nada, Sr. Deputado.

O Governo limitou-se a cumprir uma norma que foi aprovada nesta Assembleia, inclusivamente com os votos do seu partido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Proposta por V. Exa.!

O Orador: Portanto, vamos ser claros: o Governo, não tem, nesta matéria, nenhuma intervenção. O Governo limitou-se a cumprir o que foi aprovado nesta Assembleia, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Proposta por V. Exa.!

O Orador: ... porque é uma matéria que é de competência legislativa exclusiva da Assembleia e o outro joguinho de palavras que por aqui anda é tentar confundir a iniciativa legislativa e a competência legislativa, daí o erro da sua proposta, porque o senhor não percebeu a diferença entre iniciativa legislativa e competência legislativa, porque quando diz para o Governo repor algo, não o pode fazer porque não tem competência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não fuja às suas responsabilidades!

O Orador: A outra coisa que o Sr. Deputado Joaquim Machado também não percebeu é quem é que confundiu competência com iniciativa, o que pode propor, mas não tem competência de execução e a proposta não se faz por resolução, mas por alteração de decreto legislativo, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Mas é evidente!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não!

O Orador: ... mas isso é um debate que já foi feito, que já está esclarecido, não é isso que nos interessa.

Podem querer continuar nesse debate, da nossa parte está perfeitamente esclarecido.

Como está esclarecido para todos os açorianos que o PSD aumenta os horários de trabalho dos funcionários públicos para as 40 horas, o Governo dos Açores e o PS reduzem para as 35 horas; o PSD corta nos vencimentos dos funcionários públicos, o Governo dos Açores e o PS repõem os vencimentos dos funcionários públicos.

É esta a realidade. Repõe e intervém no estrito cumprimento das competências que tem.

É esse o nosso património, é o património que o Partido Socialista e o Governo têm, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Esse seu património está a ser retirado a quem o senhor deu!

O Orador: ... porque ao contrário de outros os funcionários públicos dos Açores são para nós não um custo, não uma despesa, mas sim um património fundamental no desenvolvimento da nossa Região.

É isso que temos feito e que temos cumprido e com certeza os funcionários públicos dos Açores irão continuar a julgar, porque

sabem que têm no Governo dos Açores um aliado justo, correto, que assegura a estabilidade do seu rendimento e assegura a reposição de direitos que são retirados sem justificação por parte da República.

É isso que fizemos, é isto que estamos a fazer, é isto que fizemos ontem e é isso que vamos continuar a fazer, porque sabemos que os açorianos estão ao nosso lado nesta luta e nesta batalha.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução.

Sr. Deputado Félix Rodrigues pede a palavra para?

(*) Deputado Félix Rodrigues (CDS/PP): Para uma interpelação.

Se o Sr. Vice-Presidente tem razão e a proposta é ilegal, não é possível fazer-se esta proposta, como é que a vamos votar?

Deputado Jorge Macedo (PSD): O que significa que a Mesa não devia ter admitido!

Presidente: Sr. Deputado Félix Rodrigues, a Mesa admitiu este Projeto e, portanto, vamos votá-lo.

(Diálogo entre as bancadas)

Presidente: Acho que não temos dúvidas.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Estamos a votar Srs. Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 20 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Félix Rodrigues pede a palavra para?

Deputado Félix Rodrigues (CDS/PP): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS/PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Partindo do princípio de que de facto a proposta e a entrada é formal e legal, o nosso voto foi favorável.

Portanto, é para deixar claro que votámos de acordo com a interpretação da Sra. Presidente de que este Projeto de Resolução é legal.

Pode ser um preciosismo, mas é importante fazê-lo.

Muito obrigado.

Deputados Joaquim Machado e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então continuar com os nossos trabalhos.

Avançamos para o ponto 14 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 79/X**

– “**Pronúncia sobre a Política Científica Nacional**”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Para justificar a urgência tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Julgo que os objetivos desta iniciativa do PCP são claros e que a pronúncia desta câmara sobre a política científica nacional se torna urgente até porque as alterações que têm vindo a ser introduzidas no quadro da investigação científica, no quadro de apoios a projetos e aos bolseiros de investigação científica se têm vindo, digamos, a degradar nos últimos anos e na Região Autónoma dos Açores há algumas situações que se verificaram recentemente que levam à perda de alguns bolseiros de investigação científica na Região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Assim, julgo que é fundamental e é urgente que a Região Autónoma dos Açores se pronuncie sobre esta questão, uma vez que está a ser diretamente prejudicada pelas alterações que têm sido feitas ao nível dos critérios de atribuição de bolsas pela Fundação da Ciência e Tecnologia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não há inscrições ...

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS/PP)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução sobre a política científica nacional ...

Presidente: Estava só a recordar-lhe que neste momento ainda só estamos a votar a urgência.

O Orador: Peço desculpa.

Pensei que já estávamos a discutir. Ainda não estamos.

Presidente: Não, não!

O Orador: A intervenção é que considero urgente a discussão.

Presidente: Muito bem.

Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Tendo sido aprovada a urgência, dou novamente a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para apresentar o diploma.

Sr. Deputado António Marinho, para uma interpelação, tem a palavra.

Deputado António Marinho (PSD): Para solicitar um intervalo de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 17 horas e 30 minutos.

(Eram 17 horas)

(Após o intervalo, a Sra. Presidente foi substituída na Mesa pelo Sr. Vice-Presidente da ALRAA, Deputado Ricardo Cabral)

Presidente: Boa tarde, Srs. Deputados.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

(Eram 17 horas e 42 minutos)

Mais uma vez boa tarde às Sras. e Srs. Deputados.

Encarrega-me Sua Exa. a Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional de conduzir os trabalhos por motivo de representação institucional. A Sra. Presidente retomará os trabalhos amanhã.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Estávamos no ponto 15: **Projeto de Resolução n.º 79/X – “Pronúncia sobre a Política Científica Nacional”**, apresentado pela Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.

O debate e a votação seguem o disposto no artigo 132.º do nosso Regimento.

Os tempos são: Governo Regional, 25 minutos; PS, 25 minutos; PCP, 25 minutos, que é o proponente; CDS, 13 minutos; Bloco de Esquerda e PPM, 10 minutos.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires do Partido Comunista Português. Faça o favor.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Julgo que a clareza dos considerandos e o objeto da resolução são suficientemente claros e traduzem uma preocupação e essa preocupação está a ter alguns efeitos, designadamente na Região Autónoma dos Açores.

Estamos a falar de investigadores e de bolseiros que não estão propriamente em início de carreira. São investigadores que estão numa situação de precariedade ao longo de vários anos, são investigadores que não estão a iniciar a sua carreira, mas já estão em situações de pós-doutoramento e que agora vêm, face às alterações que têm vindo a ser seguidas pela Fundação da Ciência e Tecnologia, o seu apoio ser interrompido e de uma situação de precariedade passa-se a uma outra situação que pode ainda ser mais grave e que sobretudo resulta em prejuízo para projetos de investigação que, em alguns casos, necessitam sobretudo de se prolongar no tempo, porque são de monitorização. Portanto, a avaliação desse trabalho não pode ser feita pela quantidade dos artigos publicados, mas sim pela qualidade e sobretudo pela importância, designadamente nalguns casos que são do meu conhecimento, que esses projetos de investigação têm para a Região Autónoma dos Açores.

Portanto, aquilo que se pretende com esta iniciativa do PCP é que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores faça sentir estas questões junto de quem as possa resolver, de modo a que estas situações possam ser devidamente atendidas e sobretudo que não se trate por igual aquilo que é diferente.

Não se pode avaliar ou fazer depender um projeto de investigação científica pela quantidade de *papers* ou de artigos que são publicados anualmente.

Quer dizer, os critérios de avaliação têm de ser flexíveis, maleáveis, em função da qualidade e da importância que cada um dos projetos de investigação científica tem no seu próprio objeto.

Portanto, é isto que se pretende. O que se pretende é que esta recomendação possa contribuir para que as questões da investigação científica e do desenvolvimento possam ser encaradas de uma outra forma, até porque julgo que todos nós que estamos presentes nesta câmara e que representamos o povo açoriano temos uma preocupação muito grande e todos valorizamos a investigação científica, a investigação e o desenvolvimento.

Portanto, estar a desperdiçar quadros importantes na investigação científica que se faz na Região Autónoma dos Açores é estar a deitar fora todo o investimento que entretanto foi feito nesses projetos de investigação e nesses investigadores.

Portanto, não é mais do que isto que o PCP pretende. É que se atenda efetivamente à importância do trabalho destes investigadores e que sobretudo não se esteja ...

Está feito o investimento e nalguns casos, em alguns investigadores, estão feitos investimentos de mais de uma dezena de anos. É, digamos, deitar esse investimento fora, deitar esse dinheiro fora, todo o dinheiro que foi investido num determinado projeto é estar a deitá-lo fora.

Portanto, não me parece que isso seja correto, ainda por cima quando nós aquilo que temos que fazer é aproveitar os recursos. É evidente que se estamos a falar de recursos financeiros, estamos a falar de uma coisa que é muito mais importante, que são os recursos humanos e os recursos altamente qualificados que quer na Região, quer no país temos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado do PSD, António Ventura, tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

O PSD vai votar favoravelmente este Projeto de Resolução, Sr. Deputado Aníbal Pires, porque para o PSD está acima de tudo o interesse dos Açores e dos açorianos, está acima de qualquer outro interesse, mesmo partidário.

Embora esteja no Governo da República o PSD e o CDS/PP, o PSD/Açores põe o interesse dos açorianos à frente de outros interesses partidários, ...

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: ... coisa que não acontece, por exemplo, com a bancada do PS, ...

Deputado José San-Bento (PS): É mentira!

O Orador: ... quando isto ocorreu com o Ministro da pasta de Sócrates que agora no PS todos reconhecem que foi quem trouxe o desastre, todas as facções do PS agora reconhecem que foi Sócrates que trouxe o desastre, e portanto...

Deputado José San-Bento (PS): Está muito mal informado! Já está a ser corrigido pelo seu líder!

O Orador: O Ministro Mariano Gago, o Mariano Gago, ...

Deputado Rogério Veiros (PS): O Sr. Ministro!

O Orador: O Sr. Ministro Mariano Gago (eu disse o Sr. Ministro Mariano Gago), através da Lei 62/2007, foi quem alterou significativa e profundamente o financiamento do ensino superior.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É verdade!

O Orador: São célebres as duas frases que o Ministro Mariano Gago disse então. Disse que “ as universidades têm de se habituar a um modelo diferente de financiamento e devem depender daquilo que as universidades são capazes de produzir”, ou seja, o financiamento deve resultar daquilo que as universidades são capazes de produzir.

Claramente aquilo que o Sr. Deputado, e muito bem, contraria e todos nós contrariamos.

Portanto, está em causa uma lei do Ministro do então Primeiro-Ministro Sócrates, Mariano Gago, que desde então tem estado em vigor.

Quem começou efetivamente a asfixiar e a estrangular o modelo de financiamento do setor do ensino superior foi, efetivamente, o Ministro de José Sócrates.

Deputado Aníbal Piros (PCP): É verdade!

O Orador: Portanto, é preciso enquadrar no tempo e no espaço de onde é que vêm os cortes e recordo muito bem que o Sr. Deputado Aníbal Piros e o Sr. Deputado Jerónimo na altura se mostraram contra efetivamente esta mesma lei de financiamento e com aquilo que era a asfixia da Universidade dos Açores. Mas também é preciso que o Projeto de Resolução do PCP não retire.

Não se fique aqui com a ideia que esta responsabilidade recai única e exclusivamente sobre a República. Nós temos uma autonomia. Uma autonomia dá-nos o direito de ter um executivo, dá-nos o direito de ter uma Assembleia, dá-nos o direito de ter verbas próprias, ou seja, há uma responsabilidade regional de governação.

Nós temos um Governo Regional que pode decidir a favor dos açorianos e dos Açores e a grande questão é saber o que é que tem

feito esse Governo Regional para decidir a favor da ciência, porque parece-me que tem sido mais a publicidade do que a prática, têm sido mais os anúncios do que a execução e quando é a execução, a execução é sempre eleitoralista.

Basta recordar, por exemplo, em 2012 que o Governo Regional abriu candidaturas de 20 para 60 bolsas. Houve um aumento de 40 bolsas em 2012 que criou grandes expectativas na comunidade científica, ...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... de que efetivamente iria haver uma aposta na ciência, iria haver uma aposta na investigação, iria haver uma aposta na identificação daquelas que devem ser as grandes linhas de orientação na investigação regional, que pudessem resgatar a economia e os problemas sociais.

Mas a verdade é que as candidaturas a bolsas, depois do ato eleitoral, nunca mais abriram, nunca mais ninguém ouviu falar sobre essas bolsas e candidaturas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta grande expectativa que foi criada antes do ato eleitoral teve como consequência um grande desânimo, uma grande fraude (isso também se trata de fraude, porque trata-se de expectativas, trata-se de enganos). Enganaram os açorianos dizendo que iria haver uma aposta na ciência, de tal maneira que isto levou ao tal manifesto público da comunidade científica, uma petição pública, contra o desmantelamento do sistema científico, sistema científico que se mantém desmantelado.

A este propósito nós queremos questionar o Governo Regional sobre aquilo que está explícito nas orientações a médio prazo 2013/2016 ...

Deputado Berto Messias (PS): Tem tudo a ver com o que estamos a discutir!

O Orador: ... (e nós já estamos a meio desta legislatura) e nas orientações a médio prazo está explícito, está bem expresso, bem claro, que o Governo Regional vai apoiar o setor científico do ensino superior com 1.000 bolsas. Ora, nós já estamos a meio da legislatura e nem uma bolsa foi apoiada.

Onde é que estão as 1.000 bolsas e para quando as 1.000 bolsas?

Será no ano eleitoral, em 2016, que vão abrir 1.000 bolsas?

Essa é que é a grande questão.

Portanto, com o Projeto do PCP não se fique com a ideia de que há aqui uma responsabilidade única da República. Há uma responsabilidade regional deste Governo que não governa e aparenta governar. Este é que é o problema: é a aparência de governar, é o fazer de conta que se está a governar. Este é que é o problema.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Deputado André Bradford (PS): E o Governo da República?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Portanto, explique Sr. Secretário se vai continuar com esta aparência ou se vai aplicar aquilo que está nas orientações a médio prazo, a aplicação de 1.000 bolsas. Essa é que é a grande questão.

Vai manter-se na aparência ou vai passar da aparência à prática?

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Já tenho aqui o Sr. Deputado Paulo Estêvão e o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a este Projeto de Resolução sobre a pronúncia sobre a política científica nacional, o PPM não tem mais nada a acrescentar em relação aos considerandos que são realizados na própria iniciativa por parte do PCP e este conjunto de ideias e de propostas que o PCP apresenta aqui parecem-me que são um assunto relativamente pacífico em relação àquelas que são as prioridades que o senso comum aconselha em relação à política científica.

Dizer que a “Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores considera que a investigação científica é um fator decisivo para a modernização da economia nacional”, não vejo quem possa contestar; que “é imprescindível que exista um financiamento público adequado para as instituições científicas”, também não vejo quem possa contestar; que “a redução do número de bolsas individuais de doutoramento, pós doutoramento e dos contratos para investigadores, bem como a continuação da não abertura de lugares de investigador permanente são um retrocesso inaceitável”, também não posso contestar; e em relação ao quarto ponto e ao quinto ponto a mesma coisa. Parecem-me assuntos absolutamente consensuais.

Por isso, Sr. Deputado, votarei favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Passo a palavra ao Sr. Deputado do CDS/PP, Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A pronúncia sobre a política científica nacional proposta aqui pelo Partido Comunista Português é uma pronúncia possível, mas trata-se de pronunciar-se sobre uma política geral, que tem regras gerais, que não vão de forma alguma beneficiar ou resolver os problemas dos Açores. Vou ser mais concreto.

A UAç tem contribuído para atrair jovens e fixar jovens, mas o mesmo acontece com todas as universidades instaladas ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Trás-os-Montes, Algarve, Aveiro ...

O Orador: ... em Trás-os-Montes, ... Exatamente! Em vários locais do país.

As políticas nacionais têm prejudicado a UAç. Completamente de acordo! Têm prejudicado a UAç porque a política nacional é incapaz de prever exceções e, tal como dizia o PSD, também nós defendemos primeiro os açorianos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já os defendíamos antes do PSD!

O Orador: A questão que se coloca aqui é que não conseguimos resolver o problema das bolsas nem dos investigadores específicos dos Açores, porque os concursos são nacionais e em parcerias com várias instituições nacionais, logo, as regras aplicam-se a todos.

Acho que refletir sobre o que é que a política do ensino superior e a política da FCT faz no arquipélago dos Açores é extremamente importante. Todavia, coloca-se aqui um conjunto de questões muito

pertinentes para discutir a nível nacional e internacional, inclusivamente, de qual é que deve ser o papel da Fundação de Ciência e Tecnologia em Portugal.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Os Açores não têm nenhuma!

O Orador: O papel da Fundação de Ciência e Tecnologia em Portugal não vai tratar de forma diferente os Açores se os deputados açorianos na República não fizerem valer os seus pontos de vista.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! Aliás, acho que não falam sequer!

O Orador: Ora, quer isso dizer que quando o Sr. Deputado Aníbal Pires se refere que a qualidade da produção científica não deve ser avaliada pela quantidade de *papers* produzidos, mais uma vez estamos completamente de acordo. O que acontece é que a Fundação de Ciência e Tecnologia usa este critério.

O que acontece é que também a Direção Regional de Ciência e Tecnologia usa o mesmo critério.

O que acontece é que a nível internacional se usam também os mesmos critérios e a Europa usa métricas, métricas essas que não têm nada a ver com a qualidade da produção científica, têm a ver sim com a qualidade das revistas, ou seja, com quem compra as revistas. Se se publicar uma revista que tenha uma boa tiragem e é lida por um prémio nobel, o impacto de facto é muito grande e o trabalho que lá está dentro pode não ter valor nenhum.

Portanto, andamos à volta com as questões da qualidade e discutir isto seria pertinente para aferirmos também alguns critérios de avaliação da nossa produção científica regional, que depende exclusivamente do Governo Regional dos Açores.

É evidente que sendo a Universidade dos Açores uma instituição da República, a República devia ter uma atenção muito particular com os Açores ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a Região!

O Orador: ... e assim sendo devíamos estar aqui a apreciar a política de ensino superior nacional, a prever quais são os impactos que essa política tem em termos negativos numa região que tem uma universidade tripolar e discutir a tripolaridade ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Sr. Reitor socialista é contra!

Deputado André Bradford (PS): Quem é o reitor socialista?

O Orador: ... e, se calhar, insistir junto do Governo da República para também contribuir para essa mesma tripolaridade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Sr. Reitor socialista é contra a tripolaridade! Escreva aí! Está registado!

O Orador: O Governo Regional contribui para a tripolaridade dos Açores.

Relativamente à Universidade dos Açores temos vários problemas. Temos o problema da tripolaridade, temos o problema de estarmos numa Região classificada de ultraperiférica e como tal ainda por cima separada em espaços geográficos distintos, o que implica que os alunos de umas ilhas não vão forçosamente para as outras e por vezes optam por estudar no território continental português por ser mais barato. Isso tem consequências nefastas a nível da economia e do contributo que a Universidade dos Açores poderia dar para o desenvolvimento regional.

Acontece que qualquer polo da Universidade dos Açores, em termos de contributo para a economia regional, representa 3% para a

economia da sua ilha: em São Miguel, 3%; na Terceira, 3% e no Faial, 3%.

Curiosamente tem a ver um pouco com a população e com o que é gerado em cada uma das ilhas.

A aposta na tripolaridade dos Açores implica também um diálogo político entre as instituições regionais ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Sr. Reitor é contra!

O Orador: ... e o Reitor da Universidade dos Açores, que não depende do Governo Regional, depende da República.

Há, de facto, “tiros nos pés”.

Um dos “tiros nos pés” que a Universidade dos Açores dá é, por exemplo, fechar o curso de economia e gestão na ilha Terceira, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Sr. Reitor é que mandou!

Deputado José San-Bento (PS): Seja sério!

O Orador: ... ou seja, vai diminuir, no fundo, a possibilidade das pessoas terem acesso à formação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Sr. Reitor é que mandou apoiado pelo Partido Socialista!

O Orador: Ora, faz sentido que, perante a identificação clara dos nossos problemas, possamos apreciar a política de ensino superior, mas o que acontece é que essa política do ensino superior é geral e aplica-se ao país. Portanto, quando aqui se defende que deve haver a continuidade de projetos, essa continuidade de projetos tem de ser válida para o país todo, porque é uma política nacional e da política nacional os Açores fazem parte.

Portanto, o que devemos discutir para resolver os problemas da Universidade dos Açores é termos propostas concretas e unânimes

para fazer pressão junto das instâncias que prejudicam o ensino superior e a investigação nos Açores e não é querer alterar a política nacional.

Do mesmo modo que é lícito o Governo da República pronunciar-se sobre o Governo dos Açores, também nós nos devemos pronunciar e fazemo-lo todos os dias aqui, nesta câmara, principalmente o Partido Socialista que pronuncia-se sobre a política do Governo da República e acho muito bem, é lícito, é democrático.

Querer alterar a política, acho difícil, porque ela vai aplicar-se a nível geral e não vai de facto corresponder aos problemas específicos do arquipélago dos Açores, que são problemas muito concretos que têm de ser identificados.

Muito obrigado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Sr. Reitor é contra! O Sr. Reitor mandou fechar o curso de gestão!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo de imediato a palavra para a Sra. Deputada do Partido Socialista, Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente esta iniciativa que o PCP aqui nos traz aborda um conjunto de questões que nos parecem bastante consensuais.

É sabido que o país ao longo de sucessivos governos, tivessem sido eles do PS ou do PSD, fez uma aposta relativamente consistente e sistemática na área da ciência.

Porém, muito recentemente nós percebemos com este novo Ministro que havia uma tentativa, não é aliás inédita nem nova, de asfixia em

termos inicialmente dos bolsheiros do ensino superior que se veio agora a repercutir também no corte a instituições e numa tentativa de inverter, ou de pelo menos mitigar, aquilo que são os efeitos que foram conquistados ao longo das últimas décadas.

Nós precisamos de ter em atenção que um país como o nosso, que iniciou tardiamente um processo de convergência com a União Europeia também nesta matéria, teria necessariamente, e por maioria de razão, que ter um esforço mais intensivo de investimento na área científica.

Ora, estes últimos golpes do Governo da República neste sentido não têm ajudado efetivamente.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): A Sra. Deputada não fale de Fagundes porque ele já se foi embora!

A Oradora: Há um artigo muito interessante que foi publicado ontem, e que versa sobretudo essa questão, do Prof. Carlos Fiolhais, em que ele explica como é que nestes últimos tempos tem sido possível, num tão curto espaço de tempo (e isto deve ser motivo de preocupação para nós todos), destruir o que levou décadas a ser construído.

Porque em boa verdade, e cito, ele diz: “Crato, não contente com os cortes drásticos que efetuou nas bolsas de ciência, obrigando numerosos jovens a emigrar, resolveu liquidar de vez a ciência em Portugal.”

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o Mariano?

A Oradora: “De um universo de 322 unidades de investigação condenou à morte, a curto prazo, 154 [repito: 154!], ...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem lembrado!

A Oradora: ... cerca de metade. Destas, 83 tiveram ‘bom’ num processo de avaliação que, na parte em que não é obscuro, está empestado de erros e omissões e tem a morte anunciada.”

O professor continua: “O número de investigadores já sentenciados à morte é de 5.187, num total de 15.000. Entre eles estão alguns dos melhores cientistas portugueses”, e nomeia-os, “(...) que acabam de ser distinguidos internacionalmente como mentes muito brilhantes.”

“O que diz o Ministro?”

“O Ministro [diz o Prof. Carlos Fiolhais] lava as mãos como Pilatos” e remete para a FCT a culpa de toda esta trapalhada.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

A Oradora: Concordo com a intervenção inicial do Deputado António Ventura. Efetivamente, independentemente do partido, estão aqui princípios gerais que nos devem unir em torno de uma causa.

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Não posso concordar com as acusações posteriores que fez, porque efetivamente o próprio programa operacional remete até 2020 para a criação de várias vagas para bolseiros.

E mais! Temos também que perceber que o investimento que tem sido feito na Região, concorde-se ou não se concorde com a quantificação dos *papers*, tem sido um investimento que visto graficamente é em crescendo, ou seja, nos últimos anos essas publicações têm sido consistentemente sempre aumentadas e colocamos, por exemplo, a Universidade dos Açores, em termos dessas publicações, imediatamente abaixo da Universidade Nova de Lisboa,

ao mesmo nível (desculpem) da Universidade Nova de Lisboa, e imediatamente abaixo do Instituto Champalimaud.

Isto pode não querer dizer tudo (e concordo com essa perspetiva), mas seguramente quer dizer alguma coisa, que na Região o investimento em ciência tem sido feito, muito particularmente na última década.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isto é a anedota do dia!

Deputada Renata Correia Botelho e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O menor investimento em investigação científica do país, Sra. Deputada!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Passo de imediato a palavra para o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar registar algum consenso que se está a criar à volta desta iniciativa do PCP e julgo que é importante. Há com certeza uma história mais remota, outra mais recente, que conduziram a esta situação que hoje se está a viver. Não foi, ou não é intenção do PCP estar a fazer essa história neste momento.

Aliás, em várias discussões que já tivemos aqui, em vários debates que já tivemos aqui, sobre as questões da universidade e do financiamento da universidade, o PCP, pela voz do seu deputado, teve oportunidade de referir que a génese do problema do ensino superior, designadamente o seu financiamento e nas alterações que entretanto houve ao seu regime jurídico, teve de facto um autor que foi referenciado pelo Deputado António Ventura. Depois disso muito se passou e a preocupação é esta, mas não é isso que hoje interessa ao PCP.

O que hoje interessa ao PCP é que esta Assembleia possa dar um contributo para que o reconhecimento da importância da investigação científica em Portugal, designadamente nos Açores, possa brilhar de uma forma diferente, não desperdiçando o investimento já feito e garantindo que esse investimento será produtivo se se continuar a investir e a financiar os projetos de investigação em curso e os investigadores que estão no terreno.

Quero dizer que, relativamente aqui aos Açores e agora recentemente, houve uma missão científica que foi integrada por alguns cientistas do Departamento de Oceanografia e Pescas num navio norte-americano que esteve aqui no arquipélago e que entretanto alguns desses cientistas que integraram essa missão científica acabaram recentemente de perder o apoio da Fundação da Ciência e Tecnologia. São cientistas que têm projetos de investigação que já os desenvolvem há algum tempo e que se prolongam, têm forçosamente de se prolongar no tempo, porque se tratam de programas de investigação que vão monitorizando quer seja na área das aves marinhas, quer seja nos *stocks* piscícolas, enfim, ... Portanto, não é

um projeto que tenha uma data para terminar, nem as alterações que eventualmente vão surgindo dá para acrescentar de um momento para o outro saber e conhecimento.

Portanto, há necessidade de salvaguardar estes projetos de investigação.

As questões que foram colocadas aqui designadamente pelo Deputado Félix Rodrigues.

É evidente que as normas são nacionais, as normas são internacionais, mas há uma coisa e há um princípio que para o PCP é fundamental: não se pode tratar por igual aquilo que é diferente, desde logo os próprios projetos de investigação científica, porque eles não são todos iguais. Portanto, não se pode fazer depender o financiamento ou a sua aprovação de critérios rígidos, porque eles são diferentes.

No caso da Universidade dos Açores temos especificidades que todos lhe conhecemos e como também sabem o PCP tem vindo a defender que, por exemplo, o financiamento da Universidade dos Açores não tem que se sujeitar aos mesmos critérios de uma universidade que está no território continental.

Portanto, não se pode tratar por igual aquilo que é diferente e a nossa universidade pelo facto de ser tripolar, pelo facto de se estar numa região ultraperiférica, deve ser tratada de forma diferente, designadamente no cálculo para o financiamento público.

No fundo, aquilo que é importante é um sinal que esta Assembleia possa dar relativamente à expressão de uma preocupação que tem relativamente aos destinos das políticas de investigação científica no nosso país e, como todos perceberam, se há aqui uma preocupação subjacente relativamente à Região Autónoma dos Açores, ela (como

percebem pela leitura da parte resolutiva) é evidente que se alarga a todo o país.

Aquilo que o PCP pretende de facto é que esta câmara dê esse sinal de preocupação relativamente às políticas para a investigação científica que estão a ser seguidas no país, independentemente de quem está ou virá a governar o país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda, irá votar favoravelmente a iniciativa legislativa através do Projeto de Resolução da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português, porque entendemos que os bolseiros precisam de alguma estabilidade, estabilidade a nível pessoal e também estabilidade que lhes permita continuar os seus projetos, dar continuidade aos seus projetos.

Entendemos que o interesse em manter bolseiros de investigação científica que produzam conhecimento de especial relevo para a Região e para o país, como acabo de dizer, é um interesse que não é só regional, não é só dos Açores, é também nacional.

Ora, vou focar-me muito concretamente nas ciências ligadas ao mar, nas ciências do mar, porque é uma área muito pertinente para a Região e que trará de certeza grande riqueza não só para o país, mas sobretudo para a nossa Região.

Aliás, em contra corrente com todo este interesse nacional que há à volta do mar, temos o exemplo que foi dado aqui pelo Deputado Aníbal Pires da dispensa de um bolseiro que acabou de apresentar os resultados de uma investigação científica ligada às ciências do mar (uma apresentação muito recente) e também muito recente a sua dispensa de estatuto de bolseiro.

Devo lembrar que este aproveitamento do potencial do nosso mar foi algo que até foi salientado por um estudo que foi coordenado pelo falecido, infelizmente, Hernâni Lopes, que dava grande relevo ao contributo do mar enquanto garante para a sustentabilidade económica do país, e também em declarações mais recentes de um Secretário de Estado do Governo PSD/CDS que acabou por revelar que todo este contributo teria um montante calculado, ou estimava que todo este contributo poderia ter um impacto que rondaria os 60 mil milhões de euros para o PIB nacional.

Podemos acreditar ou não no montante (se é excessivo ou não, não sei), o que é certo é que é um contributo bastante significativo e que será um contributo bastante significativo.

Por isso é que é importante e fundamental que se apoie toda a investigação ligada à área dos estudos marinhos.

Ora, isso também é incompatível com aquilo que foi aprovado muito recentemente na Assembleia da República relativamente à exploração do nosso mar.

Em vez de, se calhar, se optar por um regime de atribuição de licenças para a exploração, onde o Estado português e a Região poderiam ter um papel mais interventivo, não! Optou-se por um regime de concessão, de conceder a exploração por 30, 40, 50 anos

em que toda a riqueza vai para as grandes multinacionais, enquanto a Região e o país ficarão com as migalhas dessa exploração. Isso na sequência daquilo que tem sido uma proposta defendida pelo Bloco de Esquerda que em teoria é defendida por toda as forças políticas presentes nesta Casa, mas que tarda em ser conseqüente, é que a Região teria todo o interesse em criar um centro de investigação público para as ciências do mar onde fosse estudado o potencial dos nossos fundos marinhos e das chaminés vulcânicas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Deputado, eu disse isso há 15 anos! Essa ideia é do PPM!

Deputado André Bradford (PS): Há 15 ou mais!

O Orador: Ah pois! Agora falta passar à ação e isso é que é importante, em vez de estarmos a conceder concessões, às vezes às cegas, em que nos acabará por cair umas migalhas, se tivermos alguma sorte.

Por isso mesmo é que vamos votar favoravelmente a proposta da Representação Parlamentar do Partido Comunista Português.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado António Ventura do Partido Social Democrata.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Obviamente que todos queremos que a nossa universidade tenha um maior financiamento.

Obviamente que todos desejamos que a investigação tenha financiamento, mas é preciso aqui apurar as responsabilidades e

verificar quem faz o quê e de que modo é que faz, porque não vale só atirar responsabilidades para o exterior, arranjando um inimigo externo, fazendo um exercício de passa culpas, sem apurarmos as nossas responsabilidades (ou seja, de quem nos governa, a tentativa de fazer de conta) e os senhores aí têm muita criatividade.

Deputado André Bradford (PS): O senhor a armar-se em Procurador da República!

O Orador: Os senhores todos os dias conseguem anunciar um fazer de conta que vão resolver os problemas.

Os açorianos qualquer dia vão questionar-se para que é que serve um governo se não é para resolver os seus problemas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas deixe-me dizer-lhe, Sra. Deputada, que Mariano Gago foi o ministro que mais estabelecimentos de ensino superior fechou. Durante o período em que esteve à frente da tutela da educação encerraram-se sete universidades. O problema começou aí. O problema começou com o encerramento dessas universidades e começou com a Lei 64/2007, da responsabilidade dos governos de José Sócrates, responsabilidade essa que os próprios socialistas já admitiram, uma grande maioria dos socialistas já admitiu e relembro aquilo que foi o manifesto do PS. Ou seja, os erros cometidos nos tempos de Sócrates são para estes socialistas razão mais do que suficiente para impedir o regresso ao poder dos mesmos que conduziram Portugal para o desastre.

Portanto, houve um desastre reconhecido pelos próprios socialistas,

...

Deputado André Bradford (PS): Ó senhor, isso é ridículo politicamente!

O Orador: ... desastre esse em que teve que se pedir ajuda externa, desastre esse em que se teve de tomar medidas impopulares e de austeridade. Esta é que é efetivamente a razão do problema e por onde o problema evoluiu.

Mas questões exteriores à parte, vamos à questão regional e àquela que é a responsabilidade do nosso executivo que tanto tem apregoado. Recordo aqui umas declarações de agosto de 2013, do então Sr. Secretário que já o mandaram embora, ...

Deputado André Bradford (PS): Isso é deselegante!

O Orador: ... do Sr. Secretário da Ciência e Educação que mandaram embora, que dizia o seguinte: ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Foi dispensado!

Presidente: Sr. Deputado António Ventura agradecia que concluísse ... Concluísse não, que continuasse, se os Srs. Deputados fizessem o favor de evitar os apartes. Faça o favor.

O Orador: Se a câmara assim o permitir. Muito bem!

Os Srs. Deputados ficam incomodados, mas eu não é que mandei o Sr. Secretário embora. A questão é esta: não é que mandei!

Peço desculpa, mas não é que mandei, os senhores é que mandaram.

Estão incomodados convosco próprios!

Presidente: Sr. Deputado, se continuar, vamos estar todos atentos. Faça o favor.

O Orador: Dizia então o Sr. Secretário que “a Região deve definir as áreas que considera importante apoiar aquando da atribuição de

bolsas, pois há áreas de estudo que deverão ser privilegiadamente apoiadas pela Região.”

A questão é que ainda hoje estamos à espera, quase um ano depois, de quais são essas áreas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Só este cortou 60 bolsas!

O Orador: Assim se define a política científica. Quase um ano à espera de quais são essas áreas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é que é uma chatice!

O Orador: Mas mais!

Foi feito um relatório de reflexão sobre uma estratégia de investigação e desenvolvimento para a Região Autónoma dos Açores com o objetivo de identificar linhas de investigação científica e desenvolvimento tecnológico que contribuam para o crescimento sustentável da economia regional. 2012!

Até agora não se conhece nada disso. E assim vai a nossa política científica, continua-se sem saber!

Deputado Berto Messias (PS): Isto tem tudo a ver com a resolução!

O Orador: Depois diz o Sr. Deputado Paulo Borges – não está, infelizmente não está! – ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Foi dispensado!

Deputado Berto Messias (PS): Ele é que está bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito gosto das citações do Deputado Paulo Borges!

O Orador: ... que: “Defende que para que se atinjam patamares de investigação próximos de academias internacionais ou nacionais é preciso investir nos Açores.” O vosso próprio colega!

Não conheço investigação nenhuma nessa área.

Presidente: Sr. Deputado António Ventura continue, faça favor. Quando se sentir perturbado faça silêncio.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

O senhor está aí para bater o martelo!

Presidente: Não é preciso!

O Orador: E se dúvidas houvesse no Plano Estratégico de 2014/2020 entre aquilo que é a aposta na investigação científica ...

Deputado Berto Messias (PS): Ninguém escuta o que está a dizer!

O Orador: Estou a discutir a vossa responsabilidade!

Não quer que discuta a vossa responsabilidade?

Presidente: Sr. Deputado António Ventura, estamos todos atentos.

O Orador: ... em termos de percentagem do PIB em investigação e desenvolvimento, a nível nacional, ...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor lança os foguetes, apanha as canas, faz as contas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... 2014/2020, é de 3,3%. A nível da Região é de 0,8%.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Agora afundou-se no mar!

O Orador: Não me digam mais que vão apostar na ciência!

E se ainda dúvidas houvesse a coitada da ciência tem sido pontapeada de secretaria em secretaria. Ora passou das Obras Públicas para a Educação, da Educação para o Mar. E agora para onde é que vai passar?

Qualquer dia vão pô-la fora, fora do Governo Regional.

Se dúvidas houvesse tem sido pontapeada de secretaria em secretaria sem dono, sem encontrar dono.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Meus amigos, não me falem mais na vossa responsabilidade na ciência, nem apregoem mais investimentos para a ciência ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): É uma vergonha!

O Orador: ... sem antes definirem o que é que é efetivamente o vosso desenvolvimento em termos de ciência.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado do Partido Popular Monárquico, Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer o seguinte.

É inegável, e não vale a pena estarmos aqui a fazer de conta, que os governos que têm tido responsabilidade em Portugal têm tido comportamentos diferentes. A verdade é que a investigação científica tem merecido por parte dos diversos executivos que têm governado Portugal nos últimos anos muito poucos apoios e têm tido muito pouco em consideração a nossa comunidade científica e o que ela pode significar do ponto de vista do desenvolvimento económico do país.

Penso que esta é uma evidência e é uma evidência dos últimos governos do Partido Socialista e também do atual Governo da República.

Devo dizer também, Sr. Deputado Aníbal Pires, que somava (não posso, do ponto de vista regimental não posso) aqui mais uma preocupação, que é de facto a promoção das políticas de igualdade de género no âmbito científico. É fundamental!

Nós somos dos poucos países que temos políticas muito pouco eficazes nessa matéria (a vizinha Espanha tem, a Holanda também, a Bélgica) e é evidente que, da nossa parte em relação à promoção de políticas de igualdade de género, nós, nesta matéria, deixamos muito a desejar.

Portanto, é uma inovação que introduzo aqui nas suas preocupações. São preocupações clássicas, mas o PPM vai um pouco mais além naquelas que são as políticas que estão a ser desenvolvidas pelos países europeus e de facto em relação à igualdade de género o nosso país deixa muito a desejar no âmbito desta promoção, no âmbito da comunidade científica.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo de imediato a palavra para a Sra. Deputada do Partido Socialista, Cláudia Cardoso.

(*) **Deputada Cláudia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque inicialmente tinha algumas questões sobre as quais também gostaria (embora ele esteja a falar ao telefone) de ter questionado o proponente e depois desviei-me do assunto e não tive oportunidade de o fazer.

Julgo que efetivamente os pressupostos desta resolução são claros e como é sabido também não cabe aos outros grupos parlamentares operarem alterações (só poderão ser feitas pelo próprio proponente), mas há aqui questões que são efetivamente ponderáveis, ou que devem ser ponderadas.

Uma delas tem precisamente a ver com a questão do financiamento público e, nas palavras do Deputado Aníbal Pires, considerar o que deve ser o adequado.

Mas o que é o adequado?

Nós todos sabemos que o investimento que tem sido feito em ciência nos últimos anos no nosso país fica abaixo daquilo que é a média do investimento europeu. No caso dos Açores temos procurado fazer essa aproximação, nomeadamente com a criação da própria Direção Regional da Ciência e Tecnologia que deu um ímpeto grande e basta ver à época o crescimento em termos de projetos de investigação que teve, particularmente emanados da Fundação Regional, mas também de outros departamentos do Governo que recorriam à Universidade dos Açores e a outras para fazer.

Portanto, neste âmbito o que gostaria de questionar o proponente tem a ver precisamente com uma questão que aqui se levanta.

Percebo naturalmente o problema da precariedade laboral, mas parece-me que seria mais fácil apontar-se para um caminho, por exemplo, de bolsas plurianuais, do que propriamente para um vínculo laboral que me parece que é aquilo que o proponente aqui defende.

Gostava de ver esclarecidos estes dois pontos.

Particularmente e naquilo que diz respeito à deambulação do Deputado António Ventura.

Compreendo-o! Compreendo que é difícil nós pertencermos a um partido que tem sido um carrasco da ciência em Portugal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como a senhora compreende!

A Oradora: Compreendo naturalmente as dificuldades, porque não pode haver da vossa parte concordância com este tipo de políticas. Nenhum de nós pode em bom rigor concordar com elas.

Foi lançada esta semana uma publicação dos mais influentes investigadores do mundo.

Nesta publicação estão mencionados seis portugueses em diversas áreas do conhecimento: da computação à matemática, passando pela física, pela química, estão seis portugueses.

Destes portugueses que lá são mencionados apenas dois ainda residem em Portugal, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Sócrates está aí!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Até Sócrates foi estudar para França!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi investigar filosofia!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E outros vieram para os Açores!

A Oradora: ... o que significa que nós temos de facto grandes cérebros entre nós, que não temos tido a capacidade de impulsionar e de fortalecer e dar capacidade a que eles fiquem no país, que no fundo os formou. Ou seja, Portugal investiu durante décadas na formação de quadros de excelência que neste momento exporta para outros países e são esses países que vão usufruir do seu conhecimento, das suas capacitações, que fomos nós, nós todos, contribuintes a fomentar.

Portanto, é isto que é difícil e percebo que é difícil ter um Primeiro-Ministro que sugere aos seus jovens que emigrem. Percebo que isto é difícil!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Paris começou a chamar-se cidade da luz desde que Sócrates foi para lá!

A Oradora: Mas não vale Sr. Deputado António Ventura, e nem me parece que seja regimentalmente aceitável, que essa discussão, que é uma discussão sobre o que o Governo da República deveria estar a fazer em termos de ciência, divergir para aquilo que é feito na Região.

Deputado Luís Garcia (PSD): Ah! E a senhora não está divergindo nada!

A Oradora: Não me parece aceitável, mas devo dizer que esse investimento que há pouco referi tem sido constante, tem sido feito ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas a Universidade dos Açores é do Governo?

A Oradora: ... e é por isso que, por exemplo, é dito que “com base num ranking elaborado pelo SIR Report 2012, a Universidade dos Açores possui 53% das suas publicações consideradas como *High Quality Publications*, sendo a quarta instituição nacional neste indicador.”

Portanto, nós temos, através da Direção Regional da Ciência e Tecnologia e de outros departamentos do Governo, feito uma aposta séria (uma aposta séria!) na ciência e na tecnologia que progrediu consistentemente, aliás, como no país, nos últimos anos.

Infelizmente e ao contrário do que acontece no país, temos um Governo que a continuará a privilegiar, enquanto que na República se enterra definitivamente a ciência em Portugal.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas em que é que o Governo ajuda a Universidade dos Açores?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Passo a palavra ao Sr. Deputado do CDS/PP, Félix Rodrigues.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Exma. Sra. Deputada Cláudia Cardoso, é importante que não sejamos facciosos e para não sermos facciosos é preciso perceber que a investigação feita nos Açores resulta de várias fontes de financiamento: financiamento da Fundação de Ciência e Tecnologia, financiamento europeu, financiamento da Fundação Luso-americana, financiamento internacional das relações que existem entre a Universidade dos Açores e os seus parceiros no Brasil, nos Estados Unidos e noutros locais, como é por exemplo o Projeto Piconare. Tudo isto contribui para o que aí está.

Portanto, temos de olhar para esses dados com alguma atenção e de facto ser justos na sua leitura. Atribuir o crescimento única e simplesmente aos investimentos feitos pela Direção Regional de Ciência e Tecnologia não é correto, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

O Orador: ... como também não é correto dizer que se tem feito um grande investimento na investigação científica na Região quando de facto em 2014 nós temos 0,4% do PIB.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): E em 2009 e em 2010?

O Orador: O que acontece é que na República a gente tinha mais do que isto. Temos 0,9 na República. Pelo menos temos mais do dobro.

Ora, prevê-se para 2020 um investimento na República de 3,3% do PIB, enquanto que nos Açores só vamos ter 0,8% do PIB.

Estes dados são objetivos e estão em documentos oficiais.

No entanto, é preciso que a gente discuta ciência, para onde é que vão os nossos formandos e de facto os cérebros que existem no país. Todos fogem desde que haja oportunidade e não acredito que no momento de crise em que todos vivemos que não nos apeteça a fugir do país e dos Açores.

Já passou pela cabeça certamente de muita gente aqui que se tivesse oportunidade de ir para outro lado, ia.

Isso quer dizer que se a situação no país está mal, também nos Açores está.

Ora, isto é resultado de quê?

Isto é resultado de várias questões que têm a ver com o facto de não ser valorizado o ensino e não tem sido valorizado nem o ensino, nem a formação, nem a ciência, quer em Portugal, quer nos Açores.

Vamos ao caso mais concreto dos Açores.

Por exemplo, a Universidade dos Açores faz com verbas da Europa e da Fundação de Ciência e Tecnologia um produto que diz que a carne dos Açores é do melhor que existe em Portugal, no entanto, o Governo Regional encomenda um estudo de 40 milhões de euros, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ouça!

O Orador: ... 40 mil euros... (já me perdi no quatro! É quatro qualquer coisa! Ou é 40 mil ou 4 milhões, mas não sei. Acho que são 4 milhões. Não vou afirmar com exatidão!) ao INOVA.

Independentemente do montante o que acontece é que faz tábua rasa dos dados que a Universidade dos Açores lhe dá de graça, para que dê ao INOVA, para contratar outra universidade no continente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é que é uma vergonha!

O Orador: Moral da história: para termos ciência com valor na Região é preciso que a Região valorize a ciência que cá se faz.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! E a seguir damos mais exemplos!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho muito gosto em dar a palavra pela primeira vez ao Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia e reiterar um bom trabalho nas suas novas funções.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Fausto Brito e Abreu): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a primeira vez que tomo a palavra nesta câmara não posso deixar de referir o quanto para mim é uma honra fazê-lo.

Devo dizer-vos que é com satisfação que noto a considerável unanimidade que se gerou em volta da proposta do Projeto de Resolução do Partido Comunista Português, apresentada pelo Sr. Deputado Aníbal Pires que felicito.

Em primeira instância, contemplei ao avaliar o Projeto de Resolução quais seriam as diferentes reações que apareceriam e imaginei que haveria uma clivagem clássica entre esquerda e direita e a visão sobre a política de ciência e o papel do Estado na investigação científica.

Foi, portanto, com surpresa que notei que tal clivagem não se verificou.

Segunda teoria que me ocorreu seria uma clivagem entre os partidos que apoiam o Governo da República, que poderiam ter a tentação de, por lealdade partidária, resistir a algo que seria óbvio,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sr. Secretário, isto é uma Casa de gente séria, que defende a sua terra!

O Orador: ... que poderiam até sentir que, por lealdade partidária, deveriam defender a sua dama e as políticas seguidas até este momento.

Foi com enorme satisfação que realizei este consenso e a concordância com o teor da proposta apresentada que devo dizer que merece também a concordância do Governo Regional.

Não querendo repisar o que já aqui foi dito, não resisto a sublinhar um ponto que foi levantado sobre a seriedade do momento que vivemos em termos de política nacional e isto tem a ver com o carácter irreversível que alguns dos efeitos das medidas que estão a ser tomadas neste momento ao nível do Governo da República poderão ter para décadas em termos futuros.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Na Europa!

O Orador: Basicamente se contemplarmos que a destruição de certos centros de investigação e o êxodo de investigadores se atingir um determinado nível, atingiremos um nível a partir do qual não

conseguiremos reter esse saber em centros de saber que não devem ser abandonados.

Julgo que estamos a chegar a esse nível e permitam-me referir-vos um artigo que li no *Jornal Público* ontem, escrito pelo Prof. Gonçalo Calado, que se chama o *Cavalo de Troia*, e o artigo refere como o edifício do tecido científico nacional está de alguma forma sob ameaça quando é destruído por dentro e instituições como a FCT são minadas por dentro e a confiança nelas fica comprometida.

Todos os pontos que aqui foram referidos são sérios, infelizmente crónicos não só em Portugal, nem na Região Autónoma dos Açores, como o uso e abuso do estatuto de bolseiro para reter investigadores qualificados, a falta de progressos académicos nas universidades ou a falta de dotações orçamentais.

Contudo, este carácter de irreversibilidade transcende algo que se possa reverter com uma mudança de ciclo político e um aumento de dotações orçamentais para centros de investigação.

Tendo sublinhado este ponto não vou deixar de referir ou de responder às perguntas que me dirigiu diretamente o Sr. Deputado António Ventura, começando por dizer que da mesma forma que o PSD/Açores não sente a necessidade de defender medidas que considera erradas e que todos nós aqui consideramos erradas que estão a ser tomadas pelo Governo da República, seguramente o Governo Regional e este Secretário Regional da Ciência não toma como suas as dores dos governos do ex-Primeiro-Ministro Sócrates ou do ex-Ministro da Ciência, Mariano Gago.

Deputado Luís Garcia (PSD): Defenda-o, Sr. Secretário!

Deputado António Ventura (PSD): O senhor fazia parte desse Governo!

O Orador: Independentemente do que tenha sido iniciado nessa fase, atingimos agora um nível de estrangulamento de fontes que seguramente não é do Ministério da Ciência e Tecnologia, nem das hostes do Prof. Mariano Gago.

Atingimos agora um nível que transcende apenas o corte quantitativo e chegamos a um nível em que podemos ter uma mudança qualitativa de destruição do nosso tecido científico que, mesmo que venha uma desejada mudança política no ciclo da República no próximo ano, não se consegue, com uma alteração de dotação orçamental, reparar.

Sobre a política regional ...

Deputado Luís Garcia (PSD): É melhor falar de política regional. Deixe a nacional!

O Orador: ... permitam-me só que partilhe convosco estas considerações.

Perguntou-me o Sr. Deputado António Ventura o que é que tem feito o Governo Regional ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nada!

O Orador: ... e apresentou algumas métricas: percentagem do PIB investido em ciência, etc. ...

Eu digo-lhe o que é que vai fazer o Governo Regional e o que é que tem feito.

O que vai fazer é o que tem feito ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Então não é nada!

Deputado Bruno Belo (PSD): Está começando bem!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Então para que é mudar de secretário e de secretaria?

O Orador: ... para continuar a obter resultados que têm sido notáveis numa série de outras métricas.

Se olhar para a última década, sobre todas as métricas (seja número de publicações, número de investigadores, número de doutorados por habitante, número de publicações por doutorando, em praticamente todas as métricas que têm a ver com resultados), é incontornável notar que a última década produziu um notável progresso na produção científica no arquipélago com todos os benefícios que daí vêm.

Respetivamente que departamento tem a ciência, ou que percentagem do PIB tem sido investido, ou quantas bolsas vão ser atribuídas, creio que o que tem sido feito tem produzido resultados tangíveis em termos de produção e nesse sentido (e sem prejuízo em questões de maior detalhe eu precisar naturalmente de mais tempo do que as 48 horas que estive em funções para formar opinião própria sobre a matéria) ...

Deputado António Ventura (PSD): É melhor!

O Orador: ... creio que se apenas for feito o que tem sido feito nos últimos 10 anos, daqui a 10 anos não estaremos num mau lugar em nenhuma destas métricas.

Em jeito de conclusão, queria só dizer que o Governo Regional manterá oposição à política que está a ser preconizada pelo Governo da República, ...

Deputado António Ventura (PSD): Do qual o senhor fez parte também!

O Orador: ... usando os instrumentos que tiver ao seu alcance e este Projeto de Resolução é sem dúvida um deles e, portanto, tem o nosso apoio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): Não há umas palminhas para o senhor?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Passo de imediato a palavra ao Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário do Mar e da Ciência, Sra. Deputada Cláudia Cardoso:

Henrique Neto, Ventura Leite, Rómulo Machado e Gomes Marques

são vossos conhecidos, históricos militantes do PS, mas também João

Proença, pelo qual Vs. Exas. têm muito respeito, afirmam o seguinte:

“Não se pode fazer esquecer [atenção: para não esquecer!] que não foi

a direita que preparou o terreno para os cortes salariais, para as

privatizações e para o descrédito das instituições. A culpa [assumem]

...

Deputado Francisco César (PS): O homem está enganado. O que se há de fazer!

O Orador: ... foi dos governos do PS. Fomos nós, socialistas, que os fizemos e quanto mais rapidamente o compreendermos melhor será para o PS e para Portugal.” Mais palavras não é preciso!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Governos do PS do qual o Sr. Secretário fez parte!

A escolha é muito simples: é que nós sabemos naturalmente ao que estamos, ao que viemos e a política é transparente, sem qualquer máscara ou maquilhagem.

Deputado Francisco César (PS): Também podemos citar nomes que conhece muito bem! Quer um exemplo? Manuela Ferreira Leite!

O Orador: A escolha é entre o facilitismo e a responsabilização. Continuar com os governos do PS era efetivamente ...

Presidente: Sr. Deputado António Ventura, peço-lhe algum esforço de concentração e peço à câmara para fazer o favor de manter algum equilíbrio para o Sr. Deputado António Ventura dar continuidade. Espero que a sua concentração seja mais forte, para que prossiga e chegue ao fim da sua intervenção.

Muito obrigado.

O Orador: Sr. Presidente, às vezes o barulho é uma técnica para não se ouvir o indesejável. Tão simples quanto isso!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado pode continuar, se faz favor.

O Orador: Dizer-vos que a escolha é entre o facilitismo e a responsabilidade. Continuar com os governos do PS é fazer uma escolha entre não termos investigação ou dinheiro para a investigação, porque Portugal está falido, ou começarmos do zero e evoluir para um processo que todos queremos, que é mais dinheiro para a ciência.

A escolha é tão simples como essa: entre o facilitismo e a irresponsabilidade e a responsabilidade e a transparência daquilo que deve ser o Governo de Portugal.

Tão simples quanto isso!

Não vale a pena continuar a apontar baterias para fora. Apontem os canhões para aqui e é preciso ...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sim! Exatamente! Não sabem o que é uma bateria!

Presidente: Sr. Deputado António Ventura, continue por favor.

O Orador: Porque este Governo escuta, mas não ouve. Este Governo efetivamente escuta, mas não ouve.

Eu julgava que era só este Governo que estava alucinado, que via coisas que mais ninguém vê, que via investimento onde ninguém vê, mas agora vejo que os deputados do PS também vivem alucinados: veem coisas onde mais ninguém vê, desde logo o investimento na ciência.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Apenas duas questões.

Um desafio que foi colocado pelo Deputado Paulo Estêvão relativamente às preocupações com o género.

Como V. Exa. sabe, o PCP, e a Representação Parlamentar do PCP, tendo preocupações relativamente à igualdade de oportunidades em termos do género, não defende propriamente nenhuma medida como aquela que tem sido adotada designadamente em relação à paridade.

Julgo que a igualdade se consegue por outras vias, mas a discussão não é essa.

Portanto, percebo a preocupação, mas digamos que a nossa perspetiva é diferente.

Relativamente às questões que a Deputada Cláudia Cardoso colocou, dizer o seguinte Sra. Deputada.

Já existem contratos plurianuais que ficam dependentes depois de renovações, mas a verdade é esta: é que há investigadores que estão há dezenas de anos com esta situação precária e é necessário que a carreira de investigação possa sofrer algumas alterações e os contratos plurianuais eles já existem nalguns casos.

(Aparte inaudível da Deputada Cláudia Cardoso)

O Orador: Certamente! Com certeza, mas o objeto, digamos, é de dar mais alguma indicação em termos das preocupações relativamente à situação da política científica nacional.

É evidente que esse é um aspeto, poderia ser melhorado, mas há aqui uma preocupação do PCP relativamente à precariedade em que vivem. É porque não são investigadores que estão agora a fazer um mestrado ou que estão a fazer um doutoramento. São investigadores que estão já a fazer pós-doutoramento, que estão na carreira de

investigação há dezenas de anos e continuam em situação precária e dependentes do contrato com a Fundação de Ciência e Tecnologia.

Portanto, há necessidade efetivamente de resolver o problema destes investigadores, sob pena de acontecer aquilo que tem sido dito aqui por todas as bancadas, que é a fuga desses quadros para o exterior.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não tenho mais nenhuma inscrição.

Sr. Deputado Paulo Mendes, do Bloco de Esquerda.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Reconheço o mérito ao Deputado Aníbal Pires de apresentar aqui um Projeto de Resolução e o mérito em ter escolhido bem as palavras, ter considerado toda a justificação inerente à resolução aqui apresentada de forma a reunir o consenso desta Casa, mas não evitou (como é óbvio, nem era esperado) que se disputasse aqui um concurso entre quem fez menos mal à ciência nos últimos anos: se foi o Governo Regional do PS ou se foi o Governo da República do PSD/CDS; quem contratou menos bolseiros ou quem dispensou mais bolseiros. Esta foi a competição ou o campeonato aqui gerado.

Entretanto, enquanto discutem quem fez menos mal à ciência, vemos que a precariedade entre os bolseiros mantem-se, o desinvestimento continua e a ciência e os bolseiros é que sofrem.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuo a não ter mais inscrições.

Vou dar por findo o debate e vamos passar à votação.

A Sra. Secretária vai fazer a contagem dos Srs. Deputados presentes. Temos algumas ausências e passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradece que se mantivessem como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar para o ponto 16 da nossa Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/X – “Estabelece o sistema de fiscalização e controlo do abastecimento de gasóleo à agricultura e à pesca na Região Autónoma dos Açores”.**

O debate decorre nos termos do artigo 146.º do nosso Regimento. Vamos discutir a urgência. Todos os partidos têm 10 minutos de uma só vez.

Agradece que o Sr. Secretário da Agricultura e Ambiente apresentasse a urgência. Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Viveiros*):

Sr. Presidente da Assembleia em exercício, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e caro colega Membro do Governo:

A urgência que agora se apresenta resulta de um trabalho que já está a ser desenvolvido pelo Governo Regional dos Açores há algum tempo no sentido de se reforçarem as condições de fiscalização do sistema de abastecimento ...

Presidente: Sr. Secretário, peço desculpa de lhe fazer esta interrupção, mas estamos a falar só da urgência, justificar a urgência.

O Orador: Exato, é isso que estou a tentar fazer.

Dizia eu que este trabalho já está a ser apresentado há algum tempo pelo Governo no sentido de se reforçarem estas condições no abastecimento de gasóleo aos agricultores e aos pescadores beneficiários deste gasóleo em toda a nossa Região.

Como é público, o Comando Regional da GNR nos Açores tem desenvolvido em todas as nossas ilhas uma ação de fiscalização da qual resultou não só a evidência da necessidade desse reforço, ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É a caça à multa!

O Orador: ... como a importância urgente de clarificar alguns aspetos referentes ao abastecimento, ao transporte e à utilização do gasóleo alvo de benefício fiscal.

O Governo, lamentando naturalmente e condenando o uso abusivo do benefício fiscal, pretende por esta via impedir que todos quantos honestamente exercem a sua atividade profissional nestes setores (agricultura e pesca) tão relevantes na nossa economia sejam penalizados e essa mesma atividade obstaculizada.

Importa, por isso, clarificar rapidamente os termos e a forma como o gasóleo agrícola e das pescas são utilizados na nossa Região, considerando naturalmente todas as nossas especificidades, tanto no setor agrícola, como na área das pescas, bem como as características da rede de abastecimento de combustíveis existentes nos Açores, por forma a que o abastecimento e o transporte deste combustível para os locais de consumo ocorra com normalidade e sem coartar a normal atividade dos seus beneficiários.

É pois com base nestes pressupostos que acabei de referir que o Governo entende ou propõe que este diploma seja discutido com base nesta figura da urgência.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo inscrições, vamos passar de imediato para a votação da urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor da urgência agradeceia que se mantivessem como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar para a discussão e debate da **Proposta de Decreto Legislativo Regional que “Estabelece o sistema de fiscalização e controlo do abastecimento de gasóleo à agricultura e à pesca na Região Autónoma dos Açores”**.

Tem a palavra o Sr. Secretário da Agricultura e Ambiente.

Agora é assim! Obrigado.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Viveiros*):

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

Conforme tive a oportunidade de há pouco dizer, é entendimento deste executivo que é necessário proceder à adequação dos mecanismos de fiscalização e controlo do abastecimento de gasóleo à agricultura e à pesca, considerando as especificidades do exercício desta atividade na nossa Região.

É certo que o já instituído cartão eletrónico permite um controlo cruzado entre os consumos e os *plafonds* atribuídos a cada um dos beneficiários, mas pretendemos ir mais longe, impondo, nomeadamente aos beneficiários, obrigações específicas de

comunicação e de colaboração com as autoridades competentes quanto à verificação de todos os pressupostos de atribuição deste benefício fiscal, sob pena de incorrerem em infração tributária e revogação da concessão do benefício fiscal a que nos referimos.

Por outro lado, considerando que a dimensão das explorações agrícolas e a dispersão das suas parcelas obrigam à utilização frequente de veículos ligeiros de mercadorias providos de caixa aberta para transporte de produtos agrícolas e de fatores de produção, sendo sobretudo para estes veículos que os agricultores mais necessitam do gasóleo agrícola, é de toda a justiça que estes veículos, desde que utilizados exclusivamente na atividade agrícola, integrem o elenco de equipamentos que podem consumir gasóleo agrícola na nossa Região.

Considerando ainda a inexistência na Região de condições técnicas que permitam o abastecimento dos equipamentos nos respetivos locais de utilização e a impossibilidade de fazer deslocar os equipamentos agrícolas e embarcações aos respetivos postos de abastecimento, propomos que as empresas fornecedoras de combustíveis possam proceder ao abastecimento de gasóleo nas explorações agrícolas e nas áreas portuárias e que também os próprios beneficiários possam proceder ao transporte, por via terrestre, do respetivo gasóleo em recipientes adequados, no respeito pelas regras definidas para o transporte de carburantes líquidos.

Este é, em síntese, o sentido da presente Proposta de Decreto Legislativo Regional, a qual estamos convictos que garante um sistema de fiscalização e controlo do abastecimento de gasóleo à agricultura e à pesca na nossa Região mais justo e adequado, pelo que

só podemos naturalmente esperar que se encontre nesta Casa acolhimento a esta nossa proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Passo a palavra ao Sr. Deputado do Partido Social Democrata, Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, tendo em conta a tipologia das nossas explorações, o Grupo Parlamentar do PSD tem acompanhado esta questão desde o início da sua aplicação, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Desde que a GNR começou a passar multas!

O Orador: ... o que também nos condiciona aqui o nosso voto favorável, esperando que haja mesmo solução para este problema, mas também dada a importância que esta matéria nos concerne, há aqui um esclarecimento que pedia ao Sr. Secretário.

Uma vez que na imprensa regional no dia 2 de julho referiu que em causa estava uma legislação nacional balizada por um regulamento europeu, pergunto como é que fica todo este processo perante a Comissão Europeia.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não tenho mais inscrições.

Sr. Deputado Duarte Moreira do Partido Socialista.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto a Diretiva 92/81, do Conselho de 19 de outubro de 92, relativa à harmonização das estruturas de impostos especiais sobre o consumo de óleos minerais permite que os estados membros da União Europeia apliquem isenções a determinados tipos de produtos utilizados para determinados fins, no caso concreto para a agricultura e para as pescas, o que tem evidentemente reflexos no preço de venda ao público.

Os Açores, portanto, a Região, através da Resolução 46/96, de 21 de março, criou o sistema de controlo de abastecimento ao gasóleo agrícola e à pesca artesanal, sendo que através da resolução do Conselho de Governo 44/2001, de 12 de abril, criou também um sistema de abastecimento à frota da pesca costeira.

Este é, pois, para o Partido Socialista, um mecanismo extremamente importante para a diminuição de custos das explorações agrícolas e para a pesca e que tem de facto um grande impacto na rentabilidade destas atividades, que tem apoiado, no caso concreto da agricultura, cerca de 5.300 beneficiários, num volume total de 23,6 milhões de litros, equivalendo aproximadamente a um benefício fiscal de cerca de 11 milhões de euros por ano.

Nas pescas, na frota cabinada, são apoiados anualmente cerca de 142 beneficiários, num montante global de 9,8 milhões de litros, o que equivale a um valor aproximado de 26 milhões de euros em benefício fiscal; enquanto que na frota artesanal foram 352 os beneficiários, num volume global de 3,1 milhões de litros, equivalendo a cerca de 1,98 milhões de euros de benefício fiscal.

A aplicação deste sistema ao longo dos anos tem vindo a demonstrar a necessidade de uma melhoria e uma clarificação do seu

funcionamento, da sua fiscalização e controlo, adequando melhor às condições específicas da Região, à dispersão das ilhas, à dispersão das explorações dos Açores e às condições dos portos e das nossas embarcações de pesca, que são significativamente diferentes das condições existentes no continente português, pelo que, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, esta proposta que o Governo aqui traz hoje faz todo o sentido, é pertinente e vem melhorar de facto a sua utilização pelos respetivos beneficiários, nomeadamente os pescadores e os agricultores dos Açores, resolvendo e esclarecendo uma série de questões e de dúvidas que até aqui se colocavam e que deixam de existir, permitindo também em simultâneo um melhor controlo e fiscalização por parte das autoridades.

Este é, pois, um exemplo da atenção e da importância que o Governo Regional, no âmbito das suas competências, dá aos nossos agricultores e pescadores, pelo que o Partido Socialista obviamente votará favoravelmente a proposta.

O importante nesta fase e dos problemas levantados é apresentar soluções concretas, que resolvam a vida quotidiana dos açorianos e no caso concreto e específico daqueles que se dedicam à agricultura e às pescas.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não tenho mais inscrições.

Sr. Deputado do CDS/PP, Félix Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma lei não deve tentar resolver um caso particular e o que vemos aqui, nesta proposta, é que (e basta lermos o artigo 3.º) centra-se exclusivamente no problema dos veículos utilizados na agricultura, ou seja, essencialmente nas carrinhas de caixa aberta.

Ora, o que acontece é que a lei devia ser mais geral e necessitaria de ter algumas definições que não estão aqui consideradas (nomeadamente o que é que são considerados veículos, o que é que são consideradas máquinas) para entendermos o que está aqui a ser legislado.

Compreendo a pressa de trazer este diploma, porque as multas são demasiado pesadas, mas isto também revela um bocadinho o desleixo que a fiscalização deixou que acontecesse no arquipélago dos Açores. No fundo, o gasóleo agrícola devia ser assinalado, devia ser pintado e nunca o foi, para que fosse devidamente identificado.

No fundo, todos nós fomos coniventes com isto, todos nós, ou seja, os agricultores, o Governo Regional, os abastecedores, o que quer dizer que estamos a fazer uma lei que necessita de algumas melhorias, porque se vê que foi uma lei feita à pressa, nomeadamente não define corretamente (como eu dizia) o que são os instrumentos, as máquinas, os equipamentos, etc., em que situações é que elas podem ser usadas, alugadas, etc. ... Precisava de esclarecimento.

Todavia, entre nada e alguma coisa, é sempre preferível alguma coisa, mas não queria deixar de dizer que de facto esta Proposta de Decreto Legislativo Regional enferma de definições e de um estudo mais aprofundado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuo sem inscrições.

Sr. Secretário, tem a palavra, se faz favor.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente** (*Luís Viveiros*):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membro do Governo:

De uma forma rápida para esclarecer as questões que aqui foram colocadas pelo Sr. Deputado Renato Cordeiro e pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues. Faço-o naturalmente com gosto, dizendo que o Governo ao tomar esta iniciativa não está a contrariar aquilo que está estabelecido naturalmente no regulamento comunitário que gere estas matérias, nem sequer no diploma nacional.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Não sei se a Europa vai nessa conversa!

O Orador: Estamos aqui é a encontrar uma forma de, no respeito por estes diplomas, defendermos as especificidades da Região e defendermos sobretudo aquilo que é o uso do combustível do gasóleo agrícola na atividade da pesca e na atividade agrícola que são essencialmente os pilares da nossa economia.

Portanto, o que estamos no fundo aqui a fazer é a dispensar uma atenção muito particular àquilo que é a verdadeira utilização do gasóleo agrícola e do gasóleo das pescas, considerando as características peculiares da nossa agricultura, a dimensão e a dispersão das parcelas das nossas explorações agrícolas, uma rede de abastecimento de combustíveis que não está muitas vezes próxima dos locais de consumo, a necessidade que temos de fazer chegar esse combustível às explorações agrícolas ou aos portos onde os barcos de pesca se abastecem e, portanto, é neste conjunto de evidências, neste

conjunto de características tão peculiares da nossa Região que baseamos toda a argumentação para propor a esta Casa este diploma. Relativamente às questões também levantadas pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues, permita-me também referir e evidenciar que o que nós estamos aqui a propor especificamente com este diploma é de facto a criação de condições para que a fiscalização e uma utilização normal do gasóleo agrícola seja de facto mais efetiva, clarificando na sua generalidade aquilo que são as utilizações do gasóleo agrícola e do gasóleo das pescas na nossa Região, o modo em que isto é feito e o tipo de equipamentos em que maioritariamente esse combustível é utilizado.

Conforme naturalmente também sabe, há um conjunto de outros equipamentos agrícolas aos quais são atribuídos *plafonds* anualmente por resolução do Conselho do Governo e que neste diploma remetemos (se não me falha a memória de acordo com o artigo 10.º) para uma portaria que anualmente será, se assim for necessário, publicada e onde estará contida toda a regulamentação da aplicação deste benefício fiscal à Região, isto é, o tipo de equipamentos que pode ser candidato, os *plafonds* atribuídos a cada um dos equipamentos, a forma de identificar os equipamentos que são elegíveis para esse efeito, enfim, todo o detalhe que como habitualmente tem sido feito por resolução do Conselho do Governo nós, neste diploma, propomos de acordo com o seu artigo 10.º essa regulamentação, todo este conjunto de regras de utilização seja de facto estabelecido por portaria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tenho inscrito o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Paulo Mendes.

(*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria somente de colocar duas questões que me parecem bem simples ao Sr. Secretário acerca desta proposta.

A primeira delas tem a ver com (se calhar não percebi bem) qual o sistema atual do controlo de venda de gasóleo agrícola.

Pelo conhecimento que tenho, no continente esse gasóleo, esse combustível, tem uma coloração diferente e isso é que permite a fiscalização por parte da GNR com maior eficácia, pelo menos.

Pelo que eu também entendi até agora e pelo contributo aqui de alguns Srs. Deputados que esclareceram, ou pelo menos deram a entender, que esta proposta, ao contrário do que seria de esperar, é imprecisa, necessita de algumas clarificações, nomeadamente ao nível dos conceitos e tal como eu ontem disse sem qualquer problema aqui, nesta Casa, que não tenho a arrogância de trazer propostas que me parecem que são as mais perfeitas e que estou fechado a quaisquer propostas de alteração que possam melhorar as propostas do Bloco de Esquerda, pergunto ao Sr. Secretário se se calhar não seria mais pertinente baixar este diploma à Comissão?

Obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Acabámos de aprovar a urgência!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado do Partido Socialista, Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas duas questões muito rápidas, penso que uma até responderá a uma questão feita pelo Sr. Deputado Paulo Mendes ao Sr. Secretário que vou referir, até porque conheço o sistema por questões profissionais a que estive ligado durante muitos anos, que tem a ver com o controlo, a forma de controlo, quando se compara com o continente.

De facto, aquilo a que se chama o gasóleo verde ou o gasóleo colorido tem a ver com as próprias gasoleiras onde se vendem os combustíveis. Nos Açores, devido à reduzida dimensão em muitas ilhas (para não dizer em todas) do abastecimento, ou dos volumes de abastecimento, isso exige máquina própria, exige tanque de depósito próprio para esse efeito e, portanto, será provavelmente também por aí, por uma questão de investimento e de rentabilidade, que não haverá essa coloração do gasóleo agrícola.

Por outro lado e a segunda questão, o sistema atual funciona e funciona bem em termos da candidatura dos agricultores, de como são feitos os controlos das próprias máquinas: têm que se deslocar aos serviços respetivos, nomeadamente aos Serviços de Desenvolvimento Agrário em cada uma das ilhas, para fazer prova que estão operacionais, que estão em funcionamento; é atribuído um cartão ao agricultor com o *plafond* anual a que tem direito de gasóleo e todos os equipamentos, todas as condições para o agricultor poder concorrer com as suas máquinas são definidas também em portaria, em regulamento.

Portanto, essa questão do facto de não estar (nós pelo menos não vemos) neste diploma definido exactamente que equipamentos específicos, quais as suas características, tem a ver também com o facto dos equipamentos mudarem, haver alterações e desta forma, em portaria anual, permite ao Governo Regional adequar anualmente aquilo que é a realidade.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Duarte Moreira.

Tem a palavra o Sr. Deputado do PSD, Renato Cordeiro.

(*) **Deputado Renato Cordeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD de facto preocupa-se muito com esta matéria, tem-na acompanhado e vota favoravelmente, como já há pouco disse, e até espera que garanta de futuro ter este problema resolvido, mas há aqui uma dúvida um bocadinho precisa.

No *Diário dos Açores*, de 2 julho, referiu, e vou aqui ler o que está lá, que “em causa está uma legislação nacional balizada por um regulamento europeu.”

Nestes oito dias o que foi que mudou?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não tenho mais inscrições.

Sr. Secretário inscreveu-se. Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começaria por fazer uma referência às observações do Sr. Deputado Paulo Mendes.

Naturalmente como ele diz que o Bloco de Esquerda aceita retificações aos diplomas que coloca, o Governo também o faz e, portanto, é numa postura de diálogo, de enriquecimento das propostas que coloca a esta Casa, que o Governo também está naturalmente disposto a avaliar e a discutir todas estas iniciativas que venham a enriquecer o diploma que neste caso agora está a ser colocado à discussão.

Já dei conta que já temos aqui algumas propostas de alteração apresentadas pelo CDS/PP que fazem todo o sentido e há uma outra do PS e, portanto, é nesta postura que também o Governo se coloca e que está aberto a este tipo de intervenção.

Relativamente à questão de baixar à Comissão, nós acabámos de aprovar o pedido de urgência que o Governo colocou e, portanto, penso que se encontrou aqui um consenso, uma unanimidade, melhor dizendo, relativamente a esta urgência face àquilo que é o teor deste diploma e à necessidade de se clarificar rapidamente estes aspetos.

Relativamente às observações do Sr. Deputado Renato Cordeiro, penso que na minha primeira intervenção já tive oportunidade de esclarecer com algum detalhe aquilo que o Governo pensa sobre esta matéria.

De facto, o Governo fez uma reflexão (como também tive oportunidade de dizer na minha intervenção inicial) sobre a forma como poderíamos adaptar as circunstâncias açorianas a estes diplomas, sendo certo que pelo facto dos agricultores dos Açores e os pescadores dos Açores exercerem a sua atividade em condições particularmente diferentes daquelas que acontecem por toda a Europa e na generalidade do espaço nacional e pelo facto também da rede de

abastecimento que existe estar distante e necessitar de haver transporte dos combustíveis conforme o Sr. Deputado Renato Cordeiro bem conhece, é que fizeram com que encontrássemos aqui uma forma, do ponto de vista do decreto que estamos a apresentar, que, não colidindo com as regras que também já tive oportunidade de referir e que estão expressas nos documentos que citou, pudesse resolver o problema dos agricultores e dos pescadores da nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Agora sim, não tenho mais nenhuma inscrição.

Tenho, sim senhor, o Sr. Deputado Paulo Estêvão do Partido Popular Monárquico.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da parte do PPM uma declaração muito simples só para anunciar que vamos votar favoravelmente esta iniciativa pelas razões que são de todos conhecidas e que nós não consideramos conveniente alongarmo-nos mais neste assunto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Agora sim, findo o debate na generalidade, vamos proceder à votação da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/X, que “Estabelece o sistema de fiscalização e controlo do abastecimento de gasóleo à agricultura e à pesca na Região Autónoma dos Açores”.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam a favor agradeceia que se mantivessem como estão.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Sra. Secretária, faça o favor de dar o resultado da votação.

Secretária: A Proposta de DLR foi aprovada com 27 votos a favor do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 1 abstenção do BE.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra uma interpelação à Mesa, faça favor.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: Trinta minutos. Atendendo à hora dou por terminada a sessão de hoje e amanhã a Sra. Presidente já estará aqui nos trabalhos. Bom jantar para todos. Boa noite.

(Eram 19 horas e 24 minutos)

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

António Gonçalves Toste Parreira

Partido Social Democrata (PSD)

Luís Carlos Correia Garcia

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

José António Vieira da Silva Contente

Paulo Alexandre Vieira Borges

A redatora, Ana Sofia Machado